

UFF – Universidade Federal Fluminense
ESS – Escola de Serviço Social
PPS – Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social
Mestrado em Política Social

Renan Silva Gomes

**Estado, Territórios e Letalidade no Rio de Janeiro (2021–2025):
as megaoperações policiais e a institucionalização das
chacinas na política de segurança pública**



Niterói – RJ

Agosto/2026

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL

RENAN SILVA GOMES

**Estado, Territórios e Letalidade no Rio de Janeiro (2021–2025): as
megaoperações policiais e a institucionalização das chacinas na política
de segurança pública**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – UFF, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Área de concentração: Sujeitos Sociais e Proteção Social, e linha de pesquisa: Gênero, Raça, Identidade de Gênero e Política Social.

ORIENTADORA: Prof^a Dra. Juliana Desiderio Lobo Prudencio.

Niterói -RJ

Agosto, 2026

RENAN SILVA GOMES

Estado, Territórios e Letalidade no Rio de Janeiro (2021–2025): as megaoperações policiais e a institucionalização das chacinas na política de segurança pública

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – UFF, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Área de concentração: Sujeitos Sociais e Proteção Social, e linha de pesquisa: Gênero, Raça, Identidade de Gênero e Política Social.

ORIENTADORA: Prof^ª Dra. Juliana Desiderio Lobo Prudencio.

Aprovado em: 28/08/2026

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 JULIANA DESIDERIO LOBO PRUDENCIO
Data: 31/08/2026 15:06:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a. Juliana Desiderio Lobo Prudêncio
Universidade Federal Fluminense (UFF) – Orientadora

Documento assinado digitalmente
 LETICIA BATISTA DA SILVA
Data: 02/09/2026 11:54:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a. Dr.^a. Leticia Batista da Silva
Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/FIOCRUZ) – 1^a Examinadora

Documento assinado digitalmente
 VANESSA CRISTINA DOS SANTOS SARAIVA
Data: 03/09/2026 07:35:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a. Dr.^a. Vanessa Cristina dos Santos Saraiva
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – 2^a Examinadora

Documento assinado digitalmente
 TATIANA DAHMER PEREIRA
Data: 01/09/2026 11:03:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a. Dr.^a. Tatiana Dahmer Pereira
Universidade Federal Fluminense (UFF) – 3^a Examinadora

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

G633e Gomes, Renan Silva
Estado, Territórios e Letalidade no Rio de Janeiro
(2021?2025): : as megaoperações policiais e a
institucionalização das chacinas na política de segurança
pública / Renan Silva Gomes. - 2026.
112 f.

Orientador: Juliana Desiderio Lobo Prudêncio.
Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Escola de Serviço Social, Niterói, 2026.

1. Estado. 2. Violência policial. 3. Megaoperações. 4. Rio
de Janeiro. 5. Produção intelectual. I. Prudêncio, Juliana
Desiderio Lobo, orientadora. II. Universidade Federal
Fluminense. Escola de Serviço Social. III. Título.

CDD - XXX

Àqueles com quem compartilho minhas raízes, minhas memórias e os caminhos que me trouxeram até aqui, que me ensinaram que a periferia é também lugar de sonhos, afetos, encontros e vida.

E à memória de todas as vidas interrompidas pela violência de Estado, para que nunca sejam meramente reduzidas a números, estatísticas ou manchetes.

AGRADECIMENTOS

Há quem diga que a vida é feita de travessias. E talvez seja mesmo. Entre encontros e despedidas, sonhos e frustrações, permanências e insistências, vamos nos tornando sujeitos marcados pelas experiências que vivemos e pelas pessoas que encontramos ao longo do caminho. Talvez por isso escrever os agradecimentos seja também revisitar memórias, reconhecer afetos e perceber, como canta Milton Nascimento em “Canção da América”, que “amigo é coisa para se guardar do lado esquerdo do peito”.

Esta dissertação também nasce desses encontros. Das pessoas que permaneceram, das que chegaram no meio do caminho e das que, mesmo sem perceber, ajudaram a sustentar os dias difíceis. Porque, no fim, nenhuma caminhada é construída sozinha, e talvez a beleza da vida esteja justamente nisso: nos afetos que tornam possível continuar.

Chegar até aqui carrega muito mais do que a conclusão de um mestrado. Carrega vida, sonho(s), amadurecimento, amores. Cada página desta dissertação também é resultado dos afetos, das escutas, dos encontros e das mãos que me sustentaram ao longo dessa travessia, inclusive nos momentos em que o peso e a complexidade da temática aqui trabalhada tornaram o caminho mais denso, silencioso e emocionalmente desafiador.

Em meio às complexidades da vida, aprendi que existir também é atravessar mistérios e forças que muitas vezes não conseguimos explicar racionalmente. Há caminhos que se sustentam na fé, no invisível, na espiritualidade e naquilo que nos mantém de pé mesmo quando o cansaço e os dilemas da vida parecem maiores do que nós. Por isso, agradeço a Deus. Um Deus que não cabe em uma única definição, porque se apresenta sob muitas concepções, linguagens e espiritualidades, revelando-se também na ancestralidade, no cuidado, na proteção e nas energias que sustentam a existência.

Assim, agradeço também às energias ancestrais que me acompanham. Aos meus Orixás e às entidades que caminham comigo, agradeço pela proteção. Em um mundo que tantas vezes tenta endurecer nossos caminhos, a espiritualidade foi também lugar de abrigo, reconstrução e esperança. Por isso, minha gratidão àqueles que guardam meus passos, iluminam meus caminhos e seguem sendo presença, força e proteção ao longo dessa travessia chamada vida. Axé!

À minha mãe Ivanice, por tudo aquilo que nunca coube em palavras. Pela presença constante, pelo cuidado nos detalhes, pelas preocupações e pela forma como sempre encontrou um jeito de sustentar a vida, mesmo quando ela também pesava sobre você. Chegar

até aqui carrega muito das escolhas que você fez, dos sonhos que adiou e da força com que enfrentou os dias difíceis para que eu pudesse continuar caminhando.

Talvez eu nunca consiga dimensionar completamente tudo o que você abriu mão ao longo da vida, mas carrego comigo a certeza de que esta conquista também foi construída pelas suas mãos, ela é nossa. Obrigado por ser abrigo, força e amor mesmo nos momentos em que o mundo parecia duro demais. Se hoje eu chego até aqui, existe muito de você em cada passo dessa travessia. Eu te amo muito, mãe. Você me inspira todos os dias.

À minha avó Norma (in memoriam), cuja ausência física nunca significou ausência de presença. Há pessoas que continuam existindo em nós através das lembranças, dos ensinamentos, do afeto e das marcas que deixam em nossa trajetória, e você permanece assim: viva em minha memória e em tudo aquilo que ajudou a construir em mim.

Foi você uma das pessoas que mais acreditou na importância dos estudos e no poder que o conhecimento poderia ter em nossas vidas. Mesmo tendo estudado apenas até a quarta série, carregava uma curiosidade imensa sobre o mundo e fazia questão de acompanhar, incentivar e investir, como podia, nos sonhos dos seus netos. Guardo com carinho as nossas leituras, as conversas sobre a vida, nosso interesse por saber de política, arte e as tantas inquietações que você escutava com atenção.

Com você aprendi saberes que não são universitários. Aprendi sobre força, cuidado, escuta e humanidade. Aprendi também com a sua própria trajetória: mulher nordestina, marcada pelo êxodo rural, que saiu da Paraíba em busca de melhores condições de vida no Rio de Janeiro e que, mesmo diante de tantas dificuldades, nunca deixou de sonhar para além de si mesma, sonhava junto, e nos ensinou a correr atrás das realizações. Esta fase também carrega sua história, seu carinho e tudo aquilo que aprendi ao seu lado. Com amor, saudade e gratidão, dedico também a você este momento. Vó, a senhora foi um fenômeno!

Ao meu pai, Gerciano, agradeço pelo incentivo, pela torcida e pelos momentos de apoio ao longo da minha caminhada. Que esta conquista também seja motivo de alegria. Obrigado, pai.

Aos meus padrinhos, Nice e Waldir, minha profunda gratidão pelo afeto que sempre encontrei em vocês. Em cada gesto de cuidado, em cada palavra de incentivo e em cada demonstração de carinho.

Às minhas primas, Juliana e Dayana, mas que o coração sempre reconheceu como irmãs. Crescer ao lado de vocês significou compartilhar a infância, construir memórias, dividir alegrias. Vocês também foram inspiração. Ao ver cada uma trilhando seus próprios

caminhos, compreendi a importância dos estudos, da dedicação e da coragem para sonhar mais alto. Que esta conquista também seja celebrada por vocês, porque, de diferentes formas, há um pouco de cada uma nesta travessia, afinal, vocês que me deram meu primeiro livro, me ensinaram os exercícios escolares, e me acolheram sempre. Obrigado por caminharem comigo desde o começo.

Aos meus afilhados, Heloísa, Arthur e Alice, que mesmo sem saber, tantas vezes trouxeram leveza aos dias difíceis. Vocês me lembram que a vida também é feita de afeto, de riso, de encontros e de pequenas alegrias. Ter vocês na minha vida é um presente que a caminhada me deu, e espero que, de alguma forma, vocês saibam o quanto são importantes para mim.

Ao Renan Chrystian, que chegou à minha vida quando esta travessia já havia começado e, sem talvez imaginar, passou a fazer parte dela. Obrigado por caminhar ao meu lado em um tempo tão intenso, ouvindo minhas inquietações, dividindo minhas alegrias e tornando mais leves os dias em que o peso das páginas, dos prazos e das incertezas parecia ocupar todo o espaço. Entre leituras, escritas e compromissos, existiam também os convites para viver: os passeios, corridas e teatro, as risadas, os silêncios confortáveis e os instantes em que o mundo acadêmico, por algumas horas, deixava de ser o centro da vida. Você me lembrou que descansar é importante para poder continuar. Foram esses instantes de afeto, aconchego e felicidade que me ajudaram a respirar, a reencontrar o equilíbrio e, sobretudo, a não sucumbir ao peso que essa caminhada, por vezes, impunha. Guardo com carinho tudo o que compartilhamos e levo comigo a gratidão por sua parceria. Esta conquista também guarda um pouco da beleza desse encontro.

Às minhas amigas, tão importantes, que seria impossível transformar em nomes todas as pessoas que, de alguma maneira, fizeram parte desta caminhada. Algumas estarão aqui nomeadas, outras talvez não, mas todas carregam um lugar especial na minha história e na pessoa que me tornei.

Aos que chegaram e ficaram, aos que permaneceram, aos que souberam estar nas palavras, nos silêncios, nos abraços e nas risadas. Aos que me ouviram falar dos medos, dos sonhos, dos prazos e dos recomeços, e que, tantas vezes, acreditaram em mim quando eu mesmo duvidei.

Esta dissertação também é feita de vocês, meus amigos. Das conversas que aliviaram dias difíceis, das comemorações que fizeram as conquistas parecerem maiores, dos cafés, das

mensagens inesperadas e da certeza bonita de saber que, em algum lugar, havia alguém torcendo por mim.

Ao Guto, pela amizade que a vida colocou no meu enredo. Pelos carnavais compartilhados, pelos sambas cantados, pelas ruas e avenidas atravessadas, pelas conversas que nunca seguem roteiro

Você é daqueles amigos que chegam para fazer parte da ala da vida, não apenas nos dias de desfile, mas também quando a avenida está vazia e é preciso continuar caminhando. Obrigado por se fazer presente nos dias bons e, principalmente, naqueles em que eu precisei de companhia para atravessar. Que a nossa amizade siga sambando por muitos carnavais, acumulando histórias, memórias e novos enredos. E que nunca nos falte samba para contar a vida, e carnaval na Sapucaí.

À Érica Conceição, minha parceira de mestrado, de inquietações, descobertas e tantos momentos vividos nesse caminho. O mestrado foi um daqueles períodos que a gente sabe que vai guardar para sempre. Obrigada por dividir comigo não apenas a vida acadêmica, mas também as conversas, os desabafos, as risadas e os pequenos momentos que tornaram essa caminhada mais leve. Talvez, daqui a alguns anos, a gente não se lembre de todos os textos, prazos ou reuniões, mas certamente vamos lembrar que estivemos juntos nesse pedaço tão importante de nossas histórias.

À Rosy Hellen e à Érica Muniz, por terem estado presentes, cada uma à sua maneira, em um dos períodos mais intensos e importantes da minha trajetória.

À Rosy, pela amizade, pelo carinho, pelas conversas, pela escuta e por todos os gestos de cuidado que, muitas vezes sem que você soubesse, tornaram alguns dias mais leves. Obrigado por estar por perto e por fazer parte desse caminho de uma forma tão bonita.

À Érica, pela parceria e, também um agradecimento ainda mais especial por ter colocado as mãos na massa comigo nos momentos finais, ajudando com a formatação e com tantos detalhes que, no meio do cansaço, pareciam enormes. Mais do que organizar páginas e ajustar detalhes, você me ajudou a dar forma a um trabalho que carrega tanto de mim.

Que bonito ter encontrado uma parceria que nasceu no mestrado e que espero que a vida leve muito além dele.

E, por fim, a todos aqueles que, por alguma razão, não aparecem nominalmente nestas páginas: saibam que a ausência do nome jamais significa ausência de importância. Este trabalho foi construído também pelos encontros, afetos, palavras, cuidados, incentivos e presenças de muitas pessoas que fizeram parte dessa trajetória. Se algum nome ficou pelo

caminho - talvez vencido pelo cansaço de quem, enfim, chega ao fim desta escrita -, o carinho e a gratidão permanecem. Vocês também fazem parte desta conquista.

À minha orientadora, professora Juliana Lobo, minha profunda gratidão por ter caminhado comigo na construção desta dissertação. Nossa trajetória de orientação foi, em muitos sentidos, singular. Entre as distâncias — Niterói e Campos dos Goytacazes —, a correria da vida, os prazos que por vezes se atropelaram e tantos outros acontecimentos que atravessaram esse percurso, fomos construindo uma parceria marcada pelo respeito, pela responsabilidade e pelo compromisso com esta pesquisa.

Agradeço pela seriedade com que sempre tratou este trabalho, pela confiança e por ter estado presente mesmo quando nem tudo aconteceu no tempo que imaginávamos. Talvez não tenhamos seguido exatamente o caminho que havíamos planejado, mas nunca deixamos de caminhar. E, para mim, isso diz muito sobre o compromisso que esteve presente em nossa orientação. Mais do que uma orientadora, encontrei alguém que respeitou meus tempos, acreditou nas minhas possibilidades e me ajudou a chegar até aqui. Gratidão, Ju.

Às professoras Letícia Batista, Tatiana Dahmer e Vanessa Saraiva, por aceitarem fazer parte deste momento tão significativo da minha trajetória. A presença de vocês nesta banca me alegra e dá a este encerramento de ciclo um sentido ainda mais especial. À Letícia e à Tatiana, meu agradecimento carinhoso por terem atravessado, de diferentes formas, momentos importantes da minha formação e por já fazerem parte da trajetória que me trouxe até aqui. À Vanessa, agradeço por chegar agora a este caminho e por aceitar acolher este trabalho e compartilhar comigo este momento tão importante. Agradeço a cada uma pelo tempo dedicado à leitura, pela disponibilidade, pela generosidade em contribuir e fazer parte de um momento que significa tanto para mim.

Ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, espaço que foi, ao longo desses anos, lugar de formação, encontro, inquietação e aprendizado. Agradeço às professoras e aos professores, às trabalhadoras do programa e aos colegas com quem compartilhei essa caminhada. À CAPES, pela bolsa que me permitiu viver este processo com condições de dedicação à pesquisa e à minha formação. Ser bolsista durante o mestrado foi uma oportunidade que reconheço como fruto de uma política pública fundamental para a ciência e para a formação de pesquisadores no Brasil.

E, ao chegar ao fim destas páginas, percebo que nenhuma delas foi escrita sozinho. Esta dissertação carrega o meu nome, mas guarda também um pouco de cada pessoa que, de alguma forma, atravessou este caminho comigo. Há quem tenha chegado com uma palavra,

quem tenha oferecido um abraço, quem tenha dividido uma dúvida, uma festa, um café, um silêncio ou simplesmente a presença necessária para que eu pudesse continuar.

Por isso, encerrar estes agradecimentos é também reconhecer que uma trajetória nunca é feita apenas de grandes acontecimentos, é feita também dos pequenos gestos que, somados, nos sustentam. A todos que estiveram comigo, de perto ou de longe, meu mais profundo agradecimento. Que venham os próximos caminhos. E que eu nunca me esqueça de quem caminhou comigo até aqui. Axé!

A escrita me deixa em profundo estado de desesperação, pois a letra não agarra tudo o que o corpo diz. Na escrita faltam os gestos, os olhares, a boca entreaberta de onde vazam os ruídos e não palavras. No registro da letra também faltam o tremor do choro e o rasgo do riso. E mais, a grafia não registra a intensidade de um silêncio intervalar, diante de um renovado estado de estupor, vivido na hora das lembranças. Se contar e recontar são atos marcados por sinais de incompletude, pois difícil é traduzir os intensos sentidos de memória, imaginem escrever. [...] Não descanso, não durmo, não fecho os olhos, não me distraio. Vigio tanto que nem sei se oro. Capto como testemunha ocular ou como ouvinte a dinâmica de vidas que se confundem com a minha, por algum motivo.

(Conceição Evaristo)

RESUMO

Esta dissertação analisa a relação entre Estado, território e letalidade policial no Rio de Janeiro, tomando como objeto as megaoperações policiais realizadas entre 2021 e 2025, durante o governo de Cláudio Castro, e o processo de institucionalização das chacinas como componente da política de segurança pública. Parte-se da compreensão de que a violência estatal não constitui fenômeno isolado ou excepcional, mas se insere em determinações históricas relacionadas à formação social brasileira, às desigualdades de classe e raça, à produção desigual do espaço urbano e à constituição das instituições policiais como mecanismos de controle social. Nesse sentido, busca-se compreender como a letalidade policial é produzida, legitimada e naturalizada nos territórios populares, bem como os sentidos construídos em torno dessas ações no espaço público. A pesquisa possui abordagem qualitativa e caráter documental, fundamentando-se em investigação hemerográfica das narrativas produzidas pela imprensa acerca das megaoperações policiais de maior letalidade do período. O corpus documental foi constituído por quinze matérias jornalísticas, das quais seis foram selecionadas para análise aprofundada, referentes às operações do Jacarezinho (2021), Vila Cruzeiro/Complexo da Penha (2022) e Complexos da Penha e do Alemão, na Operação Contenção (2025). A análise foi orientada pela Análise de Conteúdo, buscando identificar os sentidos atribuídos às operações, os atores privilegiados nas narrativas, as vozes silenciadas e os mecanismos discursivos de legitimação ou contestação da violência estatal. Os resultados evidenciam a permanência de uma gramática política baseada no confronto, no combate ao crime organizado e na retomada do controle territorial, por meio da qual a violência policial é apresentada como resposta necessária e inevitável à criminalidade. Observa-se, contudo, um processo de transformação entre os casos analisados: no Jacarezinho, destaca-se a construção de justificativas para legitimar a elevada letalidade; na Vila Cruzeiro, a repetição de operações letais evidencia sua normalização; e, na Operação Contenção, a morte passa a ser mobilizada de forma mais explícita como demonstração de eficiência, autoridade e capacidade de controle estatal. Assim, a institucionalização das chacinas não se expressa apenas na recorrência material das operações, mas na consolidação de condições políticas, discursivas e simbólicas que tornam a produção da morte possível, justificável e reproduzível como estratégia de governo. Conclui-se que a letalidade estatal, atravessada por desigualdades raciais e territoriais, constitui elemento central de uma política de segurança que transforma a violência em instrumento de gestão dos territórios populares e de produção de autoridade política.

Palavras-chave: Estado; violência policial; megaoperações; chacinas; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the relationship between the State, territory, and police lethality in Rio de Janeiro, focusing on police mega-operations carried out between 2021 and 2025 during the administration of Cláudio Castro, as well as the institutionalization of massacres as a component of public security policy. It starts from the understanding that state violence is not an isolated or exceptional phenomenon, but rather is embedded in historical determinants related to Brazilian social formation, class and racial inequalities, the unequal production of urban space, and the constitution of police institutions as mechanisms of social control. In this regard, the study seeks to understand how police lethality is produced, legitimized, and normalized in popular territories, as well as the meanings constructed around these actions in the public sphere. The research adopts a qualitative and documentary approach, based on a press-based investigation of media narratives concerning the most lethal police mega-operations during the period. The documentary corpus consisted of fifteen journalistic reports, six of which were selected for in-depth analysis, concerning the Jacarezinho operation (2021), the Vila Cruzeiro/Penha Complex operation (2022), and the Penha and Alemão complexes, in Operation Contenção (2025). The analysis was guided by Content Analysis, seeking to identify the meanings attributed to the operations, the actors privileged in media narratives, the silenced voices, and the discursive mechanisms used to legitimize or challenge state violence. The findings demonstrate the persistence of a political grammar based on armed confrontation, the fight against organized crime, and the restoration of territorial control, through which police violence is presented as a necessary and inevitable response to criminality. However, a process of transformation can be observed across the cases analyzed: in Jacarezinho, emphasis is placed on the construction of justifications to legitimize high levels of lethality; in Vila Cruzeiro, the recurrence of lethal operations reveals their normalization; and in Operation Contenção, death is mobilized more explicitly as a demonstration of efficiency, authority, and state control. Thus, the institutionalization of massacres is expressed not only through the material recurrence of these operations, but also through the consolidation of political, discursive, and symbolic conditions that make the production of death possible, justifiable, and reproducible as a strategy of government. The study concludes that state lethality, shaped by racial and territorial inequalities, constitutes a central element of a security policy that transforms violence into an instrument for managing popular territories and producing political authority.

Keywords: State; police violence; mega-operations; massacres; Rio de Janeiro.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Governos estaduais, estratégias de segurança pública e permanências da militarização no Rio de Janeiro (1995–2018)	63
Tabela 2 – Operações policiais de maior letalidade no governo Cláudio Castro (2021–2025)	88
Tabela 3 – Constituição do corpus documental	91
Tabela 4 – Reportagens selecionadas para a pesquisa	91

LISTA DE SIGLAS

ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AISP	Área Integrada de Segurança Pública
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
GENI	Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
ISP	Instituto de Segurança Pública
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
NECVU	Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
RJ	Rio de Janeiro
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
STF	Supremo Tribunal Federal
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1. Estado, Formação Social Brasileira e a constituição da violência policial no espaço urbano: raízes históricas da violência estatal.....	25
1.1. Formação social brasileira: desigualdade, raça e estrutura de poder na produção do espaço urbano.....	25
1.2 - Violência de Estado: poder, coerção e controle social.....	31
1.3. O controle dos “indesejáveis”: o aparato policial no Brasil.....	35
2. Segurança pública no Rio de Janeiro: ofensiva estatal e letalidade policial em favelas e periferias.....	43
2.1 - A gestão governamental da segurança pública no Rio de Janeiro: continuidades, rupturas e a consolidação da ofensiva estatal.....	43
2.2 - A institucionalização das chacinas (2021–2025): legitimação da morte como prática da política de segurança e recurso político-eleitoral.....	65
3 - Representações midiáticas das chacinas: construção narrativa e produção de sentidos sobre a violência policial.....	79
3.1- Mídia e hegemonia: produção de narrativas e sentidos.....	80
3.2 - Procedimentos metodológicos da análise das coberturas jornalísticas.....	86
3.2.1 - Caracterização da pesquisa.....	87
3.2.2 - Constituição do corpus empírico.....	88
3.2.3 - Organização do material empírico.....	89
3.3 - As chacinas na mídia: o que se levantou na pesquisa.....	90
3.4 - Narrativas governamentais sobre as chacinas na cobertura midiática: justificativas institucionais acerca das violências e violações de direitos.....	93
3.4.1 - A (re)produção da legitimidade da violência policial: discursos oficiais, controle institucional e contestação da versão oficial na operação do Jacarezinho 2021.....	95
3.4.2 - Vila Cruzeiro: a política de Castro de consolidação das chacinas como prática de segurança pública.....	98
3.4.3 - Operação Contenção (2025): conter pela morte? A institucionalização política das chacinas e a celebração da letalidade estatal.....	100
3.5 - Quando a morte se torna política: discursos e sentidos da letalidade estatal no Rio de Janeiro.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS.....	109

INTRODUÇÃO

A violência letal produzida por agentes do Estado ocupa, há décadas, lugar central no debate sobre segurança pública no Brasil. No estado do Rio de Janeiro, esse fenômeno assume contornos particularmente expressivos em razão da recorrência de operações policiais realizadas em favelas e periferias urbanas, frequentemente marcadas por elevado número de mortes, interrupção de serviços públicos e intensa repercussão social. Longe de constituírem acontecimentos isolados, tais operações revelam permanências históricas na forma de atuação estatal sobre determinados territórios, evidenciando que a violência institucional se inscreve em processos mais amplos de gestão das desigualdades sociais, raciais e territoriais.

Nas últimas décadas, a segurança pública consolidou-se como uma das principais agendas políticas no estado do Rio de Janeiro. Sob diferentes governos, observa-se a permanência de estratégias baseadas na militarização dos territórios populares, na centralidade do enfrentamento armado e na ampliação do poder repressivo das forças de segurança. Ainda que essas políticas tenham assumido diferentes nomenclaturas e justificativas institucionais, mantiveram como elemento comum a produção recorrente da letalidade policial como mecanismo de intervenção estatal. Nesse percurso, a violência deixa de ser compreendida apenas como uma resposta circunstancial aos conflitos urbanos e passa a constituir uma forma recorrente de atuação do Estado sobre determinados segmentos da população.

É nesse contexto que se insere o governo de Cláudio Castro (2021–2025), período marcado pela intensificação das megaoperações policiais e pelo registro de algumas das ações mais letais da história recente do estado. Operações como a do Jacarezinho, em 2021, da Vila Cruzeiro, em 2022, e a denominada Operação Contenção, realizada nos Complexos da Penha e do Alemão, em 2025, evidenciam não apenas o aumento da letalidade policial, mas também a consolidação de uma racionalidade política que incorpora essas ações como elemento estruturante da política de segurança pública.

A intensificação dessas operações, observa-se a construção de discursos públicos voltados à legitimação da violência estatal. Autoridades governamentais, representantes das instituições de segurança e diferentes agentes políticos passaram a disputar, no espaço público, os sentidos atribuídos às ações policiais, frequentemente mobilizando categorias como combate ao crime, retomada do território e defesa da ordem pública. Nesse processo, os meios de comunicação assumem papel relevante na circulação, reprodução e disputa dessas narrativas, atuando não apenas como espaços de divulgação dos acontecimentos, mas também como instâncias produtoras de sentidos sobre violência, criminalidade, cidadania e Estado.

A escolha desta temática também se insere em um percurso acadêmico e profissional construído ao longo da formação em Serviço Social. Ainda na graduação, a aproximação com o debate acerca de favelas, via inserção em projetos de pesquisa e ações extensionistas, me aproximaram ao debate de formação social brasileira, das expressões da questão social e da constituição histórica das favelas, que despertou o interesse em compreender como os processos de urbanização, segregação socioespacial e desigualdade racial conformaram a relação entre Estado e territórios populares. Naquele momento, a pesquisa voltou-se para a análise da formação social brasileira e suas implicações na constituição das favelas, permitindo compreender que esses espaços não podem ser entendidos como resultado de processos espontâneos, mas como expressão das contradições inerentes ao desenvolvimento histórico do capitalismo brasileiro.

Essa trajetória acadêmica encontrou base na própria experiência vivida enquanto morador oriundo de território periférico de São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Ao longo dos últimos anos, foi possível acompanhar de forma cada vez mais intensa a expansão das operações policiais e da militarização dos territórios populares, fenômeno que passou a atravessar o cotidiano da população de maneira direta. Situações como a impossibilidade de sair de casa para acessar as aulas na universidade, deslocar-se para atividades acadêmicas ou exercer outras práticas cotidianas em razão de operações policiais tornaram-se experiências recorrentes, evidenciando que a violência estatal extrapola o momento do confronto armado e reorganiza as condições concretas de circulação, trabalho, estudo e acesso a direitos, inclusive o direito à vida.

Entretanto, esta pesquisa não se fundamenta na experiência individual em si, mas na compreensão de que essas vivências expressam uma realidade compartilhada por milhares de moradores de favelas e periferias do estado do Rio de Janeiro. Foi justamente a articulação entre essa trajetória de pesquisa, a observação das transformações recentes na política de segurança pública fluminense e o aprofundamento teórico proporcionado pelo mestrado que conduziu à formulação do problema investigado nesta dissertação. Assim, a inquietação inicial converte-se em objeto de investigação científica, buscando compreender como a intensificação das operações policiais, associada à produção de discursos políticos e midiáticos de legitimação, participa do processo de institucionalização das chacinas como expressão contemporânea da atuação estatal sobre territórios historicamente marcados pela desigualdade, pelo racismo estrutural e pela negação de direitos.

Diante desse contexto, esta pesquisa parte da seguinte questão: de que maneira as representações midiáticas das operações policiais mais letais realizadas durante o governo Cláudio Castro contribuem para compreender o processo de institucionalização das chacinas no estado do Rio de Janeiro? Parte-se da hipótese de que a institucionalização das chacinas não decorre exclusivamente da repetição material das operações policiais ou do crescimento dos índices de letalidade, mas da articulação entre práticas estatais, discursos políticos e representações midiáticas capazes de produzir legitimidade para a violência estatal e naturalizar a suspensão recorrente de direitos em determinados territórios. Em outras palavras, defende-se que esse processo se consolida não apenas porque o Estado mata, mas porque produz condições políticas, institucionais e simbólicas para que essa violência seja apresentada como necessária, eficiente e socialmente aceitável.

A pesquisa insere-se no campo da Política Social por compreender que a segurança pública não pode ser analisada de forma dissociada das relações entre Estado, sociedade e a garantia de direitos. As operações policiais examinadas não produzem apenas mortes, mas interferem diretamente no funcionamento das políticas públicas, interrompendo serviços de saúde, educação, assistência social, mobilidade urbana e trabalho, produzindo novas formas de vulnerabilização das populações residentes em favelas e periferias. Nessa perspectiva, a violência estatal ultrapassa o campo da segurança pública e passa a constituir uma dimensão da própria gestão da questão social, evidenciando formas seletivas de acesso à cidadania e aos direitos sociais. Ao incidir de maneira recorrente sobre territórios historicamente marcados pela pobreza, pelo racismo estrutural e pela precarização do acesso às políticas públicas, essas operações revelam que a administração das desigualdades sociais passa a incorporar mecanismos permanentes de controle e repressão. A institucionalização das chacinas, portanto, não representa apenas um problema da segurança pública, mas um fenômeno que redefine as formas pelas quais o Estado produz proteção, distribui direitos e administra conflitos sociais.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e pesquisa documental, tendo a pesquisa hemerográfica como estratégia central para a constituição do corpus empírico. Foram analisadas reportagens publicadas por diferentes veículos de comunicação acerca das três operações policiais de maior letalidade ocorridas durante o governo Cláudio Castro: Jacarezinho (2021), Vila Cruzeiro (2022) e Operação Contenção, realizada nos Complexos da Penha e do Alemão (2025). A seleção do corpus considerou reportagens de ampla circulação

nacional, buscando contemplar diferentes enquadramentos jornalísticos sobre os acontecimentos. A interpretação das fontes foi orientada pela Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2016), permitindo identificar categorias analíticas, recorrências discursivas, disputas narrativas e processos de produção de sentidos presentes nas coberturas jornalísticas.

A fundamentação teórica articula autores que discutem Estado, hegemonia, ideologia, racismo estrutural, questão social e segurança pública. As contribuições de Antonio Gramsci orientam a compreensão acerca da produção do consenso e da disputa pela hegemonia; Carlos Nelson Coutinho e Francisco de Oliveira possibilitam compreender as particularidades do Estado brasileiro e sua formação sócio-histórica; enquanto Sueli Carneiro, Florestan Fernandes e Clóvis Moura oferecem elementos fundamentais para a análise das relações entre racismo, desigualdades estruturais e violência estatal. Esse diálogo é complementado por autores do campo da segurança pública e da comunicação, permitindo compreender as representações midiáticas como parte dos processos de produção e legitimação das políticas de segurança.

Esta dissertação está organizada em três capítulos. A primeira sessão apresenta os fundamentos teóricos que articulam Estado, violência e segurança pública, situando historicamente a formação das políticas de controle social e repressão no Brasil, via aparato policial. Na segunda sessão analisa-se a política de segurança pública desenvolvida no estado do Rio de Janeiro de 1995 a 2025, discutindo a intensificação das megaoperações policiais e o processo de institucionalização das chacinas durante o governo de Cláudio Castro (2021-2025). O terceiro capítulo examina as representações midiáticas produzidas acerca das operações selecionadas, buscando compreender como as narrativas jornalísticas participam da construção, disputa e legitimação dos sentidos atribuídos à violência estatal.

Ao investigar a relação entre Estado, mídia e violência, esta pesquisa busca contribuir para o debate acerca dos limites da democracia brasileira diante da crescente centralidade da letalidade policial como instrumento de gestão dos territórios populares e de corpos negros. Mais do que analisar episódios específicos de violência, pretende evidenciar que a institucionalização das chacinas constitui um processo político e discursivo que redefine as formas de atuação estatal, produz experiências desiguais de cidadania e tensiona os próprios fundamentos do Estado Democrático de Direito. Defende-se, por fim, que compreender esse processo significa refletir sobre os modos pelos quais a coerção, a produção de consensos e as disputas narrativas se articulam na legitimação de práticas estatais que, ao incidirem seletivamente sobre corpos e territórios racializados, desafiam a universalidade dos

direitos e recolocam no centro do debate o papel do Estado na gestão da questão social contemporânea.

A construção desta pesquisa parte da compreensão de que as relações entre Estado, território e favela são atravessadas por disputas históricas, políticas e sociais que ultrapassam a dimensão estritamente institucional da ação estatal. Nesse sentido, as categorias analíticas mobilizadas neste estudo são compreendidas como ferramentas teóricas capazes de apreender as particularidades da intervenção estatal em territórios marcados por desigualdades sociais, racialização da violência e diferentes formas de produção da vida social.

A concepção de Estado que orienta esta investigação é pautada na perspectiva crítica, do materialismo histórico-dialético, compreendendo-o não apenas como aparato administrativo ou conjunto de instituições, mas como espaço de disputa entre projetos societários distintos, atravessado pelas relações de poder - classe dominante e classe dominada - presentes na sociedade. Do mesmo modo, o território é compreendido para além de sua dimensão espacial, sendo entendido como construção social e política, produzido pelas relações estabelecidas entre sujeitos, instituições e diferentes formas de apropriação e controle do espaço.

A favela, por sua vez, é tomada nesta pesquisa não como sinônimo de ausência do Estado ou como espaço reduzido à violência e à criminalidade, mas como território historicamente constituído por relações sociais, formas de organização coletiva, produção de sociabilidades e também pela presença seletiva e contraditória das instituições estatais. Essa perspectiva orienta a análise das megaoperações policiais, compreendendo-as como expressões de uma determinada forma de intervenção do Estado sobre territórios populares.

Nesse percurso, algumas formulações teóricas foram fundamentais para a construção do olhar investigativo adotado, especialmente aquelas que permitem compreender a relação entre Estado, território e as formas de intervenção estatal produzidas nas periferias urbanas. Partindo de uma perspectiva crítica acerca do Estado, recorre-se às contribuições de Engels (1963), para quem o Estado não constitui uma instância neutra ou exterior à sociedade, mas emerge das próprias contradições produzidas em seu desenvolvimento histórico. Conforme destaca o autor:

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é a “realidade da ideia moral”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não conseguem conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e

não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (Engels, 1963, p. 135-136).

A partir dessa compreensão, o Estado é analisado não apenas como estrutura administrativa e jurídica, mas como uma expressão das relações sociais historicamente constituídas, atravessadas por conflitos, desigualdades e disputas em torno da produção e reprodução da vida social. Essa perspectiva permite problematizar como determinadas populações e territórios passam a ser alvo privilegiado de políticas de controle, vigilância e repressão, especialmente no campo da segurança pública.

Nesse sentido, a categoria território assume papel central para a análise desenvolvida. Mais do que uma dimensão meramente espacial ou geográfica, o território é compreendido como uma construção social, histórica e política, marcado pelas relações estabelecidas entre sujeitos, instituições e formas de apropriação do espaço. Conforme afirma Santos (2007):

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida [...] Assim, é o território que ajuda a fabricar a nação, para que depois a nação o aperfeiçoe (Santos, 2007, p. 14).

A contribuição de Santos possibilita compreender que os territórios não são espaços vazios ou meros cenários onde os fenômenos sociais acontecem. Dessa forma, analisar a violência estatal em favelas e periferias implica compreender esses espaços como territórios historicamente constituídos por processos de desigualdade, resistência e disputa pela presença do Estado.

É nesse debate que se insere a compreensão de favela adotada nesta pesquisa, em diálogo com a formulação desenvolvida pelo Observatório de Favelas (2009). Para o Observatório, as favelas são territórios caracterizados por um conjunto de dimensões sociais, entre elas:

Insuficiência histórica de investimentos do Estado e do mercado formal, principalmente o imobiliário, o financeiro e de serviços; Forte estigmatização socioespacial, especialmente inferida por moradores de outras áreas da cidade; Edificações predominantemente caracterizadas pela autoconstrução, que não se orientam pelos parâmetros construídos pelo Estado; Apropriação social do território com uso predominante para fins de moradia; Ocupação marcada pela alta densidade de habitações; Indicadores educacionais, econômicos e ambientais abaixo da média do conjunto da cidade; Níveis elevados de subemprego e informalidade nas relações de trabalho; (...) Alta incidência de situações de violência, sobretudo a letal, acima da média da cidade; Relações de vizinhança marcadas por intensa sociabilidade com forte valorização dos espaços comuns como lugar de convivência (Observatório de Favelas, 2009, p. 21).

Assim, a favela é compreendida nesta pesquisa como um território complexo, marcado simultaneamente por desigualdades estruturais, processos históricos de segregação urbana, intensa sociabilidade comunitária e diferentes formas de presença estatal. Essa

abordagem permite analisar a letalidade policial não como um fenômeno isolado ou resultado exclusivo de dinâmicas criminais, mas como parte de uma forma histórica de gestão dos territórios populares e de suas populações.

1. Estado, Formação Social Brasileira e a constituição da violência policial no espaço urbano: raízes históricas da violência estatal

Esta seção tem como objetivo analisar a constituição da formação social brasileira a partir de suas determinações históricas, enfatizando as articulações entre Estado, capitalismo dependente, questão racial e produção do espaço urbano. Parte-se do entendimento de que as desigualdades que marcam a sociedade brasileira são resultantes de um processo histórico estruturado pela colonização, pela escravidão e pela inserção subordinada do país na dinâmica do capitalismo global. Nesse percurso, o urbano é compreendido não apenas como cenário, mas como expressão material dessas contradições, onde se manifestam de forma concreta as relações de poder, as hierarquias sociais e os mecanismos de controle.

Inicialmente, discute-se a formação social brasileira à luz da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, articulando-a ao debate sobre capitalismo dependente, com vistas a evidenciar como heranças coloniais, autoritárias e raciais se atualizam na produção das desigualdades contemporâneas e na organização do espaço urbano. Em seguida, analisa-se a violência como dimensão constitutiva da sociabilidade capitalista, destacando o papel do Estado na articulação entre coerção e consenso, bem como sua atuação na gestão dos conflitos sociais e na reprodução das hierarquias de classe, raça e território. Por fim, o capítulo se debruça sobre a instituição policial no Brasil, compreendendo-a como elemento central na manutenção da ordem social e na gestão seletiva dos territórios urbanos, especialmente sobre as populações negras, pobres e periféricas.

Dessa forma, busca-se evidenciar que a conformação do urbano brasileiro está profundamente imbricada com práticas históricas de dominação e exclusão, nas quais a violência estatal, particularmente em sua expressão policial, ocupa lugar estratégico. A análise proposta permite, assim, compreender as raízes estruturais da desigualdade urbana e os limites das políticas públicas diante de um modelo de desenvolvimento que reproduz, sob novas formas, antigas relações de poder.

1.1. Formação social brasileira: desigualdade, raça e estrutura de poder na produção do espaço urbano

O Brasil, inserido na periferia do sistema capitalista global, carrega as marcas históricas de um processo de colonização que estruturou sua formação social com base na exploração de raça, classe e gênero. A lógica de dominação imposta desde o período colonial

instituiu um modelo ideológico-cultural subordinado aos interesses das potências centrais, sendo esses elementos fundamentais para compreender a permanência de desigualdades estruturais no contexto atual.

Para interpretar essa conformação, recorreremos à categoria de Desenvolvimento Capitalista Desigual e Combinado, formulada por Lênin (2011) e aprofundada por Trotsky (2007). Lênin (2011) identifica que o capitalismo se desenvolve de forma desigual entre os territórios, sem seguir uma sequência linear. Trotsky (2007) acrescenta o aspecto combinado, evidenciando que países periféricos podem incorporar elementos do desenvolvimento capitalista avançado sem ter vivenciado todas as etapas pelas quais passaram os países centrais, produzindo uma combinação contraditória de formas sociais distintas. Essa leitura, como reforça Novack (1988), revela que as desigualdades não são anomalias, mas expressões da própria dinâmica contraditória do capitalismo.

Michael Löwy (1998) ressalta que essa categoria rompe com o evolucionismo e com o eurocentrismo, permitindo uma análise crítica das assimetrias entre centro e periferia no capitalismo global. No caso brasileiro, essa abordagem permite entender como elementos da sociabilidade capitalista se articulam com heranças coloniais e autoritárias, expressando-se de forma aguda no espaço urbano e na ação do Estado nos territórios populares.

Nos últimos séculos se desenvolveu de país a país, de continente a continente, e passou através das fases sucessivas do capitalismo comercial, industrial, financeiro e capitalismo estatal monopolista. Cada país, mesmo que atrasado, foi levado à estrutura das relações capitalistas e se viu sujeito às suas leis de funcionamento. Enquanto cada nação entrou na divisão internacional do trabalho sobre base do mercado mundial capitalista, cada uma participou de forma peculiar e em grau diferente na expressão e expansão do capitalismo, e jogou diferente papel nas distintas etapas do seu desenvolvimento (Novack, 1988, p.13).

No esforço de compreender a formação social brasileira à luz do marxismo, Florestan Fernandes, dialogando com Marx, Lênin e Trotsky, conceitua o Brasil como uma sociedade inserida em um modelo de capitalismo dependente. Nessa perspectiva, o desenvolvimento capitalista no país não se dá de forma autônoma, mas subordinada às dinâmicas internacionais do capital. A burguesia brasileira, segundo Fernandes (1995), articula-se de modo contraditório: é frágil no cenário global, mas exerce poder interno de forma autoritária, bloqueando transformações estruturais por meio da dissociação entre revolução econômica e política. Nessa condição, o autor explicita que uma dominação burguesa que “não faz história através da revolução nacional e de sua aceleração. Mas, ao contrário, pelo caminho inverso, de sua contenção e esvaziamento” (Fernandes, 1995, p. 126).

Assim, a burguesia¹ brasileira opera em favor da manutenção da dependência, sendo débil internacionalmente, e forte internamente, promovendo um modelo que fortalece sua posição no cenário interno ao mesmo tempo em que aceita sua subordinação externa. Para atingir seus fins, tal dominação dissocia revolução econômica e política, instaurando um “deslocamento totalitário do poder de classe, que elimina, de fato ou de direito (ou de fato e de direito), o resto da sociedade do espaço político e suprime os ritmos turbulentos da história, proscrevendo o conflito social” (Fernandes, 1995, p. 126).

Prado (2000), em sua obra clássica *O Sentido da Colonização*, argumenta que a realidade sócio-histórica do Brasil está marcada pela permanência dos vínculos de dependência herdados do processo colonial, os quais impactam profundamente na constituição do mercado interno e na mercantilização do trabalho. Segundo o autor, nas colônias tropicais não havia o propósito de povoamento visando à reprodução da vida europeia, mas sim o estabelecimento de mecanismos de dominação sobre os novos territórios. As terras “conquistadas” eram associadas à subalternização dos povos nativos e à ampliação do poder e da influência dos colonizadores. A colonização, portanto, apresentava um forte caráter comercial, voltado à extração de riquezas como madeiras, peles, pesca e outros recursos naturais. E ainda, destaca que “o sentido da colonização não estava para estimular o desenvolvimento autônomo do território”, tampouco voltava-se ao povoamento, mas sim à consolidação de uma “vasta empresa colonial” (Prado, 2000, p. 25), em que o território era definido com fins de exploração, expropriação e dominação, em benefício dos interesses mercantis de Portugal e da Europa.

Tal perspectiva contribui para entender o processo de urbanização no Brasil foi historicamente condicionado por dinâmicas externas e por interesses das elites locais alinhadas ao capital internacional, conformando cidades marcadas desde suas origens pela desigualdade, pela segregação e pela funcionalidade aos ciclos de exploração. Desde o período colonial, a formação das cidades brasileiras esteve subordinada à lógica da exportação de matérias-primas e à concentração fundiária, o que produziu uma ocupação territorial

¹ A burguesia brasileira internamente vai constituir-se pelo que Florestan Fernandes (1973, p. 108) identifica como um padrão compósito de hegemonia burguesa: “Por isso tal padrão de hegemonia burguesa anima uma racionalidade extremamente conservadora, na qual prevalece o intento de proteger a ordem, a propriedade individual, a iniciativa privada, a livre empresa e a associação dependente, vista como fins instrumentais para a perpetuação do superprivilegiamento econômico, sociocultural e político”. Trata-se de uma hegemonia marcada pela racialização do poder, consolidada por uma elite branca, proprietária e herdeira dos privilégios históricos da escravidão e da colonização, que organiza o Estado e as instituições segundo seus interesses de classe e de raça. Assim, o “superprivilegiamento” de que fala Fernandes não é apenas econômico, mas também sociorracial, sustentado pela reprodução de um imaginário de superioridade branca e pela naturalização da subalternização de corpos negros e pobres.

voltada à reprodução da riqueza de poucos e à marginalização das populações trabalhadoras e negras.

A questão racial configura-se como elemento central da formação social brasileira, articulando-se de maneira indissociável às formas históricas de dominação, à estrutura de classes e à produção das desigualdades. Conforme analisa Clóvis Moura (1988), o racismo no Brasil não pode ser compreendido como herança residual do escravismo, mas como um princípio ativo de organização social que se reconfigura no interior do capitalismo dependente, operando como fundamento da exploração e da marginalização da população negra.

O autor demonstra que o autoritarismo brasileiro não se constitui apenas como forma conjuntural de governo, mas como dimensão estrutural do poder, historicamente ancorada na racialização das classes subalternas. Desde o período escravista, o Estado organiza-se como aparato de repressão voltado à contenção da população negra, garantindo a manutenção dos interesses das classes dominantes.

Moura (1988) identifica ainda que essa engrenagem de dominação é sustentada por um componente sociopsicológico fundamental, que denomina como “síndrome do medo”. Trata-se de uma racionalidade marcada pelo temor permanente das elites diante da possibilidade de insurreição da população negra, alimentada por experiências como a Revolução Haitiana. Esse medo, longe de ser episódico, estrutura práticas políticas e institucionais, funcionando como justificativa para a intensificação da vigilância, da punição e da violência estatal. Assim, a criminalização da população negra e sua associação à ideia de perigosa, constituem elementos centrais na legitimação de um Estado que opera seletivamente, naturalizando a repressão como mecanismo de garantia da ordem social.

A síndrome do medo das classes senhoriais tinha apoio material no grande número de escravos negros e na possibilidade permanente da sua rebeldia. Refletia uma ansiedade contínua e, com isto, a necessidade de um aparelho de controle social despótico, capaz de esmagar, ao primeiro sintoma de rebeldia, a possibilidade dessa massa escrava se rebelar. Os senhores de escravos, por isto, especialmente os senhores de engenho, onde a massa negra era bem superior à branca e os meios de comunicação escassos, estavam sempre a pedir providências acauteladoras ao governo (Moura, 1988, p. 232).

Esse pânico servia como o combustível ideológico para a criação de um aparelho repressivo. A brutalidade das leis e a vigilância extrema eram justificadas pela necessidade de "esmagar" qualquer sinal de rebeldia antes que ela se espalhasse. Moura enfatiza que a síndrome do medo não desapareceu com a abolição. Ela se transformou em um mecanismo de defesa racionalizado que acompanha a discriminação racial moderna, mantendo a população

branca em um estado de alerta e justificando políticas de controle social e exclusão contra as populações não-brancas.

De acordo com Clóvis Moura, a relação entre a síndrome do medo e a violência policial é de causa e efeito, onde o pânico histórico das classes dominantes em relação à rebeldia negra justifica a existência de um aparelho repressivo brutal e permanente.

Criaram-se, duas pontes ideológicas: a primeira é de que com a miscigenação nós democratizamos a sociedade brasileira, criando aqui a maior democracia racial do mundo; a segunda de que se os negros e demais segmentos não-brancos estão na atual posição econômica, social e cultural a culpa é exclusivamente deles que não souberam aproveitar o grande leque de oportunidades que essa sociedade lhes deu. Com isto, identifica-se o crime e a marginalização com a população negra, transformando-se as populações não brancas em criminosos em potencial. Tem de andar com carteira profissional assinada, comportar-se bem nos lugares públicos, não reclamar dos seus direitos quando violados e, principalmente, encarar a polícia como um órgão de poder todo-poderoso que pode mandar um negro "passar correndo" ou jogá-lo em um camburão e eliminá-lo em uma estrada. Negro se mata primeiro para depois saber se é criminoso é um slogan dos órgãos de segurança (Moura, 1988, p. 75).

Ao longo da história brasileira, essa lógica de controle racializado se expressa em diferentes práticas e contextos, evidenciando a permanência de uma racionalidade repressiva. Conforme aponta Moura (1988), ainda no período pós-abolição, a população negra passou a ser sistematicamente associada à criminalidade, legitimando ações policiais arbitrárias e violentas nos espaços urbanos. Nesse processo, a Lei de Terras de 1850 constitui um marco fundamental, ao impedir o acesso da população negra à terra e consolidar condições estruturais de marginalização que se desdobram na ocupação precária dos espaços urbanos. No início do século XX, essa dinâmica se manifestou na repressão a terreiros de candomblé e outras práticas religiosas de matriz africana, bem como na vigilância sobre manifestações culturais negras, como o samba, frequentemente tratadas como focos de desordem e vadiagem. Já ao longo do século XX, especialmente em contextos autoritários, como o Estado Novo e a ditadura civil-militar, intensificaram-se práticas de controle, perseguição e violência direcionadas a sujeitos e territórios racializados. Em tempos mais recentes, essa mesma lógica se atualiza na atuação policial em favelas e periferias urbanas, marcada por abordagens seletivas, incursões violentas e pela naturalização da letalidade como instrumento de gestão da ordem. Esses exemplos evidenciam que, embora reconfigurada ao longo do tempo, a violência estatal mantém como eixo estruturante o controle da população negra e de seus espaços de sociabilidade.

No avanço do capitalismo dependente, sobretudo a partir da industrialização tardia e concentrada nas regiões metropolitanas, o urbano se consolidou como espaço funcional à

acumulação, concentrando infraestrutura e investimento em áreas de interesse econômico, enquanto relegado às classes subalternizadas aos espaços precários e desassistidos, resultando em um território atravessado por fronteiras raciais e de classe, que seguem orientando as políticas de planejamento, de segurança e de habitação até a contemporaneidade.

A organização do espaço urbano, portanto, não é neutra: nasce inserida numa lógica de dominação que persiste e se atualiza, sendo essencial à compreensão das desigualdades urbanas contemporâneas e dos limites das políticas públicas no enfrentamento da questão urbana.

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns gêneros; mais tarde ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira [...] com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira (Prado, 2000, p. 25-26).

Importante destacar que, Arantes (2021) aponta que o cenário urbano contemporâneo é marcado por ações de controle e vigilância das classes enquadradas como perigosas, por via de um “urbanismo militarizado”, tal fato remete que, o caso brasileiro é marcado por um processo que, ao invés de romper com os pilares herdados da colonização, os manteve e atualizou. Como aponta Jorge (2022), tratou-se de um percurso que “conservou os traços do nosso atraso” (p. 145), evidenciando que a modernização capitalista no Brasil não significou uma superação das estruturas coloniais, mas sim sua reconfiguração sob novas bases. Essa inserção na lógica do capital ocorreu de forma acelerada, desordenada e profundamente desigual, produzindo antagonismos e contradições. Dessa forma, a entrada do Brasil no mundo moderno capitalista não eliminou as heranças da dominação colonial, mas as incorporou como parte constitutiva do modelo de desenvolvimento, influenciando profundamente a conformação do urbano, da estrutura fundiária e das desigualdades socioespaciais que persistem até hoje (Oliveira, 1972).

A formação do urbano no Brasil está intrinsecamente ligada à forma desigual como se constituiu a cidadania no país, marcada por processos de exclusão historicamente enraizados. Ao analisar a consolidação da cidadania brasileira, Carvalho (2002) afirma que “o fator mais negativo para a cidadania foi a escravidão” (p. 19), uma vez que os escravizados eram privados de qualquer reconhecimento jurídico ou político. A abolição da escravidão em 1888 representou, em tese, uma mudança significativa ao incorporar os ex-escravizados à esfera dos direitos civis. No entanto, essa inclusão foi parcial e essencialmente formal, não

acompanhada de mecanismos reais de reparação, inclusão econômica ou integração urbana. Como consequência, a liberdade concedida não significou cidadania plena, produzindo marcas profundas e persistentes nas dinâmicas sociais e territoriais. A ausência de políticas de acesso à terra, moradia e trabalho gerou um padrão de urbanização excludente, que relegou a população negra e pobre aos espaços periféricos e precários das cidades. Assim, a cidadania no Brasil - compreendida como fenômeno complexo e historicamente determinado - desenvolveu-se de maneira fragmentada, seletiva e profundamente atravessada por desigualdades raciais e socioespaciais que ainda moldam a configuração urbana contemporânea.

Diante disso, ao pensarmos o conceito de cidadania, Coutinho (2006) compreende a cidadania como um processo histórico. Para o autor, a cidadania se concretiza na prática, por meio da participação ativa na vida social e política. Ou seja, há uma diferença substancial entre ser formalmente portador de direitos e ser efetivamente tratado como cidadão. Essa distinção ganha contornos ainda mais marcantes em contextos de desigualdade, nos quais parte significativa da população permanece relegada à condição de subcidadania², com acesso limitado ou precário aos direitos sociais básicos.

Diante desse percurso, torna-se evidente que a conformação do espaço urbano brasileiro não pode ser dissociada dos legados coloniais, das dinâmicas do capitalismo dependente e das formas históricas de exclusão que moldaram a cidadania no país. A cidade, enquanto expressão material dessas contradições, revela-se como território de disputas, onde a presença do Estado é seletiva e a garantia de direitos, profundamente desigual, cria-se o ideário de “favela versus asfalto”. A leitura crítica da urbanização brasileira exige, portanto, o reconhecimento de que o urbano não é apenas um espaço físico ou demográfico, mas sobretudo político e social, marcado por relações de poder, racismo estrutural e negação sistemática da cidadania plena a amplos setores da população.

1.2 - Violência de Estado: poder, coerção e controle social

Em seus estudos Marx apresenta que, ao longo da história, com o aumento da produção de riquezas, fator emergente da transformação de dinheiro e da produção da

² Jessé Souza (2003) utiliza a noção de subcidadania para compreender como, apesar da igualdade formal estabelecida pela cidadania moderna, determinados grupos sociais permanecem submetidos a condições desiguais de reconhecimento, pertencimento e acesso efetivo a direitos. Trata-se de uma cidadania vivenciada de forma precária, na qual determinados sujeitos são socialmente percebidos como menos dignos de reconhecimento e proteção. Ver: SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

mercadoria em capital, ocorreu a partir da divisão social e técnica do trabalho entre os seres humanos a partir da conformação das classes sociais. As relações capitalistas se conformam com base na separação entre a propriedade privada dos meios de produção e a força de trabalho, sendo estes pressupostos imprescindíveis para a organização da sociedade, tendo como pontos basilares a necessidade de sujeitos antagônicos:

duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se confrontasse e entrasse em contato, aqueles que possuem dinheiro, meios de produção e meios de subsistência que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante a compra de força de trabalho alheia, e aqueles que são trabalhadores livres, vendedores de sua força de trabalho e assim, vendedores de trabalho (Marx, 1985, p. 262).

Sendo as duas classes sociais, burguesia e classe trabalhadora, conformadas a partir de interesses antagônicos, vale destacar que a burguesia, classe dominante no capitalismo, exerce domínio econômico, mas também dominação política e ideológica, construindo relações que sustentam os seus interesses de classe, e o desenvolvimento do capitalismo (Marx, 2003).

Assim sendo, para Marx o papel do indivíduo na sociedade e na história não pode ser entendido se não levar em conta a classe social e a posição que os sujeitos ocupam nas relações sociais de produção, atravessamentos inerentes a esta sociabilidade por meio de seus determinantes estruturais, que são fruto de uma análise do concreto e do abstrato, na qual a classe capitalista, partindo dos pressupostos de seus interesses antagônicos, organiza-se por meio de um processo de concessão e negação das conquistas da classe trabalhadora, de modo que estas não impactem na ampliação da dominação e exploração do capital.

Portanto, a perspectiva do método é compreender o movimento do real, na qual elementos se misturam, o arcaico e o moderno (Fernandes, 1973, 1980, 1995), denotando que o trânsito entre o ‘velho travestido de novo’ se desdobra em realidades quer sejam materiais, ou no âmbito político, econômico e jurídico, que reproduz e fomenta as estruturas desse modo de produção aos cenários conjunturais (Iasi, 2019).

A partir do aporte teórico marxista sobre o capitalismo, evidencia-se que a constituição da sociabilidade moderna está profundamente ancorada na violência como mecanismo estruturante para a reprodução ampliada do capital. Marx explicitou que “a violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica” (Marx, 2013, p. 821). Portanto, Marx nos revela que os atos de violência são recursos de controle, dependência e regulação das vidas dos não detentores do poder oligárquico ou dos meios de produção.

Nesse processo, o Estado figura como agente central na consolidação da dominação de classe, mas essa dominação, na realidade brasileira, nunca se efetivou de modo abstrato. Ela se realiza por meio da intersecção raça, gênero e classe, expressando um projeto de poder que articula exploração econômica, hierarquização racial e controle dos corpos. O uso sistemático da força e do poder bélico pelo Estado tem sido, historicamente, um instrumento de manutenção da hegemonia burguesa e da supremacia branca, assegurando o controle sobre as populações negras, indígenas e pobres.

No contexto da formação urbano-industrial, sobretudo nas particularidades da formação social brasileira, esse arranjo violento adquire expressões específicas, materializando-se no controle seletivo dos territórios, na gestão desigual dos espaços urbanos e na imposição de políticas públicas que operam mais no sentido da contenção do que da garantia de direitos. A cidade torna-se, assim, espaço privilegiado de disputa, onde a violência estatal atua como instrumento de disciplinamento social e de regulação da pobreza, em especial nas áreas metropolitanas, habitada majoritariamente por populações negras, periféricas e trabalhadoras, historicamente alvo das práticas de controle e repressão. A violência, nesse sentido, não é apenas um desvio ou uma falha, mas sim uma dimensão constitutiva da lógica urbana capitalista, que naturaliza a segregação e reproduz cotidianamente desigualdades estruturais. A análise da violência como força política, portanto, é imprescindível para compreender os desafios da reconfiguração urbana na crise do capital contemporâneo, bem como os limites das políticas públicas formuladas dentro dessa mesma racionalidade excludente.

Nesse sentido, o debate proposto por Mbembe (2018) acerca da necropolítica oferece uma chave interpretativa fundamental para pensar o modo como o Estado, em contextos de colonialidade e dependência, exerce o poder de decidir quem pode viver e quem deve morrer. No caso brasileiro, tal racionalidade se materializa na gestão urbana e nas práticas de segurança pública que naturalizam o extermínio de corpos negros, pobres e periféricos, transformando determinadas populações e territórios em espaços de morte legitimada, carregando um alvo no corpo e no endereço.

Com base nas contribuições de Lefebvre (1999) e Harvey (2005), é possível compreender que a constituição do urbano-industrial na modernidade do ocidente não se resume à simples ampliação das cidades, mas expressa, de forma concreta, a lógica expansiva do modo de produção capitalista. A urbanização, nesse sentido, representa uma dimensão

estratégica da acumulação de capital, revelando como os espaços urbanos são moldados para atender às exigências da reprodução do capital.

Lefebvre (1999) aponta que, a constituição e reprodução do urbano-industrial não ocorre de forma linear ou pacífica. Pelo contrário, as crises são parte integrante desse processo, expressando as contradições sociais que o constituem.

Miranda (2021) aponta que, tendo a violência em sua estrutura, o capitalismo ao longo da história constitui-se como um sistema alicerçado na produção da morte e da violação, os ciclos de genocídios, massacres e negações são próprios da lógica da fusão de política e guerra, na qual forja-se um inimigo, sendo esse o que ocupa os estratos mais pauperizados, e atravessado pela dialética das opressões - como raça, classe, gênero e território.

Não há capitalismo, portanto, que não seja necrocapitalismo. A lógica de produção de morte é parte integrante da sociedade civil burguesa, e o Estado moderno, na condição de forma estatal cuja primazia consiste na manutenção da burguesia como classe dominante, reproduz tal lógica de dominação, tornando oculto que subjacente a todo Estado necropolítico existe um sistema necropolítico, o qual denomino necrocapitalista ou simplesmente capitalismo, tendo em vista que a adição do prefixo ‘necro’ não tem a função de propor um novo tipo de capitalismo, mas apenas de demarcar o caráter mortífero do modo de produção capitalista (Miranda, 2021, p. 12).

O autor denota que “vida e morte não são elementos naturais, mas mediados pelas relações de poder que se estabelecem na sociedade capitalista, e que além disso, há um processo desigual de distribuição da morte” (Miranda, 2021, p. 25-26). Evidenciando o caráter de desumanização expresso em um Estado que forja e alimenta uma sociabilidade violenta.

A análise das relações entre Estado, capitalismo e lutas de classes pode ser aprofundada a partir das contribuições de Antonio Gramsci (2006), que permite compreender o Estado para além de uma instância meramente institucional. Nessa perspectiva, o Estado configura-se como uma relação social dinâmica, atravessada por disputas permanentes entre frações de classe, nas quais se articulam coerção e consenso. Para Gramsci, o exercício do poder não se sustenta exclusivamente pela força, mas depende da construção de uma hegemonia que opera na sociedade civil por meio de instituições como escola, mídia e religião, responsáveis por difundir valores e visões de mundo que naturalizam a dominação. Ao mesmo tempo, a sociedade política, composta pelos aparelhos jurídicos e repressivos, garante, através da coerção, a disciplina dos grupos que não aderem a esse consenso. Essa unidade entre hegemonia e força, sintetizada na ideia do Estado ampliado, evidencia que o

domínio das classes dirigentes se realiza tanto pela internalização ideológica quanto pela possibilidade permanente do uso da violência (Gramsci, 2006).

Fontes (2023, p. 91) ao apresentar as contribuições de Gramsci sobre Estado e sociedade, apresenta que para o autor “o Estado é o terreno de consolidação da dominação de classe (unificar os dominantes, dividir os subalternos), e é atravessado por diversas relações de forças”. Desse modo, o Estado não apenas reflete as disputas sociais, mas intervém nelas de forma decisiva, contribuindo para a reprodução das hierarquias e para a limitação das possibilidades de ação coletiva dos grupos subalternizados.

A sociedade capitalista é permanentemente dilacerada por tensões que se expressam por fora e dentro do Estado, o qual precisa apresentar-se ora como capaz de ajustá-las, ora de incluir parcialmente demandas ou reivindicações, ora de brutalmente reprimi-las. As contradições da vida social capitalista se revelam também no Estado e nas profundas crises que experimentamos (Fontes, 2023, p. 90).

Gramsci (2006) apresenta que o uso de forças são expressões de poder político militarizado. O autor compara o Estado ao Centauro, na qual apresenta um duplo sentido na vida política, tendo seu caráter brutal e humano, na força e no consenso. O intelectual evidencia que o Estado atua numa tarefa formativa, por meio de uma política educativa - para além da formalidade do cunho escolar - voltado para garantir o conformismo social de classe, na qual extrapola os limites meramente institucionais, incidindo sobre os sujeitos culturalmente, no âmbito da moralidade e civilidade.

1.3. O controle dos “indesejáveis”: o aparato policial no Brasil

A partir das reflexões sobre Formação social brasileira, Estado e constituição do urbano-industrial no Brasil, este item se volta às implicações da instituição policial, que desempenhou e continua desempenhando um papel central na gestão dos territórios urbanos, atuando frequentemente como aparato de controle social sobre as populações marginalizadas, especialmente nas periferias e favelas. Longe de ser apenas um órgão de segurança pública, a polícia no Brasil historicamente exerce uma função política de manutenção da ordem social estabelecida, reforçando mecanismos de segregação e exclusão que atravessam a própria configuração do urbano. Assim, a análise do urbano brasileiro deve considerar a polícia não apenas como agente da lei, mas como componente central das dinâmicas de poder que moldam a vida nas cidades, definindo quem pode circular, ocupar e se apropriar dos espaços urbanos.

Com os avanços societários e a crescente demanda por intervenções, especialmente relacionadas à segurança da propriedade privada, surgiram os primeiros modelos do que hoje chamamos polícia, definidos por alguns estudiosos como instituições “pré-policiais” (Bretas e Rosenberg, 2013, p. 166). O surgimento dessas organizações está ligado à modernização da governabilidade política, que acompanhou o enriquecimento das nações e impôs à polícia uma dupla função: administrativa, para fortalecer e expandir as atividades econômicas, e de segurança, para garantir o bem-estar da população. Conforme apontam Silva e Bretas (2022, p. 193), “sendo assim, a polícia nos tempos modernos interligava-se a dois objetivos complementares: o de prosperidade do Estado e o bem-estar da população”. Entretanto, ao dialogar com essa concepção, é fundamental questionar que população efetivamente se beneficia desse “bem-estar”, sobretudo no contexto brasileiro, onde o Estado historicamente atua em defesa dos interesses das elites, em detrimento das demandas das classes trabalhadoras - com seus marcadores da exclusão. Essa tensão evidencia as contradições da institucionalização policial e sua relação com a organização desigual do espaço urbano, marcada pela exclusão e pela seletividade no exercício da cidadania.

No que se refere ao surgimento da instituição polícia, destacamos que há imprecisão por parte dos estudos em demarcar um período cronológico exato, haja vista que os moldes institucionais foram sendo desenvolvidos de forma processual a depender de fatores conjunturais específicos de cada região ou país. Contudo, cabe apresentar que, há dois registros históricos que são muito usados para efeitos de demarcação sobre o projeto da polícia como uma instituição pública, que são: na França em 1667, o Rei Luís XIV criou o Departamento Geral de Polícia, tendo como intuito conter crimes e delitos e realizar a vigilância da população; e, já a historiografia policial convencional classifica a polícia de Londres como a primeira centralizada na prevenção e controle de crimes, sendo instituída por Robert Peel em 1829 (Silva e Bretas, 2022, p. 195).

No que diz respeito ao Brasil, cabe enfatizar que no início do século XIX o primeiro Intendente Geral da Polícia, Paulo Fernandes Viana, exerceu ampla autoridade sobre os serviços e projeção urbana do Rio de Janeiro, sendo o mesmo intitulado como responsável por obras públicas, tais como abastecimento de água potável e construção de estradas (Silva; Bretas, 2022). Contudo, considera-se que, tal fator que muitos estudiosos exemplificam como “cunho social” denotam que o segmento policial contribuiu para a expansão das cidades aos moldes impostos pelos poderes coloniais, que adequam o “novo mundo” aos padrões exigidos, baseando-se nas metrópoles europeias. Logo, é evidente que a dita função social da

polícia, nada mais era do que o pontapé para um projeto de controle das cidades, de modo a propagar um novo modelo de organização e gerência do espaço urbano, não sendo apenas uma ação “natural” da instituição. Essa atuação policial expressa um projeto político de ordem pública, que posteriormente vão assumindo novas configurações, no qual o uso da violência e do autoritarismo passam a ser justificáveis para fomentar as hierarquias e a ordem na cidade.

No entanto, no contexto brasileiro, é importante destacar que a institucionalização do aparato policial remonta a 1808³, com a chegada da família real portuguesa ao território colonial (Batista, 2003). Vinculada ao processo de modernização administrativa e urbana promovido pelo Estado imperial nascente, a polícia foi concebida sob o ideal de promover o bem-estar da população e simbolizar o avanço civilizatório. Contudo, como observa Batista (2003), o corpo policial instalado na capital do Império tinha entre suas principais funções o controle e repressão da população escravizada, que manifestava insatisfação por meio de práticas como as rodas de capoeira, fugas e a organização de quilombos. Assim, sob a fachada de ordem e progresso urbano, consolidou-se uma política de segurança voltada à manutenção da hierarquia racial e social, articulando a repressão como instrumento central da conformação do espaço urbano e de seu controle seletivo.

Segundo Bretas e Rosemberg (2013, p. 167), dois marcos centrais para a conformação da instituição policial no Brasil foram a criação da Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, em 1808, e, posteriormente, da Guarda Real de Polícia da Corte, em 1809. Estas foram as primeiras instituições públicas no território brasileiro a adotarem oficialmente o termo ‘polícia’, exercendo funções que iam desde o patrulhamento do espaço urbano e controle de estradas até a perseguição de escravizados foragidos e tarefas administrativas diversas. Inserida no contexto de modernização urbana trazido com a Corte, a polícia foi se moldando a partir do modelo francês, que propunha uma noção ampliada de governabilidade, associando a atuação policial a um leque de atribuições que, com o tempo, foram sendo absorvidas por outras estruturas do Estado. Esse processo contribuiu para a delimitação progressiva das funções da polícia e para a constituição de uma identidade profissional própria (Silva e Bretas, 2022).

A polícia do Império brasileiro é atravessada por uma perspectiva de controle social diante de uma sociedade escravista, apresentando neste cenário uma estrutura precária, sendo muito ligada aos poderes locais. A instituição polícia conforme ia avançando territorialmente

³ Em 1807 a comitiva portuguesa chegou ao Brasil na cidade de Salvador, sendo em 1808 o Rio de Janeiro tornando-se residência fixa da Família Real.

para as regiões mais distantes dos centros urbanos, vão assumindo e participando de forma assídua nas ações de poder e interesses de autoridade locais, utilizando-se do uso da forma física enquanto representação de uma estrutura que operava em defesa da ordem social, que foram adquirindo novas frentes de atuação, a exemplo temos as Esquadras do Mato⁴, denominado como uma pequena força policial para capturar escravizados. Portanto, podemos observar que o marco da institucionalização da polícia no Brasil pautou-se na violência e ‘combate ao inimigo’. Uma polícia que nas ruas perseguia a população negra e pobre por vezes com uso de castigos físicos em praças públicas, propagando o ideário de que autoridade se impõe com a força.

Uma instituição que, ao atuar na regulação cotidiana da cidade, contribuía diretamente para definir os lugares sociais de cada indivíduo, traçando de forma simbólica e eficaz uma linha imaginária entre os que podiam circular livremente e aqueles cuja presença deveria ser vigiada, contida ou removida, sendo esses os corpos de escravizados, ex-escravizados, negros, pessoas oriundas da vida de servidão. Dessa forma, a polícia não apenas mantinha a ordem, mas ajudava a construir as fronteiras sociais e espaciais do urbano, reforçando a segregação entre o centro e a periferia, entre os cidadãos plenos e os subcidadãos, entre os incluídos e os indesejáveis. Nesse contexto, a atuação policial se revela como um dos pilares da manutenção da ordem racial que estrutura o espaço urbano brasileiro. Mais do que um instrumento de segurança, a polícia opera como agente de continuidade do projeto de higienização e desumanização de corpos negros, reafirmando cotidianamente as fronteiras que separam quem pode ocupar e circular pela cidade. A lógica do embranquecimento, historicamente associada ao ideal de civilização e progresso, segue orientando a gestão dos territórios urbanos, restringindo o direito à mobilidade e à existência digna da população negra e periférica. Assim, a cidade torna-se não apenas o cenário, mas o próprio dispositivo de uma política de morte que, sob o discurso da segurança e da ordem, produz e legitima a eliminação dessas determinadas vidas avessas à branquitude.

A chegada da família real no Rio de Janeiro é um marco histórico na construção do Estado nacional, demandando uma reorganização da cidade, e não apenas nas dimensões materiais como a questão urbana, demandou o empenho de novas atividades políticas e ideológicas, e no âmbito da segurança organiza-se um aparato policial repressivo e autoritário, tendo a ordem e disciplina como justificativa para proteger uma corte que estava situada numa

⁴ Para mais ver: FARIA, Regina Helena Martins de. Em nome da ordem: a constituição dos aparatos policiais no universo luso-brasileiro (sécs. XVIII-XIX). Tese (doutorado) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Em https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7166/1/arquivo3341_1.pdf

cidade onde escravizados e pobres circulavam pelas mesmas ruas que a família real portuguesa.

A Proclamação da Independência do Brasil, em 1822, impôs novas mudanças e rearranjos no que tange às legislações que orientavam o Estado nacional brasileiro, como aponta Araújo (2016):

Em 1824 houve a promulgação da primeira Constituição do país, que incluía a declaração geral “a lei será para todos, quer proteja ou castigue”, mas a polícia não alterou em essência o controle exercido sobre a população negra da capital. Apesar da Constituição obrigar o então intendente da polícia a justificar as prisões que não poderia acontecer sem mandado judicial ou flagrante, o açoite ainda era usado como punição aos escravos e negros libertos (Ibidem, 2016, p. 66).

A primeira Constituição trazia de forma bem singela que perante a lei todas as pessoas eram iguais (Araújo, 2016), contudo, sabemos que na realidade brasileira tal discurso é construído para propagar um apassivamento das camadas populares, de forma a alimenta que não existe diferença de tratamento, o que é uma farsa, dado a dimensão do Estado de classe que está alinhada aos interesses da elite dominante. Logo, o Estado, ainda que regido por novas leis, alinhado aos anseios da elite nacional por ordem pública, mantém a reprodução de uma intervenção policial arbitrários sobre a população negra, fruto da propagação sistêmica do negro como desumanizado e inimigo.

As patrulhas policiais vão assumindo novas configurações de atuação na cidade, a exemplo temos em 1825 a criação do decreto “toque de Aragão”, conhecido como toque de recolher, após horários determinados as forças policiais poderiam abordar todos os indivíduos que apresentassem posturas suspeitas e estivessem nas ruas, tal medida fazia parte do arcabouço de bom comportamento público, e aqueles - excetos pessoas de notoriedade e probidade - que estivessem tarde da noite na rua enquadravam-se como ameaçadores à tranquilidade pública (Holloway, 1997). Ou seja, tal decreto alimentou uma cultura policial contrária a um segmento social específico, que era negra e pobre, permitindo a agudização da violência a este grupo, intensificando a ideia de vadiagem.

É no contexto de instabilidade política e rebeliões populares que, em 1831, é criado o Corpo de Guardas Municipais Permanentes — origem do que hoje é a Polícia Militar (Araújo, 2016). A instituição se fortalece ao longo do tempo, acompanhando o processo de urbanização e reforçando a lógica de controle social nos centros urbanos. Com estrutura militarizada e atuação marcada pelo uso da força, a Polícia Militar se consolidou como instrumento de repressão e vigilância, sobretudo sobre as camadas populares, reforçando a seletividade do controle estatal nas cidades.

Com a Primeira República⁵ e a busca pela modernização, inaugura-se uma nova denominação de polícia, que substitui a organização policial do Império, visando a transição de um modelo “arcaico” progredindo para uma organização dos corpos policiais com aspectos militaristas, centralizados na disciplina, ajustamento e controle.

Donde a “nova” polícia, principalmente a de caráter militarizado, foi pensada como um instrumento de dupla função: num primeiro sentido como um dispositivo de manutenção da ordem, por meio do controle repressivo da “classe trabalhadora”; e, num segundo, como uma milícia de soberania, atrelada imediatamente ao nicho do poder político de cada estado da federação, que representava os interesses das elites locais, tanto no enfrentamento com os interesses da União, quanto no confronto com o exército, e suas inclinações “moderadoras” do jogo político (Rosemberg, 2016, p.12).

O projeto republicano para o Brasil trouxe consigo um ideário de forças policiais que estivessem alinhados às ambições dos grupos políticos que assumiram. Cabe apontar que, ainda com a instauração de um novo regime - a república -, velhas práticas foram forjadas aos moldes da dita modernização. Como aponta Rosemberg (2016, p. 9) “ainda que tenha havido um rearranjo na elite que conduzia os negócios públicos, a elite econômica, principalmente a oligarquia cafeeira paulista, foi a principal beneficiada com o novo ajuste”. Isso porque o regime republicano tivera de adotar ações frente ao cenário de substituição da mão de obra escravizada que fossem satisfatórias ao ponto de vista econômico, sendo a imigração estrangeira um mecanismo adotado, de modo que o mercado de trabalho não fosse atingido pela ausência de mão de obra barata, proporcionando manutenção das produções e um baixo nível salarial.

As intervenções policiais davam-se em nome da manutenção da ordem pública, pontapé da ideia de combate à criminalidade, associando corpos negros, pobres e “rebeldes” como preguiçosos e malandros. O Código Penal de 1890 trazia como criminalização moral a vadiagem, o alcoolismo e a prostituição, sinônimo de desvio social da figura de um operário produtivo, apolítico e obediente (Araújo, 2016). Essa lógica de atuação estatal e policial se articula historicamente à forma como o corpo negro foi construído no imaginário social brasileiro. Desde o período pós-abolicionista, consolidou-se um discurso que associa a população negra às figuras do “doente” e do “perigoso”, legitimando diferentes práticas de controle e exclusão. No campo médico, o negro foi enquadrado como um corpo biologicamente inferior e predisposto à doença e à desordem; no campo jurídico e policial, como ameaça à segurança e à moral urbana. Tais representações encontram sustentação na teoria da degenerescência, que no final do século XIX e início do XX ofereceu uma base

⁵ Período compreendido entre os anos de 1889 e 1930.

pseudocientífica para a manutenção da hierarquia racial e para a defesa do embranquecimento da população. Sob essa racionalidade, o controle e a eliminação de corpos negros - seja pela reclusão, pela medicalização ou pela letalidade policial - foram concebidos como medidas de higienização social e de preservação da “ordem” e do “progresso”. Assim, a desumanização opera como fundamento simbólico e político do projeto de urbanização racializada.

Na contemporaneidade, essa evolução se manifesta em práticas intensificadas de vigilância, repressão e controle, especialmente sobre as populações marginalizadas nas periferias e favelas, revelando a continuidade das dinâmicas de exclusão e desigualdade social e racial. Assim, a polícia permanece como um agente central na conformação do urbano brasileiro, reforçando as fronteiras sociais e espaciais que delimitam o direito à cidade. Franco (2014) elucida que o imaginário sobre os territórios de favela possibilita a instituição polícia ações que imprimem incontáveis violações aos Direitos Humanos, agudizando a dificuldade do direito à cidadania e intensificando a restrição do direito à cidade. A autora defende a tese que a ‘guerra às drogas’ é uma ‘guerra aos pobres’, que têm na população negra a maior vítima. O corpo matável está na população negra e de favela, que carrega um “alvo” social nas costas, a imagem de que nestes corpos são desejáveis e aceitáveis as diversas formas de destruição.

Diante do exposto, compreende-se que a conformação do urbano no Brasil esteve, desde seus marcos iniciais, imbricada com estruturas de dominação e exclusão, nas quais a instituição policial ocupou um papel estratégico. A polícia não apenas acompanhou a modernização urbana, mas atuou ativamente na definição de quem poderia circular, habitar e pertencer à cidade, reforçando desigualdades raciais, sociais e territoriais. Em vez de garantir direitos, sua atuação esteve historicamente voltada à contenção das populações subalternizadas, funcionando como um dos principais instrumentos de gestão da ordem e repressão dos conflitos urbanos. Assim, pensar o urbano brasileiro exige considerar a polícia como um agente estruturante da lógica excludente que marca as cidades, sobretudo na forma como o Estado lida com a pobreza e com os corpos racializados nos espaços urbanos.

A cidade, nesse contexto, não se apresenta como um espaço neutro ou meramente funcional, mas como palco de reprodução de desigualdades, onde a cidadania se efetiva de modo fragmentado e excludente. A centralidade da violência, especialmente aquela promovida pela instituição polícia, emerge como um dos mecanismos privilegiados de controle do espaço urbano, atualizando antigas lógicas de dominação sob novas formas.

Nesse sentido, a instituição policial, longe de representar apenas uma resposta à criminalidade, revela-se como engrenagem fundamental na manutenção das hierarquias sociais, regulando o acesso ao espaço urbano e operando na contenção daqueles que historicamente foram alijados dos direitos plenos. A cidade, portanto, é também palco da disputa por reconhecimento, pertencimento e lutas, onde o urbano é atravessado por conflitos de classe, raça e território.

2. Segurança pública no Rio de Janeiro: ofensiva estatal e letalidade policial em favelas e periferias

A análise desenvolvida neste capítulo evidencia que a política de segurança pública no Rio de Janeiro é atravessada por continuidades históricas marcadas pela militarização, pelo controle territorial e pela utilização da violência como mecanismo de gestão das favelas e periferias. Nesse percurso, as megaoperações policiais não constituem acontecimentos isolados, mas integram uma lógica de atuação estatal que, especialmente entre 2021 e 2025, intensificou a produção da letalidade policial.

Os dados apresentados demonstram que o aumento das operações e das mortes decorrentes de intervenções policiais não resultou na desarticulação dos grupos armados e na dita “recuperação territorial”, coube mais como narrativa política. E, ao contrário, evidencia a permanência de um ciclo de violência, militarização e controle territorial. Nesse sentido, as chacinas analisadas expressam não apenas episódios de elevada letalidade, mas a consolidação de uma racionalidade de governo que naturaliza a produção da morte como instrumento de segurança pública.

2.1 - A gestão governamental da segurança pública no Rio de Janeiro: continuidades, rupturas e a consolidação da ofensiva estatal

Compreender a política de segurança pública no estado do Rio de Janeiro exige ultrapassar interpretações que a reduzem a respostas sobre o crescimento da criminalidade. Ao contrário, as estratégias de enfrentamento armado adotadas nas últimas décadas expressam um modelo de gestão estatal dos territórios populares, historicamente orientado pela militarização, pela produção de inimigos e pela legitimação do uso recorrente da força letal. Nesse contexto, o Rio de Janeiro consolidou-se como um espaço privilegiado de experimentação de políticas de segurança que longe de constituírem medidas “excepcionais”, passaram a estruturar formas permanentes de intervenção sobre favelas e periferias, tornando-se uma espécie de “laboratório⁶ nacional” na forma de condução de intervenções policiais.

⁶ A caracterização do Rio de Janeiro como um “laboratório nacional” decorre de sua centralidade histórica na formação do Estado brasileiro. Sede da Corte portuguesa a partir de 1808, capital do Império e, posteriormente, da República até 1960, a cidade consolidou-se como espaço estratégico de formulação e difusão de políticas públicas. Sua relevância política e econômica, somada à histórica concentração de profundas desigualdades socioespaciais e à presença de extensos territórios populares, fez com que diferentes modelos de gestão da segurança pública fossem inicialmente experimentados no Rio de Janeiro antes de influenciar ou serem reproduzidos em outras unidades da federação.

Conforme discutido no capítulo anterior, a violência estatal no Brasil não constitui um fenômeno recente, tampouco pode ser compreendida como resposta pontual ao aumento da criminalidade, evidente na forma como este Estado-Nação se insere na dinâmica internacional e na organização interna. Desde a constituição do Estado brasileiro, as práticas de controle, vigilância e repressão foram direcionadas de maneira seletiva a determinados segmentos da população, especialmente negros, pobres e habitantes dos territórios populares. Ao longo da história, modificaram-se os discursos, os instrumentos e os marcos institucionais que legitimam essa atuação, contudo, permaneceu a lógica de produção de inimigos e de administração desigual dos territórios e corpos. É nesse processo de continuidades e reconfigurações que se insere a política de segurança pública contemporânea no estado do Rio de Janeiro.

A centralidade que o estado do Rio de Janeiro ocupa no debate sobre a condução de intervenções na segurança pública não decorre apenas dos elevados índices de violência registrados nas últimas décadas, mas do lugar que esse território passou a ocupar na formulação e implementação de estratégias estatais de enfrentamento à criminalidade, sendo um Estado importante na consolidação histórico-política do Brasil. Ao longo do processo de redemocratização, especialmente a partir dos anos 1990, o Rio de Janeiro consolidou-se como um espaço privilegiado de experimentação de políticas de segurança marcadas pelo emprego recorrente da força, pela militarização das ações policiais e pela intensificação das intervenções em favelas e periferias. Nesse contexto, as respostas estatais à violência foram estruturadas menos pela ampliação de políticas sociais e mais pela consolidação de uma lógica de enfrentamento armado, transformando determinados territórios urbanos em alvos permanentes da ação policial (Misse, 2006; Soares, 2000).

Essa configuração está diretamente relacionada às particularidades da formação urbana fluminense e à forma como as desigualdades sociais e raciais se materializam na organização do espaço urbano. Como discutido no capítulo anterior, a produção histórica das cidades brasileiras ocorreu de maneira profundamente desigual, reservando às populações pobres e negras os espaços marcados pela precariedade das políticas públicas e pela ação seletiva do Estado. No Rio de Janeiro, essa dinâmica adquiriu contornos específicos em razão da expansão das favelas, da consolidação do comércio varejista de drogas ilícitas em determinados territórios e da construção de uma narrativa pública que passou a associar esses espaços à criminalidade e ao perigo (Silva; Barbosa, 2005). Na qual, as favelas e periferias integram de forma visível a identidade fluminense, diferentemente de outras configurações

urbanas brasileiras em que a periferia tende a se localizar de forma mais distante dos centros. No Rio de Janeiro, esses territórios fazem-se presentes, inclusive, em áreas nobres da cidade, como a Zona Sul, revelando uma conformação urbana marcada pela proximidade espacial entre grupos sociais profundamente desiguais.

Como observa Michel Misse (2006), a violência urbana não pode ser compreendida apenas como resultado da ação de grupos criminosos, mas deve ser analisada em articulação com os processos de criminalização, estigmatização territorial e produção social da violência que marcam a atuação do próprio Estado. Nesse contexto, a presença desses territórios em áreas valorizadas da cidade contribui para intensificar práticas de controle, vigilância e intervenção policial, produzindo uma gestão da violência marcada pela seletividade e pela criminalização das populações residentes nesses espaços.

Cabe destacar, inclusive, que os impactos dessas intervenções e as formas pelas quais elas são conduzidas não se apresentam de maneira homogênea entre os diferentes territórios favelizados. Ainda que compartilhem características relacionadas à precarização urbana e à presença de desigualdades históricas, as favelas localizadas em diferentes regiões da cidade são atravessadas por dinâmicas distintas, que influenciam tanto a intensidade quanto a forma das ações estatais. Nesse sentido, uma intervenção realizada em uma favela situada na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, inserida em áreas de maior valorização imobiliária e circulação de grupos socialmente privilegiados, tende a assumir configurações específicas, distintas daquelas observadas em territórios da Zona Norte ou de outras áreas periféricas do estado. Essa diferenciação evidencia que a condução da violência e das políticas de segurança pública não ocorre apenas em função da existência da favela enquanto território, mas também a partir do lugar que esse território ocupa na estrutura urbana, revelando uma gestão seletiva da violência, atravessada por interesses, disputas e diferentes formas de valorização e controle do espaços.

É nesse cenário que a segurança pública assume centralidade na agenda política fluminense. A expansão dos mercados ilícitos, o fortalecimento de organizações criminosas e a crescente visibilidade da violência urbana contribuíram para consolidar um discurso que passou a apresentar o confronto armado como principal resposta estatal ao crime. Como argumenta Vera Malaguti Batista (2003), a chamada "guerra às drogas" não se limita ao combate ao comércio de substâncias ilícitas, constituindo-se como um mecanismo de controle social que incide de forma seletiva sobre jovens, negros e moradores de favelas. Nessa perspectiva, a política de drogas opera como um mecanismo de legitimação da expansão do

poder punitivo e da intensificação das intervenções policiais nos territórios populares, produzindo uma lógica em que a violência estatal passa a ser apresentada como requisito para a manutenção da ordem pública.

Ao longo das últimas décadas, a adoção de estratégias centradas no confronto armado foi sendo incorporada às práticas cotidianas das corporações policiais, fortalecendo uma atuação que privilegia incursões ostensivas, operações de grande porte e o uso recorrente da força letal em favelas e periferias. Nesse processo, a violência policial deixou de ser compreendida apenas como um possível efeito das operações para tornar-se um elemento frequentemente naturalizado no discurso político e institucional sobre segurança pública, demonstrando-se como uma das expressões da violência de Estado.

Essa dinâmica revela que a letalidade policial não pode ser analisada exclusivamente a partir das ações individuais dos agentes envolvidos nas operações. Como argumenta Misse (2006), as formas de atuação policial estão inseridas em um contexto institucional mais amplo, marcado por escolhas políticas, formas de gestão e padrões de controle que condicionam a maneira como a segurança pública é executada. Assim, compreender o aumento das mortes decorrentes de intervenção policial exige observar não apenas o momento da operação, mas também os mecanismos que passaram a orientar e incentivar determinadas práticas no interior das instituições de segurança, sendo a violência - intrínseca às relações capitalistas, como os marcadores de opressão: raça, classe e gênero - uma marca estruturante das relações.

A compreensão desse processo exige observar como a política de segurança pública no estado do Rio de Janeiro foi sendo reconfigurada ao longo das últimas décadas. Ainda que diferentes governos tenham adotado programas, estratégias e discursos distintos, é possível identificar permanências que atravessam essas gestões, sobretudo no que diz respeito à centralidade conferida ao enfrentamento armado e à intervenção policial em favelas e periferias. Nesse percurso, algumas iniciativas assumem especial relevância por expressarem mudanças institucionais e operacionais que contribuíram para consolidar o modelo de segurança pública vigente. Assim, sem a pretensão de realizar uma reconstrução detalhada da história da segurança pública fluminense, serão destacados alguns marcos considerados fundamentais para compreender a conformação desse modelo, entre eles a implementação da Gratificação Faroeste, a política das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), a Intervenção Federal de 2018 e outros acontecimentos que, em diferentes contextos, reorientaram as formas de atuação estatal nos territórios populares.

A partir da década de 1990, o estado do Rio de Janeiro passou a vivenciar um processo de intensificação dos debates públicos em torno da segurança, marcado pela associação entre o crescimento da violência urbana, a expansão dos mercados ilícitos e a necessidade de respostas estatais mais incisivas (Betim, 2018). Nesse período, marcado pela ascensão das milícias e das facções brigas das mesmas que romperam. Esse período foi atravessado pela consolidação de uma perspectiva que compreendia o enfrentamento ao crime a partir de uma lógica predominantemente militarizada, na qual as forças policiais eram convocadas a atuar como agentes de contenção de um suposto inimigo interno localizado, sobretudo, nos territórios populares. Conforme analisa Soares (2000), a segurança pública brasileira historicamente oscilou entre propostas de reforma institucional e a reprodução de práticas orientadas pelo uso intensivo da força, revelando as dificuldades de ruptura com um modelo de atuação policial marcado pelo autoritarismo e pela seletividade. No Rio de Janeiro, essa dinâmica assumiu características próprias, uma vez que as favelas passaram a ser construídas, no imaginário político e social, como espaços privilegiados da violência e, conseqüentemente, como territórios legítimos para intervenções policiais de caráter excepcional.

Nesse período, marcado pela ascensão das milícias e pela intensificação das disputas entre grupos armados, especialmente facções criminosas e grupos milicianos pelo controle territorial, consolidou-se uma perspectiva de segurança pública orientada pelo enfrentamento ao crime a partir de uma lógica predominantemente militarizada (Manso, 2020).

Essa forma de compreender a segurança pública revela a incorporação de uma racionalidade militarizada no tratamento das expressões da questão social⁷, na qual conflitos sociais e desigualdades históricas passam a ser interpretados predominantemente como problemas de ordem e segurança. A militarização, nesse sentido, não se restringe à utilização de estratégias, equipamentos ou estruturas próprias do campo militar, mas corresponde à adoção de uma lógica de guerra aplicada à gestão da vida social, produzindo a figura de um inimigo interno a ser combatido e legitimando práticas de controle e repressão que legitimam e tornam em espetáculos sensacionalista a violação.

Conforme Pereira (2024, p. 3):

⁷ A questão social é entendida como o conjunto das expressões das desigualdades forjadas na sociedade capitalista. Ela é considerada indissociável do processo de acumulação capitalista e das configurações assumidas pelo trabalho, sendo o "anverso" do desenvolvimento das forças produtivas. Sua gênese reside no caráter coletivo da produção em contraste com a apropriação privada do trabalho e de seus ganhos (Iamamoto, 2001).

[...] não se associa meramente à explícita instituição formal de dinâmicas belicistas na modernidade. Ela se consolida, no mundo ocidental moderno, como um recurso primeiro de ordenamento e de imposição de valores anunciados como civilizatórios, acompanhando o que reconhecemos como o movimento sócio metabólico predatório do capital (Mészáros, 2011) próprio a essa forma social. [...] Desde o primeiro quartel do século XX, observamos a denúncia consistente sobre o caráter histórico de associação entre a produção social da forma de valorização do capital e o controle do espaço urbano [...]

Nesse processo, a segurança pública passou a ser progressivamente orientada por uma concepção que privilegiava a capacidade repressiva do Estado como principal instrumento de enfrentamento da violência. A valorização das operações policiais em territórios populares, a ampliação do policiamento ostensivo e a recorrente mobilização das forças policiais em ações de confronto passaram a ocupar lugar central nas estratégias governamentais. Para Soares (2000), a dificuldade histórica de construção de uma política de segurança diferente da posta no Brasil está relacionada à permanência de estruturas e práticas institucionais que tratam a violência como um problema a ser combatido prioritariamente por meio da força, em detrimento de mudanças estruturais nas próprias condições que produzem desigualdades e conflitos sociais, como apontado anteriormente quando nos debruçamos acerca da gênese da instituição polícia.

No caso fluminense, essa perspectiva encontrou terreno fértil em um contexto no qual as favelas passaram a ser compreendidas não apenas como espaços de moradia, mas como territórios associados ao perigo, ao crime e à necessidade de intervenção permanente. Como aponta Silva e Barbosa (2008), a construção social da violência urbana contribuiu para a consolidação de representações que vinculam determinados territórios e grupos sociais à ameaça, legitimando práticas estatais diferenciadas e mais intensas sobre essas populações.

Batista (2003, p. 23) apresenta que “a hegemonia conservadora na nossa formação social trabalha a difusão do medo como mecanismo indutor e justificador de políticas autoritárias de controle social”. Sob tal afirmativa, evidencia-se que a construção do medo, alimentada por discursos políticos e pela ampla repercussão midiática da criminalidade, sustenta a ideia de que o enfrentamento bélico constitui a principal resposta à questão da segurança pública, naturalizando operações policiais de elevada letalidade e a restrição de direitos nesses territórios. Consolida-se, portanto, o ideário de que a violência é um problema quase que “natural” de segmentos e grupos específicos - pobre, negro e de favelas -, destituindo-se a dimensão de que este fenômeno é consequência das relações sociais - Estado e sociedade - e advindo da lógica desigual e segregadora.

A produção do medo é inerente ao processo de mistificação sobre os territórios de favelas, seus habitantes, sua sociabilidade, e a forma como esses sujeitos circulam pelos demais espaços das cidades (Batista, 2003). O medo do "outro" constitui uma tecnologia de poder que produz consensos sobre quem deve ser vigiado, controlado e afastado dos espaços considerados legítimos da cidade, reafirmando cotidianamente as fronteiras simbólicas entre morro e asfalto. Essa lógica reforça a ideia de que as favelas constituem territórios dissociados da cidade formal, regidos por normas próprias e marcados pela suposta ausência do Estado⁸, ocultando que a presença estatal nesses espaços ocorre, em grande medida, por meio de práticas de controle, vigilância e repressão.

Cabe destacar que Batista (2003) aponta que a produção do medo é um elemento significativo apropriado pela lógica mercadológica como parte do processo de mercantilização da segurança, no qual a indústria bélica e o setor de tecnologias de vigilância encontram um amplo campo para a expansão de seus interesses econômicos. Nesse contexto, o medo deixa de ser apenas um mecanismo de controle social e passa também a constituir uma mercadoria, impulsionando a demanda por armamentos, equipamentos de monitoramento, sistemas de inteligência e outras tecnologias voltadas ao controle dos corpos e dos territórios. Paralelamente, há um processo de espetacularização da violência pelos meios de comunicação que, ao longo das últimas décadas, ampliaram a presença de programas de cunho sensacionalista, frequentemente sustentados por discursos pautados no senso comum e em narrativas opinativas, em detrimento de análises fundamentadas em evidências empíricas. Nesse contexto, a violência passa a ser consumida como espetáculo, contribuindo para a difusão do medo, para o fortalecimento de estigmas sobre determinados territórios e sujeitos e para a legitimação de respostas cada vez mais repressivas no campo da segurança pública.

Para Batista (2003), o medo constitui um elemento central na conformação das estratégias contemporâneas de controle social no Rio de Janeiro, revelando-se um espaço privilegiado para observar sua materialização. O medo é constantemente produzido e atualizado por meio de discursos, práticas institucionais e experiências cotidianas que reforçam a associação entre determinados territórios e a violência, contribuindo para a legitimação de políticas de segurança marcadas pelo uso intensivo da força. A autora apresenta que:

⁸ A ideia de "ausência do Estado" é problematizada pela literatura crítica, que evidencia que favelas e periferias não são territórios sem Estado, mas espaços marcados por uma presença seletiva, predominantemente coercitiva, em que ações de controle e repressão convivem com a insuficiência de políticas públicas e da efetivação de direitos sociais.

A ideia de trabalhar o medo no Rio de Janeiro apareceu a partir da experiência vivida na administração de uma conjuntura de pânico na cidade durante o ano de 1994. Num ano eleitoral, em que um projeto hegemônico “global” usava todas as suas armas para aprofundar no Brasil um modelo radical de mercado com que Adam Smith nem sonhara, o Rio de Janeiro viveu uma onda de medo gerada pela fabricação de uma “crise da segurança pública”. Em 1992, um arrastão, uma coreografia realizada por jovens pretos e pobres no caminho para os desfrutes da Zona Sul é levado ao ar, para todo o Brasil, como indicador da implantação do caos, do governo da desordem no coração do país (Batista, 2003, p. 19).

A reflexão desenvolvida por Batista (2003) permite compreender que o medo não é um produto imediato da violência, mas de um processo de construção social que seleciona determinados acontecimentos, sujeitos e territórios como representativos de uma suposta crise da segurança pública. Ao recuperar o episódio dos “arrastões” de 1992, a autora evidencia como um fato específico foi amplificado, transformando-se em um marco discursivo capaz de consolidar a imagem de uma cidade dominada pelo caos. Mais do que noticiar a violência, esse processo contribuiu para produzir uma percepção coletiva de insegurança. Essa narrativa não apenas reforçou estigmas historicamente construídos sobre esses territórios, como também favoreceu a aceitação de respostas estatais pautadas no endurecimento das políticas de segurança e na ampliação das práticas repressivas.

A realidade vivenciada pelo estado do Rio de Janeiro ao longo da década de 1990 foi marcada pelo agravamento dos índices de violência letal, pela expansão das facções do tráfico de drogas, pelo crescimento das ocorrências de extorsão mediante sequestro e por episódios de grande repercussão nacional (Betim, 2018), como as chacinas da Candelária e de Vigário Geral, ambas em 1993. Na década seguinte, o sequestro do ônibus 174, em 2000, reafirmou a centralidade da violência urbana no debate público e na cobertura dos meios de comunicação. Esses acontecimentos passaram a ocupar posição de destaque na imprensa, que, por meio de narrativas frequentemente marcadas pela espetacularização da violência, contribuiu para a construção da percepção de uma crise permanente da segurança pública. A ampla circulação dessas narrativas extrapolou o campo jornalístico, sendo incorporada também por documentários, filmes e outras produções audiovisuais que consolidaram o Rio de Janeiro como um dos principais cenários da violência urbana no imaginário nacional e internacional.

Nesse contexto, a sucessão de imagens, discursos e acontecimentos amplamente difundidos alimentou a produção social do medo, reforçando consensos em torno da necessidade de respostas cada vez mais repressivas ao fenômeno da criminalidade. Entre essas respostas destacam-se o emprego crescente das Forças Armadas em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), a primeira intervenção federal na segurança pública fluminense, em

1994, e a instituição da Gratificação por Mérito⁹ durante o governo Marcello Alencar (1995–1999), mecanismo que vinculava incentivos financeiros ao desempenho policial e que ficou conhecido como "faro de guerra".

Logo, é nesse contexto que a violência no Rio de Janeiro, cuja expansão se intensifica a partir das décadas de 1980 e 1990 (Maricato, 2008), faz com que os moradores de favelas e periferias, até então estereotipados e invisibilizados, deixem a condição de "invisíveis" para tornarem-se "visíveis" pelo medo que lhes é atribuído, enquadrando-se como sujeitos pertencentes a uma dita "classe perigosa".

Com o cenário de violência tornando-se parte constitutiva da imagem e da identidade do Rio de Janeiro, em razão de sua constante representação na vida cotidiana, pelo perigo e medo, consolidaram-se análises superficiais acerca da segurança pública, voltadas predominantemente para seus efeitos, em detrimento de suas causas estruturais. Dessa forma, o debate passou a privilegiar respostas imediatas ao fenômeno da violência, relegando a segundo plano discussões sobre as desigualdades sociais, a segregação socioespacial e as condições históricas que conformam essa realidade.

É nesse movimento que se aprofunda a militarização da política de segurança pública no Rio de Janeiro. Embora as favelas e periferias já fossem historicamente atravessadas por processos de estigmatização e criminalização da pobreza, as transformações observadas a partir das décadas de 1980 e 1990 conferem novos significados a esses territórios (Maricato, 2008). Progressivamente, deixam de ser representados apenas como espaços da pobreza urbana para serem construídos como territórios do inimigo, onde o combate à criminalidade passa a justificar formas permanentes de vigilância, controle e intervenção armada. A militarização, nesse sentido, não inaugura a estigmatização desses espaços, mas a intensifica e reorganiza sob a lógica da “guerra às drogas” e a criminalidade. Como aponta Pedrazzini (2006, p. 100), “nas grandes cidades, os bairros pobres são estigmatizados e seus habitantes considerados como grupos bárbaros equipados para atacar o cidadão honesto”.

⁹ Instituída durante o governo de Marcello Alencar (1995–1999), a Gratificação por Mérito integrou um conjunto de medidas voltadas à gestão da segurança pública por resultados, vinculando incentivos financeiros ao desempenho operacional de policiais. Embora apresentada como um mecanismo de estímulo à eficiência, a política foi amplamente criticada por pesquisadores e entidades de direitos humanos por incentivar a lógica do confronto e contribuir para o aumento da letalidade policial, especialmente por meio da valorização dos chamados "autos de resistência", denominação utilizada à época para registrar mortes decorrentes de intervenção policial sob a alegação de que a vítima teria resistido à ação dos agentes, cabe destacar que, em 2015, a Resolução Conjunta nº 2 do Conselho Superior de Polícia e do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil extinguiu a expressão "auto de resistência", determinando sua substituição por "morte decorrente de intervenção policial", buscando evitar a naturalização dessas ocorrências e reforçar a necessidade de investigação de toda morte provocada por agentes do Estado. Em razão dessas críticas, a medida passou a ser conhecida como "gratificação faroeste", tornando-se um marco das políticas de bonificação associadas à produtividade policial, que viera tomar o debate público anos posteriores em outras gestões governamentais.

A compreensão das favelas e periferias exige reconhecer que esses territórios são constituídos por uma complexa rede de relações sociais, políticas e econômicas que extrapolam a presença, ou a suposta “ausência” do Estado. Assim como o poder estatal se manifesta por meio de seus aparelhos institucionais, principalmente pelas forças de segurança, outros atores também exercem influência sobre a dinâmica territorial, estabelecendo formas próprias de organização, mediação de conflitos e regulação da vida cotidiana. Igrejas, associações de moradores, organizações sociais, grupos criminosos e demais sujeitos coletivos passam a disputar, em diferentes intensidades, a produção e o ordenamento desses espaços. Essa variedade de influência e poderes, entretanto, não deve ser compreendida como um fenômeno exclusivo das favelas. O que diferencia esses territórios é a forma como essas disputas são percebidas e interpretadas pelo Estado e pela sociedade, produzindo representações que os associam permanentemente à ilegalidade e à violência

A presença de grupos criminosos armados, embora constitua um elemento concreto da dinâmica de determinados territórios, mas não só nas favelas, passa a controlar outras dimensões que conformam esses espaços, como as redes de solidariedade, as práticas comunitárias, a intensa circulação de trabalhadores e a própria atuação de políticas públicas. Em outras palavras, a complexidade da vida nas favelas é reduzida à lógica da criminalidade, reforçando um imaginário que transforma esses territórios em espaços prioritários de repressão (Farage, 2023).

É justamente a partir dessa construção que se fortalece a militarização da política de segurança pública no Rio de Janeiro. Se, em um primeiro momento a favela foi historicamente estigmatizada como expressão da pobreza, nas décadas seguintes ela passa a ser progressivamente ressignificada como território do inimigo. Essa mudança não elimina os estigmas anteriormente produzidos, mas os aprofunda, alocando a criminalização da pobreza para uma lógica de guerra contra determinados territórios. Como consequência, as intervenções estatais deixam de ter como horizonte principal a garantia de direitos e passam a privilegiar estratégias de ocupação e enfrentamento armado, consolidando um modelo de segurança pública autoritário (Silva; Barbosa, 2005).

Nesse processo, os meios de comunicação e as produções audiovisuais desempenharam papel relevante ao transformar a violência urbana em objeto de consumo e entretenimento. Também podem ser compreendidos como expressões da mercantilização da violência e da espetacularização da pobreza no Rio de Janeiro os filmes *Cidade de Deus* (2002) e *Tropa de Elite 1 e 2* (2007; 2010). Essas produções contribuíram para consolidar

uma representação estereotipada das favelas, frequentemente reduzidas a cenários da violência e da criminalidade, como se crime, drogas e violência fosse intrínseco e “natural” das favelas. Ao mesmo tempo em que reforçam e alimentam, no senso comum, sentimentos de medo, vingança e consentimento em relação ao uso da violência contra aqueles identificados como “fora da ordem”, legitimando, inclusive, práticas repressivas direcionadas aos moradores desses territórios.

Conforme destaca o Felipe Betim (2018) na coluna do *El País*¹⁰, no que tange às ações de segurança, trata-se de uma sucessão de planos e operações que, desde o início da década de 1990, apostam no uso ostensivo da força como principal estratégia de enfrentamento da criminalidade, produzindo resultados limitados e, em muitos casos, temporários.

Diferentes governos estaduais e federais recorreram, de maneira recorrente, à mobilização das Forças Armadas, à ampliação das operações policiais e à adoção de medidas emergenciais justificadas pelo agravamento dos indicadores de violência. A realização da ECO-92 marcou uma das primeiras experiências de emprego das Forças Armadas em ações de garantia da lei e da ordem no estado após a redemocratização. Poucos anos depois, em 1994, diante do crescimento dos homicídios, da expansão dos sequestros e da intensificação dos confrontos armados, o Governo Federal firmou um convênio que subordinou a estrutura da segurança pública fluminense ao Comando Militar do Leste. A chamada Operação Rio consolidou o emprego das Forças Armadas em incursões voltadas ao combate ao tráfico de drogas nas favelas cariocas, inaugurando um modelo de atuação que seria reiteradamente retomado nas décadas seguintes.

Durante o governo Anthony Garotinho (1999–2002), buscou-se combinar medidas de reorganização institucional da segurança pública, como a expansão do Programa Delegacia Legal¹¹ e das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP)¹², com a manutenção de

¹⁰ Para mais, ver: BETIM, Felipe. A história das operações e planos de segurança no Rio: três décadas de fracassos. *El País Brasil*, 21 fev. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/19/politica/1519058632_353673.html. Acesso em: 10 jul. 2026.

¹¹ Política implementada no estado do Rio de Janeiro a partir de 1999, voltada à modernização das delegacias de polícia civil. O programa previa a reforma da infraestrutura física das unidades, a informatização dos procedimentos, a padronização do atendimento ao público e a reorganização dos processos de registro de ocorrências e investigação, buscando conferir maior eficiência, transparência e qualidade aos serviços prestados pela Polícia Civil. Conforme a avaliação realizada pelo NECVU/UFRJ, tratou-se de uma importante experiência de modernização institucional, embora concentrada na gestão da Polícia Civil, sem promover mudanças estruturais no modelo de segurança pública vigente (MISSE; PAES, 2006). Acesso em: https://necvu.com.br/wp-content/uploads/2020/11/2006NECVU_UFRJ_O-Programa-Delegacia-Legal_Avaliacao-de-uma-Experiencia-Modernizadora_Relatorio-Final.pdf

¹² Instituídas no Estado do Rio de Janeiro em 1999, as AISP consistem em uma divisão territorial da gestão da segurança pública que busca integrar a atuação das Polícias Civil e Militar em uma mesma área geográfica. Cada

operações policiais voltadas ao enfrentamento das facções do tráfico de drogas. Em 2002, Garotinho deixou o cargo para concorrer à Presidência da República, sendo sucedido pela então vice-governadora Benedita da Silva, que permaneceu à frente do Executivo estadual até o início de 2003. Em seu breve mandato, Benedita deu continuidade às políticas de segurança já em curso, sem promover alterações estruturais no modelo adotado. Posteriormente, no governo Rosinha Garotinho (2003–2007), observa-se a intensificação das incursões policiais em favelas e periferias, em um contexto marcado pela expansão das milícias e pela permanência de elevados índices de violência letal. Embora apresentassem distintas prioridades administrativas, os três governos preservaram a centralidade da repressão armada como principal estratégia de enfrentamento à criminalidade, reforçando um modelo de segurança pública pautado no controle coercitivo dos territórios populares.

Dessa forma, o período compreendido entre os governos de Anthony Garotinho (1999–2002), Benedita da Silva (2002) e Rosinha Garotinho (2003–2007) revela um movimento marcado por tensões entre iniciativas de reformulação institucional e a permanência de uma política de segurança pública assentada na repressão e no enfrentamento armado. Embora tenham sido implementadas algumas mudanças administrativas e programas voltados à modernização da gestão da segurança, tais medidas estavam alinhadas a lógica historicamente consolidada no estado, baseada na militarização das práticas policiais, na centralidade do controle territorial das favelas e na produção de elevados índices de letalidade (Betim, 2018). Cabe destacar que, nesse ciclo, consolidou-se um cenário de fortalecimento das organizações criminosas, expansão das milícias¹³ principalmente na capital e na baixada fluminense, e manutenção da violência policial como elemento constitutivo da política de segurança pública fluminense, criando as condições para a emergência de novas estratégias de intervenção estatal nos territórios populares a partir da segunda metade dos anos 2000.

AISP reúne uma ou mais delegacias de polícia e batalhões da Polícia Militar sob uma lógica de planejamento conjunto, produção de indicadores criminais e avaliação de desempenho, visando coordenar ações de prevenção e repressão à criminalidade

¹³ Longe de representarem fenômeno externo ao Estado, tais grupos podem ser compreendidos como desdobramentos de uma sociabilidade política marcada pela privatização da força, pela mercantilização da proteção e pela histórica fusão entre interesses públicos e privados (Manso, 2020). Ao instaurarem poderes paraestatais, as milícias regulam a circulação de moradores, impõem cobranças obrigatórias, controlam serviços urbanos, interferem em dinâmicas econômicas locais e condicionam o acesso a direitos básicos. Desse modo, aprofundam a produção desigual do espaço urbano e revelam que a crise da segurança pública também envolve a constituição de formas de dominação nas quais legalidade e ilegalidade se articulam

A chegada de Sérgio Cabral¹⁴ ao governo do Estado do Rio de Janeiro, em 2007, inaugurou uma nova etapa na política de segurança pública fluminense, marcada pela tentativa de construção de um novo paradigma de intervenção estatal nos territórios populares. Diferentemente dos governos anteriores, que concentraram esforços principalmente em mecanismos de modernização administrativa e gestão policial, o governo Cabral passou a articular uma política baseada na ideia de “retomada territorial” das áreas dominadas por grupos armados, tendo como principal expressão a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), a partir de 2008. As UPPs foram formuladas como uma estratégia de ocupação permanente das favelas por forças policiais, associada ao discurso de aproximação entre polícia e comunidade e à ampliação da presença estatal nesses territórios. A experiência das UPPs revelou uma contradição fundamental: ao mesmo tempo em que buscava superar o modelo baseado exclusivamente em operações policiais ostensivas, preservava a centralidade do controle territorial e da presença militarizada como fundamentos da ação estatal nas favelas.

Porém, o que se construiu efetivamente desde o primeiro ano daquele governo foi a repetição sistemática aos padrões anteriores de gestão da segurança pública e de sua relação com os direitos humanos, onde a faceta bélica e discriminatória persistiu, apesar do discurso dos principais gestores da segurança pública estadual ser marcado – ao menos retoricamente – por preocupações sociais e de cidadania. De modo mais preciso: mesmo que avanços fossem ser observados em áreas pontuais – fundamentalmente na tentativa de controle da corrupção do sistema policial –, perseverou em nosso cenário uma avaliação dos gestores públicos, como também de partes da imprensa e da sociedade civil, que uma política de segurança pública eficaz não pode ser invocada junto às garantias e procedimentos que pautam os mecanismos de proteção aos direitos humanos – em paralelo ao que ocorre sintomaticamente com um tema como o da cidadania (Ribeiro, 2017, p. 130).

¹⁴ Sérgio Cabral Filho, eleito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), atual MDB, governou o Estado do Rio de Janeiro entre 2007 e 2014, sendo reeleito em 2010. Seu governo foi marcado pela implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), pela realização de grandes obras de infraestrutura associadas aos megaeventos esportivos e por uma forte articulação política com setores empresariais e o governo federal. Entretanto, a partir de 2013, sua gestão passou a enfrentar crescente desgaste político, especialmente após as manifestações de junho daquele ano e a divulgação de denúncias envolvendo corrupção e favorecimento em contratos públicos. Entre os episódios de maior repercussão esteve a chamada “Farra dos Guardanapos”, ocorrida em 2009, quando integrantes do governo estadual e empresários foram fotografados em uma festa de luxo em Paris utilizando guardanapos amarrados na cabeça, imagem que passou a simbolizar a crise de representação e o distanciamento entre a elite política fluminense e as condições sociais vivenciadas pela população. Em 2016, após deixar o cargo, Cabral foi preso no âmbito da Operação Lava Jato no Rio de Janeiro, em investigações que apontaram esquemas de corrupção, pagamento de propinas e lavagem de dinheiro relacionados a contratos públicos durante sua gestão. O ex-governador chegou a acumular condenações que ultrapassaram 200 anos de prisão, considerando a soma das penas aplicadas em diferentes processos, embora decisões posteriores do Judiciário tenham revisado parte dessas condenações. Após permanecer mais de seis anos preso, Cabral deixou a prisão em 2022 por decisão do Supremo Tribunal Federal e, posteriormente, passou a reconstruir sua presença pública por meio das redes sociais, assumindo uma atuação próxima à de um influenciador digital, com produção de conteúdos sobre política, cultura e sua trajetória pessoal.

Franco (2014) argumentou que as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) não representaram uma mudança real nas políticas de segurança, mas sim que elas fizeram parte de uma grande máquina de propaganda que as apresentava como novidade. Segundo Marielle Franco:

Seguindo o raciocínio que se apresentou até o momento, pode-se identificar que a realidade de aplicação das UPPs não apresentou qualquer alteração de qualidade na forma de políticas públicas, sequer de policiamento. Até agora, o que se pode verificar é o predomínio de uma ideologia que conquista significativamente a cidade articulando a paz com a ação policial. Porém, não é possível, por meio de ações policiais, conquistar um ambiente de paz ou de segurança (Franco, 2014, p. 47).

Nesse sentido, a crítica de Franco (2014) evidencia que a implementação das UPPs esteve menos associada a uma transformação estrutural da política de segurança pública e mais vinculada à construção de uma nova narrativa sobre a presença estatal nas favelas. Ao deslocar o discurso da “guerra” para o da “pacificação”, o programa produziu uma alteração simbólica da intervenção policial, apresentando a ocupação permanente dos territórios populares como uma estratégia de aproximação e garantia de direitos. Entretanto, essa mudança discursiva não foi acompanhada por uma alteração na lógica que historicamente orientou a atuação do Estado nesses espaços, marcada pela associação entre favelas, criminalidade e necessidade de controle armado. A autora expõe que: "Nesse modelo de pacificação, considera-se que as políticas públicas sociais chegam, no mínimo, em segundo plano, e em determinadas regiões nem chegam. Ocorre que a polícia figura como força reguladora e responsável pela manutenção da “ordem” nas favelas” (Franco, 2014, p. 56).

A incorporação das UPPs nos territórios populares foi acompanhada por uma forte dimensão simbólica, marcada por imagens que buscavam comunicar uma suposta retomada do controle estatal sobre áreas historicamente associadas ao domínio de grupos armados. As cerimônias de instalação das unidades, frequentemente acompanhadas pelo hasteamento das bandeiras do Brasil, do Estado do Rio de Janeiro e das próprias instituições policiais, constituíram momentos de forte representação pública da “retomada” desses espaços pelo Estado. Essas imagens operavam como uma espécie de marco visual de uma nova fase da política de segurança, apresentando a chegada das forças policiais como presença institucional legítima. Nesse processo, a ideia de “pacificação” foi construída não apenas por meio de discursos oficiais, mas também pela produção de símbolos que buscavam consolidar no imaginário social a narrativa de que determinados territórios estavam sendo reintegrados à cidade.

Apesar da promessa de construção de uma nova relação entre Estado e territórios populares, a experiência das UPPs revelou limites importantes quanto à efetivação de uma política de segurança orientada pela garantia de direitos. A presença policial permanente não foi acompanhada, na mesma proporção, pela consolidação de políticas sociais estruturantes capazes de enfrentar as desigualdades históricas que atravessam esses territórios. Nesse sentido, a “pacificação” acabou sendo frequentemente reduzida à dimensão da segurança, mantendo a centralidade da polícia como principal representação do Estado nas favelas.

A política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro mantém as características de Estado Penal segundo Loic Wacquant. Os elementos centrais dessa constatação estão nas bases da ação militarizada da polícia, na repressão dos moradores, na inexistência da constituição de direitos e nas remoções para territórios periféricos da cidade (o que acontece em vários casos). Ou seja, a continuidade de uma lógica racista de ocupação dos presídios por negros e pobres, adicionada do elemento de descartar uma parte da população ao direito da cidade, continua marcando a segurança pública com o advento das UPPs. Elementos esses que são centrais para a relação entre Estado Penal e a polícia de segurança em curso no Rio de Janeiro (Franco, 2014, p. 123).

Nesse sentido, as UPPs não devem ser compreendidas como uma ruptura completa com o modelo historicamente estabelecido de intervenção policial nas favelas, mas como uma reconfiguração estratégica dessa presença, na qual a violência não desaparece, mas assume novas formas e dinâmicas. A substituição das incursões pontuais, que não deixaram de acontecer, pela permanência cotidiana das forças policiais produziu novas relações de poder, nas quais a promessa de proximidade entre polícia e comunidade coexistiu com práticas autoritárias, abusos e violações de direitos.

Alguns episódios tornaram evidente essa contradição. O desaparecimento de Amarildo de Souza, em 2013, após ser conduzido por policiais da UPP da Rocinha, tornou-se um dos principais símbolos das violações associadas ao programa, revelando que a presença policial permanente não estava necessariamente vinculada à garantia de direitos ou à superação das práticas violentas historicamente direcionadas aos moradores das favelas. Da mesma forma, o caso de Cláudia Ferreira, em 2014, mulher negra moradora do Morro da Congonha, em Madureira, que foi baleada durante uma operação policial e teve seu corpo arrastado por uma viatura da Polícia Militar, expôs publicamente a continuidade de práticas de brutalidade policial que atravessavam a política de segurança fluminense.

Também cabe destaque entre as imagens que atravessaram aquele período e permanecem presentes na memória coletiva sobre a segurança pública no Rio de Janeiro, a cena registrada durante a ocupação do Complexo do Alemão, em 2010, quando dezenas de

homens apontados como integrantes do tráfico foram filmados correndo pela mata. Amplamente divulgada pelos meios de comunicação nacionais e internacionais, a imagem passou a representar, no imaginário social, um momento emblemático da chamada “retomada” dos territórios pelo Estado. A cena, reproduzida inúmeras vezes em jornais, telejornais e plataformas digitais, e pode-se dizer que construiu uma narrativa visual de avanço das forças de segurança sobre áreas até então associadas ao domínio de grupos armados, tornando-se uma das principais representações simbólicas do projeto de pacificação implementado naquele período.

Franco (2014) aponta que a expansão das Unidades de Polícia Pacificadora esteve diretamente relacionada ao contexto político e econômico vivido pelo Rio de Janeiro na preparação para os grandes eventos internacionais, especialmente a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Nesse cenário, a política de “pacificação” também cumpriu uma função estratégica de reorganização territorial e construção de uma nova imagem da cidade perante o cenário nacional e internacional. A escolha dos territórios inicialmente ocupados pelas UPPs evidencia que a política não se distribuiu de maneira homogênea pelo conjunto das favelas cariocas, concentrando-se em áreas consideradas estratégicas para os interesses urbanos, turísticos e econômicos da cidade.

Cabe destacar ainda que o período de implementação das UPPs esteve inserido em um contexto de crescente reconhecimento público da expansão das milícias no Estado do Rio de Janeiro. Em 2008, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar a atuação desses grupos, revelando a existência de organizações compostas por agentes públicos e privados que exerciam controle territorial, exploração econômica e coerção sobre moradores de diferentes comunidades. A CPI das Milícias representou um marco importante ao deslocar o debate sobre segurança pública para além da atuação do tráfico de drogas, evidenciando que o domínio armado dos territórios populares também era produzido por grupos com vínculos institucionais e políticos. Dessa forma, o cenário fluminense apresentava uma complexidade particular: enquanto as UPPs buscavam simbolizar a retomada estatal de territórios historicamente marcados pela presença de grupos armados, permaneciam desafios relacionados à presença das milícias e às diferentes formas de controle territorial exercidas nesses espaços, no qual o estado não incidiu sobre esses territórios sob comando miliciano.

Na cena de expansão das UPPs em determinadas áreas da cidade, outros territórios populares continuaram sendo administrados a partir de uma lógica de ocupação militarizada.

Um exemplo emblemático foi a atuação das Forças Armadas no Complexo da Maré, em 2014, quando o Exército assumiu o controle da região entre abril de 2014 e junho de 2015, no contexto das ações de segurança vinculadas à preparação para os grandes eventos internacionais realizados no Rio de Janeiro, dentre os quais projetou-se a criação de muros visando delimitar e apagar favelas de grandes vias da cidade carioca. Segundo Franco (2014), a operação mobilizou mais de três mil militares e representou um elevado investimento público, “um custo de R\$ 461 milhões, o equivalente a R\$ 41,9 milhões por mês” segundo o Jornal Extra a partir de informações obtidas via Lei de Acesso à Informação junto ao Ministério da Defesa, ao Exército e à Marinha)¹⁵.

Além disso, a expansão das UPPs passou a ser questionada diante de mudanças no cenário político e econômico do estado, especialmente a partir de 2014. O aumento dos confrontos, a retomada da atuação de grupos armados em áreas anteriormente ocupadas, denúncias de violações cometidas por policiais e a redução dos investimentos públicos evidenciaram fragilidades do programa. A lógica territorializada da política, que dependia de uma presença policial contínua e de condições institucionais favoráveis, mostrou-se insuficiente para alterar as estruturas que historicamente alimentam a violência no Rio de Janeiro. Assim, o declínio das UPPs expressou não apenas uma crise de um programa específico, mas também os limites de uma política de segurança que buscou responder a problemas sociais complexos prioritariamente por meio da ocupação policial dos territórios.

Cabe apontar que, o processo de enfraquecimento das UPPs não pode ser compreendido apenas a partir das limitações internas do programa, mas deve ser analisado em articulação com a crise política, econômica e institucional que atingiu o Estado do Rio de Janeiro a partir da segunda metade da década de 2010 (Betim, 2018). O aprofundamento da crise fiscal comprometeu a capacidade do governo estadual de sustentar políticas públicas que demandavam investimentos contínuos, produzindo impactos significativos sobre diferentes áreas da administração pública. Nesse período, o Estado do Rio de Janeiro foi marcado por uma intensa instabilidade, expressa em atrasos salariais, greves e paralisações de servidores públicos, interrupção ou redução de programas governamentais e dificuldades na manutenção de serviços essenciais. Nesse cenário, a política de segurança pública também foi afetada, com restrições orçamentárias, precarização das condições de trabalho das forças policiais e dificuldades para manutenção da estrutura necessária ao funcionamento das Unidades de

¹⁵Para mais informações: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/ocupacao-do-complexo-da-mare-pelas-forcas-armadas-custou-461-milhoes-confira-outros-numeros-15784703.html>

Polícia Pacificadora. Consequentemente, a redução da capacidade institucional do Estado contribuiu para o enfraquecimento do modelo de pacificação e para o retorno progressivo de uma política baseada em operações policiais ostensivas e confrontos armados nos territórios populares. Assim, a crise das UPPs expressou não apenas o desgaste de uma política específica de segurança, mas também o colapso de um projeto mais amplo de gestão estatal construído durante aquele período.

Dessa forma, ao final do governo Sérgio Cabral e durante a gestão de Luiz Fernando Pezão (2014–2018), observa-se uma transição marcada pelo enfraquecimento da política de pacificação e pelo retorno progressivo de uma lógica de confronto como principal resposta às dinâmicas da violência urbana. A crise das UPPs¹⁶ abriu espaço para a retomada das operações policiais ostensivas nos territórios populares, reforçando um modelo historicamente presente na segurança pública fluminense: a intervenção militarizada, baseada no enfrentamento armado e na produção de elevados índices de letalidade policial.

A partir da análise desenvolvida, sustenta-se que as UPPs não representaram o fim da guerra nas favelas, mas uma reorganização da forma como o Estado passou a gerir esses territórios. A política de pacificação deslocou, em determinados espaços, o modelo baseado exclusivamente em incursões policiais episódicas e confrontos abertos para uma estratégia de ocupação permanente e controle cotidiano, produzindo novas formas de relação entre Estado e população.

A gestão de Luiz Fernando Pezão (2014–2018) foi marcada pelo aprofundamento da crise política, econômica e institucional do Estado do Rio de Janeiro, produzindo impactos diretos sobre a política de segurança pública. Herdeiro do projeto implementado durante os governos de Sérgio Cabral, na qual foi vice, Pezão assumiu um cenário em que as Unidades de Polícia Pacificadora já apresentavam sinais de desgaste, agravados pela redução da capacidade financeira do Estado e pelo aumento das disputas armadas em diferentes territórios. A crise fiscal comprometeu a manutenção das UPPs, ao mesmo tempo em que denúncias de corrupção, o enfraquecimento da legitimidade do governo e o crescimento dos índices de violência colocaram em xeque a narrativa da "pacificação", que já não caminhava

¹⁶ Embora concebidas como o principal eixo da política de segurança pública fluminense durante os governos Sérgio Cabral, as UPPs perderam progressivamente sua centralidade ao longo da década seguinte. O processo de desestruturação do programa culminou, em 2024, com o fechamento oficial de 13 unidades pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, restando apenas 16 das 38 UPPs que chegaram a funcionar na capital. O encerramento de grande parte das unidades simboliza o esgotamento de um modelo que, embora apresentado como uma política de segurança, não conseguiu se consolidar como política de Estado. Para mais: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/11/05/policia-militar-oficializa-fusoes-e-fechamento-de-upps-do-rio.g.html>

bem. Nesse contexto, observou-se o recrudescimento das operações policiais ostensivas e a progressiva retomada de uma política de segurança baseada no enfrentamento armado, indicando que a lógica da ocupação permanente não havia substituído o paradigma da guerra às drogas, mas existia com ele.

Ao final da gestão de Luiz Fernando Pezão, o Estado do Rio de Janeiro vivenciava um dos momentos mais críticos de sua história recente. À profunda crise fiscal e institucional somava-se o agravamento da violência urbana, marcado pelo aumento dos confrontos armados, da letalidade violenta e da sensação de insegurança da população. Tornaram-se frequentes os registros de assaltos e roubos de cargas nas principais vias expressas do estado, como a Avenida Brasil, a Linha Vermelha, a Linha Amarela, a Rodovia Presidente Dutra e a BR-101, episódios amplamente repercutidos pela imprensa e que passaram a simbolizar a incapacidade do poder público de garantir a segurança em áreas estratégicas de circulação de pessoas e mercadorias. Paralelamente, observava-se o fortalecimento das organizações criminosas e a expansão territorial das milícias, aprofundando as disputas pelo controle de diferentes regiões do estado, havendo uma expansão significativa (Rede de Observatórios da Segurança, 2023). Esse contexto atingiu seu ponto mais emblemático com o assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, em 14 de março de 2018. A execução de Marielle, vereadora da cidade do Rio de Janeiro, reconhecida por sua atuação em defesa dos direitos humanos e por suas críticas à violência policial, produziu repercussão nacional e internacional, tornando-se um marco da complexa relação entre violência, criminalidade, milícias, agentes estatais e poder político no Rio de Janeiro.

Foi nesse contexto que o governo federal decretou, em 16 de fevereiro de 2018, a Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Decreto nº 9.288. Pela primeira vez desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, a União assumiu o comando de uma área específica da administração estadual, transferindo a gestão da segurança pública ao General Walter Braga Netto¹⁷. Justificada como uma medida excepcional para conter o avanço da violência, a intervenção ampliou a atuação das Forças

¹⁷ General de Exército da reserva e foi nomeado interventor federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro em fevereiro de 2018, durante o governo de Michel Temer, que assumiu a Presidência da República após o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. A intervenção inseriu-se em um contexto de crescente protagonismo das Forças Armadas na condução de políticas públicas e de fortalecimento de discursos que defendiam respostas militarizadas para o enfrentamento da violência urbana. Posteriormente, Braga Netto ocupou os cargos de Ministro-Chefe da Casa Civil (2020–2021) e Ministro da Defesa (2021–2022) no governo Jair Bolsonaro, sendo candidato a vice-presidente da República na chapa à reeleição em 2022, na qual não foram eleitos. Em dezembro de 2024, foi preso preventivamente por decisão do Supremo Tribunal Federal no âmbito das investigações sobre a tentativa de golpe de Estado destinada a impedir a posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, investigação que também apura os fatos que culminaram nos ataques às sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023.

Armadas em ações de segurança pública, intensificou operações conjuntas com as polícias Civil e Militar e fortaleceu uma estratégia baseada na ocupação territorial, no enfrentamento armado e na ampliação de mecanismos de inteligência. Embora apresentada como resposta emergencial à crise da segurança, a intervenção também foi alvo de críticas por privilegiar soluções de caráter militarista. Assim, mais do que representar uma ruptura com as políticas desenvolvidas nas décadas anteriores, a intervenção reafirmou a militarização como eixo estruturante da gestão da segurança pública fluminense, preparando o terreno para o endurecimento do discurso e das práticas que marcariam os governos posteriores.

A violência registrada foi produto da ideia de que segurança pública é sinônimo de polícia. A quase totalidade do orçamento destinado à Intervenção foi e continua sendo gasto com a compra de veículos blindados, helicópteros, armas de grosso calibre, coletes à prova de balas. Essa ideia se faz presente há décadas no Rio de Janeiro e no Brasil, mas desde seus primórdios mostra-se custosa e equivocada. Quase nada foi feito para melhorar perícias ou aprimorar o controle da atividade policial através de, por exemplo, introduzir GPS nas viaturas adquiridas na Intervenção. Nem mesmo as ouvidorias e corregedorias, foco dos generais no início da Intervenção, registraram mudança significativa em sua atuação (Rede de Observatórios da Segurança, 2023, p. 6)

A intervenção federal não apenas marcou o encerramento de um ciclo da política de segurança pública fluminense sob a gestão de Luiz Fernando Pezão e Michel Temer, como também contribuiu para consolidar um ambiente político no qual a violência urbana passou a ocupar posição central no debate público e nas disputas eleitorais. O ano de 2018 foi marcado por um contexto de intensa polarização política, aprofundado após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, e pelo fortalecimento de discursos centrados no combate ao crime, na ampliação do poder repressivo do Estado e na defesa de políticas de endurecimento penal. Nesse cenário, as eleições registraram o crescimento expressivo de candidaturas alinhadas à direita e à extrema direita, tanto no plano nacional com a vitória de Jair Bolsonaro, quanto estadual, tendo a segurança pública como um dos principais eixos de mobilização eleitoral.

A trajetória da política de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, entre meados da década de 1990 e o término da intervenção federal em 2018, evidencia que as mudanças promovidas pelos diferentes governos estaduais ocorreram muito mais no plano das estratégias e dos instrumentos de atuação do que na lógica estruturante que orientou a ação do Estado nos territórios populares. Embora cada gestão tenha implementado programas, reformas e discursos próprios, observa-se a permanência da centralidade da repressão policial, da militarização das respostas à violência e do controle territorial como elementos constitutivos da política de segurança fluminense. Com o objetivo de sistematizar esse percurso histórico e destacar seus principais marcos, apresenta-se o quadro a seguir.

Tabela 1: Governos estaduais, estratégias de segurança pública e permanências da militarização no Rio de Janeiro (1995–2018)			
Período/Governo	Contexto político e social	Principais iniciativas na segurança pública	Características da gestão da segurança
Marcello Alencar (1995–1998)	Crescimento da violência urbana, fortalecimento do discurso de combate ao crime e consolidação da ideia de “guerra” às facções e às drogas.	Fortalecimento da atuação ostensiva da Polícia Militar e valorização de respostas repressivas; Implementação de gratificações vinculadas ao desempenho policial.	Intensificação do enfrentamento armado nos territórios populares; Marcado pelo aumento da letalidade policial, com destaque para episódios de chacinas e a expansão da lógica militarizada.
Anthony Garotinho (1999–2002)	Crise da segurança pública, crescimento da violência urbana e pressão social por respostas estatais.	Delegacia Legal; Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP); políticas de modernização administrativa;	Tentativa de modernização institucional, combinada à manutenção de práticas repressivas e do protagonismo policial; Permanência da lógica de enfrentamento armado; críticas às gratificações por desempenho e seus efeitos sobre a atuação policial
Benedita da Silva (2002)	Vice-governadora, assumiu um governo de curta duração após a saída de Garotinho para disputar as eleições nacionais.	Continuidade das políticas em curso e tentativa de reorganização administrativa para finalizar o mandato.	Manutenção das estratégias já estabelecidas; Brevidade do mandato (8 meses) limitou intervenções na política, promovendo ajustes pontuais, mas sem grandes rupturas.
Rosinha Garotinho (2003–2007)	Crescente do debate público acerca da expansão das facções criminosas, crescimento das milícias e permanência de elevados índices de violência.	Continuidade das estruturas criadas anteriormente; intensificação das operações policiais	Reforço da repressão armada e da lógica de controle territorial nas favelas; Aumento dos confrontos
Sérgio Cabral (2007–2014)	Busca de reconstrução da imagem do Rio de Janeiro diante dos megaeventos; discurso de retomada territorial pelo Estado via pacificação.	Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs); ocupações territoriais; operações de grande escala; atuação das Forças Armadas em favelas como a Maré; Construção de muros em torno de favelas próximas a vias públicas importantes.	Reorganização da presença estatal nos territórios populares por meio da ocupação permanente e da "pacificação"; As UPPs não romperam com a lógica militarizada; Intensificação do uso de abuso de poder e tortura nas intervenções como o caso Amarildo.
Luiz Fernando Pezão (2014–2018)	Crise fiscal, crise política, desgaste das UPPs e aumento significativo da violência urbana	Manutenção das UPPs em processo de enfraquecimento; Intervenção Federal na Segurança Pública (2018);	Retorno da centralidade de ações ostensivas; Esgotamento do modelo de pacificação das UPPs

--	--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

A sistematização apresentada permite identificar que a política de segurança pública fluminense foi marcada por continuidades e reconfigurações, e não por rupturas no modelo. Ao longo dos diferentes governos, iniciativas como a modernização administrativa, as gratificações por desempenho, as UPPs, a intervenção federal e o fortalecimento das operações policiais responderam a conjunturas específicas, mas preservaram a militarização como eixo estruturante da atuação estatal. Sob diferentes justificativas, como de combate ao crime organizado, retomada de territórios, pacificação ou restabelecimento da ordem pública, manteve-se a compreensão de que a segurança pública deveria ser enfrentada prioritariamente por meio da ampliação do aparato policial e do uso da força. É nesse contexto de permanências e reconfigurações que se insere a ascensão da chapa Wilson Witzel e Claudio Castro ao governo do Estado, cuja gestão intensificou a radicalização de discursos e práticas já presentes na política de segurança fluminense, inaugurando um novo momento de intensificação da letalidade policial e das operações de grande escala.

No Estado do Rio de Janeiro, esse contexto favoreceu a eleição de Wilson Witzel ao governo estadual. Com reduzida projeção política, Witzel construiu sua campanha a partir de um discurso fortemente ancorado na promessa de enfrentamento direto à criminalidade, defendendo o emprego intensificado da força policial, o uso letal da força e a ampliação das operações em favelas e periferias. Expressões como "abater criminosos" e a defesa de uma atuação policial sem "restrições ideológicas" ganharam ampla repercussão durante a campanha, simbolizando uma inflexão discursiva que deslocava a segurança pública para o centro da agenda política estadual. Ao apresentar-se como ex-juiz federal, e não como um político de carreira, Witzel buscou construir uma imagem de outsider, associada ao discurso de independência em relação às estruturas tradicionais da política e ao compromisso com o combate à corrupção e à criminalidade, narrativa que encontrou ampla adesão em um contexto de descrédito das instituições e de demanda social por respostas imediatas à crise da segurança pública.

Embora o governo Witzel tenha sido interrompido pelo processo de impeachment¹⁸, concluído em 2021, grande parte das diretrizes adotadas em sua política de segurança pública foi mantida e, em diversos aspectos, aprofundada durante a gestão de Cláudio Castro, então vice-governador de sua chapa, que assumiu o Executivo estadual e foi posteriormente eleito governador nas eleições de 2022. Dessa forma compreender o período inaugurado em 2019 exige reconhecer que a ascensão de Witzel não representou apenas uma mudança de governo, mas a consolidação de um contexto político em que o discurso da guerra ao crime passou a ocupar posição central na formulação, legitimação e execução das políticas de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro haja vista que essa foi a agenda principal de eleição.

2.2 - A institucionalização das chacinas (2021–2025): legitimação da morte como prática da política de segurança e recurso político-eleitoral

A trajetória apresentada na seção anterior evidencia que a política de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro foi marcada por diferentes reconfigurações institucionais, sem que houvesse uma ruptura efetiva com a lógica da militarização e do controle armado dos territórios populares. Ao contrário, as sucessivas mudanças de governo demonstraram que embora os discursos, os programas e as estratégias operacionais tenham assumido formatos distintos, permaneceu como elemento estruturante a centralidade da intervenção policial como principal resposta estatal às dinâmicas da violência urbana. É sobre esse legado que se consolida, a partir de 2021, um novo momento da política de segurança fluminense, caracterizado não apenas pela intensificação das operações policiais, mas pela recorrência de ações que resultaram em elevado número de mortes, frequentemente classificadas por organizações da sociedade civil, pesquisadores e organismos de direitos humanos como megaoperações ou mega-chacinas policiais.

É nesse contexto de continuidades que se insere o período compreendido entre 2021 e 2025, recorte temporal desta pesquisa. A partir da consolidação do governo de Cláudio Castro, verifica-se que as chacinas passem a assumir um lugar recorrente na dinâmica da atuação estatal, configurando um padrão de intervenção policial caracterizado pela elevada letalidade, pela concentração territorial das operações e pela naturalização institucional das

¹⁸ Wilson Witzel teve seu mandato cassado em 30 de abril de 2021, após julgamento realizado pelo Tribunal Especial Misto (TEM), órgão composto por desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e deputados estaduais da ALERJ. Witzel foi considerado culpado por crime de responsabilidade em decorrência de irregularidades relacionadas à contratação de organizações sociais (OSs) durante a pandemia de Covid-19, especialmente em contratos firmados na área da saúde.

mortes produzidas pelo Estado. Mais do que compreender o aumento quantitativo dessas ocorrências, interessa analisar como elas passaram a ser legitimadas por discursos oficiais, incorporadas às estratégias de governo e mobilizadas como elemento de construção de autoridade política e de capital eleitoral.

A eleição de Wilson Witzel para o governo do Estado do Rio de Janeiro, em 2018, e de Jair Bolsonaro para a Presidência da República marcou a consolidação de um contexto político em que a segurança pública passou a ocupar posição central no debate público e na agenda governamental. Ambos construíram suas campanhas eleitorais a partir de um discurso fortemente ancorado no combate à criminalidade por meio do endurecimento penal, da ampliação do uso da força e da valorização da atuação policial. No Rio de Janeiro, esse cenário repercutiu diretamente nos indicadores de letalidade policial. Segundo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP)¹⁹, o ano de 2019 registrou o maior número de mortes decorrentes de intervenção policial desde o início da série histórica, em 1998, evidenciando a intensificação de uma política de segurança baseada no enfrentamento armado, demonstrando que já no primeiro ano de governo as intervenções eram pautadas no “abate”, tal como tanto propagado em seu discurso durante o processo eleitoral.

A centralidade conferida à letalidade policial não se expressou apenas no aumento das operações, mas também na construção de um discurso político que passou a legitimar publicamente o emprego da força letal como estratégia de enfrentamento ao crime. Durante a campanha eleitoral e ao longo do exercício do mandato, Wilson Witzel realizou sucessivas declarações em defesa da ampliação do uso da força policial. Entre elas, ganhou ampla repercussão a afirmação concedida ao jornal O Estado de São Paulo²⁰, em outubro de 2018, de que a polícia deveria “mirar na cabecinha e... fogo”, sintetizando uma concepção de segurança pública fundada na eliminação física do inimigo, legitimando mortes. Esse tipo de posicionamento contribuiu para reforçar narrativas que associam o enfrentamento da violência à eliminação de determinados sujeitos sociais, especialmente jovens negros moradores de favelas e periferias, reiterando processos históricos de criminalização da pobreza e de racialização da política de segurança pública.

¹⁹ Disponível em: http://arquivo.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/SegurancaemNumeros2019.pdf Acesso em: 20 jun 2026.

²⁰ Entrevista disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/11/01/a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo-a-firma-wilson-witzel.htm> Acesso em: 20 jun 2026.

Embora o governo Witzel tenha sido interrompido pelo processo de impeachment concluído em abril de 2021, a ascensão de Cláudio Castro²¹ ao governo estadual não representou uma inflexão nesse modelo. Ao contrário, observou-se em diversos aspectos o aprofundamento da política de segurança baseada na realização de operações policiais de grande porte, as megaoperações.

Foi nesse contexto que ocorreram algumas das operações policiais mais letais da história recente do Estado do Rio de Janeiro. Entre elas, destaca-se a operação no Jacarezinho, realizada em 6 de maio de 2021, apenas cinco dias após a posse definitiva de Cláudio Castro como governador, que resultou em 28 mortes e foi amplamente reconhecida, à época, como a operação policial mais letal da história do estado, superando episódios anteriores de grande repercussão, como a Chacina de Vigário Geral, em 1993. Entretanto, a operação do Jacarezinho não constituiu um episódio isolado. Nos anos seguintes, sucederam-se diversas operações marcadas por elevados índices de letalidade, evidenciando a consolidação das megaoperações como estratégia prioritária da política de segurança pública. Dentre as ocorrências de maior repercussão, destaca-se também a megaoperação realizada na Vila Cruzeiro e no Complexo da Penha, em 24 de maio de 2022, que resultou em 23 mortes, além de outras intervenções de grande porte realizadas em diferentes territórios populares, igualmente marcadas pelo elevado número de vítimas fatais.

Esse cenário atingiu seu ponto mais extremo em 2025, quando a megaoperação realizada nos Complexos da Penha e do Alemão resultou em 121 mortes, tornando-se a operação policial mais letal da história do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil. Até então, a operação do Jacarezinho, realizada em 2021, era reconhecida como a mais letal da história fluminense, com 28 mortos. A operação de 2025 elevou a letalidade policial a um novo patamar, superando em mais de quatro vezes o número de vítimas do Jacarezinho e ultrapassando, inclusive, o número de mortos do Massacre do Carandiru, até então considerado o episódio mais letal envolvendo forças de segurança no país.

Os impactos dessa política ultrapassam os indicadores estatísticos e se materializam na vida cotidiana das populações residentes em favelas e periferias, e do conjunto do estado. Nos últimos anos, diversos casos ganharam ampla repercussão nacional em razão da morte de crianças, adolescentes e moradores durante operações policiais ou em seus desdobramentos. Entre eles, rememora-se Ágatha Félix, de 8 anos, morta no Complexo do Alemão, em 2019;

²¹ Cláudio Castro assumiu o governo do Rio de Janeiro de distintas formas: sendo de forma interina em 28 de agosto de 2020 (após o afastamento de Wilson Witzel), efetivado como titular em 1º de maio de 2021, e empossado para o segundo mandato em 1º de janeiro de 2023, após ser eleito em primeiro turno nas eleições de 2022.

João Pedro Mattos, de 14 anos, assassinado durante uma operação policial no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, em 2020; Kathlen Romeu, de 24 anos, grávida de 14 semanas, morta durante uma ação policial no Lins de Vasconcelos, em 2021; e Djalma dos Santos, de 11 anos, atingido durante uma operação policial no município de Maricá indo para a escola. Esses casos, dentre tantos outros, amplamente divulgados pela imprensa e por organizações de direitos humanos, evidenciam que a letalidade decorrente de intervenções policiais não se restringe às pessoas diretamente envolvidas em confrontos armados, alcançando moradores, crianças, adolescentes e pessoas no geral que vivenciam cotidianamente os efeitos da militarização dos territórios populares.

Outro elemento que caracteriza esse período é a crescente interrupção da rotina urbana em razão das operações policiais e de seus desdobramentos. Tornou-se recorrente o fechamento de importantes vias expressas do Estado do Rio de Janeiro, como a Avenida Brasil, a Linha Vermelha e a Linha Amarela, em decorrência de confrontos armados, operações policiais ou manifestações organizadas por moradores após episódios de violência letal. Essas interrupções passaram a impactar diretamente a mobilidade urbana, o funcionamento de serviços públicos, a circulação de trabalhadores e o cotidiano da cidade, evidenciando que as megaoperações extrapolam os limites territoriais das favelas onde são realizadas e produzem efeitos sobre toda a dinâmica metropolitana. Mais do que episódios pontuais, os frequentes bloqueios dessas vias tornaram-se expressão da centralidade que a violência armada e a política de segurança pública passaram a ocupar na vida social fluminense, revelando que os custos dessa estratégia de enfrentamento recaem não apenas sobre os territórios diretamente atingidos, mas sobre o conjunto da população.

A recorrência desses episódios demonstra que as megaoperações passaram a produzir uma reorganização da cidade, suspendendo fluxos, alterando rotinas e impondo restrições à circulação. Nesse sentido, seus efeitos extrapolam apenas o plano da segurança pública, constituindo mecanismos que reorganizam a gestão dos territórios e da mobilidade urbana.

A ideia de que a relação entre os diferentes territórios da cidade é construída a partir da produção social do medo em torno das favelas, conforme argumenta Batista (2003), como vimos contribuiu para legitimar a compreensão desses espaços como territórios permanentemente disponíveis à intervenção estatal, à suspensão de direitos e às mais diversas formas de violação, sob o argumento da manutenção da ordem pública. No período analisado nesta pesquisa, entretanto, observa-se um deslocamento importante dessa dinâmica. Se historicamente, a militarização incidia prioritariamente sobre os territórios populares, seus

efeitos passam a extrapolar os limites das favelas e periferias, reorganizando a dinâmica urbana do estado como um todo. O fechamento recorrente de importantes vias expressas, a interrupção de serviços públicos, as alterações na circulação de pessoas e os impactos sobre a mobilidade urbana demonstram que a lógica da guerra deixa de se restringir aos territórios onde as operações são realizadas e passa a produzir efeitos sobre o conjunto das cidades. Assim, a militarização deixa de constituir apenas uma forma de intervenção sobre determinados espaços e consolida-se como uma racionalidade de governo que reorganiza fluxos, impõe restrições à circulação e redefine as relações entre Estado, território e população.

Atualmente o fenômeno urbano surpreende por sua enormidade; sua complexidade ultrapassa os meios de conhecimento e os instrumentos da ação política. Ele torna quase evidente a teoria da complexificação, segundo a qual os fenômenos sociais vão de uma certa complexidade (relativa) a uma complexidade maior (Lefebvre, 2008, p. 49).

Se em um primeiro momento, as favelas figuram como principal espaço de incidência das intervenções armadas, seus efeitos passam a alcançar toda a faixa estadual, seja pelo fechamento recorrente de importantes vias expressas, pela interrupção do funcionamento de escolas, unidades de saúde e transportes, ou pelas constantes alterações na mobilidade urbana. Nesse sentido, a violência de Estado deixa de ser um fenômeno circunscrito aos territórios populares para se constituir como elemento estruturante da própria experiência urbana contemporânea, haja vista que, ainda que a mira do fuzil (Passos, 2023) esteja direcionada aos corpos e endereços de favelas, toda estrutura urbana paga o preço desse processo de militarização.

Um exemplo emblemático desse processo ocorreu durante a megaoperação realizada nos Complexos da Penha e do Alemão, em 2025. Na ocasião, os impactos extrapolaram os limites dos territórios diretamente atingidos e afetaram significativamente a dinâmica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A circulação do sistema metroviário foi parcialmente suspensa, inclusive nas áreas mais ricas da cidade, linhas de ônibus tiveram seus itinerários alterados ou interrompidos, inclusive em municípios da região metropolitana, o transporte por aplicativos registrou forte redução na oferta de motoristas e aumento expressivo das tarifas, além do fechamento de importantes vias expressas, como a Avenida Brasil e a Linha Vermelha. Tais acontecimentos evidenciam que as megaoperações não produzem efeitos apenas sobre os espaços onde são executadas, mas interferem na mobilidade urbana, na circulação de trabalhadores, no acesso a serviços e no funcionamento da cidade como um

todo. Assim, a violência estatal não se limita à produção de mortes decorrentes de intervenção policial, ela também se manifesta na suspensão cotidiana de direitos, na reorganização dos usos do espaço urbano e na imposição de uma lógica em que a exceção passa a ser regra (Farage, 2023).

No cenário de intensificação das megaoperações policiais, observou-se a consolidação de um discurso político que buscava conferir legitimidade pública às ações de elevada letalidade desenvolvidas pelas forças de segurança. Pronunciamentos do governador Cláudio Castro, de secretários de Estado e de outras autoridades públicas passaram a apresentar essas operações como demonstrações de eficiência no combate ao crime organizado, associando o elevado número de mortes à eficácia da atuação policial e à recuperação da autoridade do Estado sobre determinados territórios. Nessa perspectiva, a violência letal deixava de ser tratada como um efeito indesejado das intervenções policiais para ser frequentemente incorporada à narrativa oficial como consequência inevitável, e podemos até dizer que desejável, da política de enfrentamento armado. Como expõe Miranda (2021, p. 19) cria-se “uma ideologia de guerra contra um inimigo criado ficcionalmente para atender a fins políticos”.

Vale denotar que, esse processo foi acompanhado pela construção de um discurso que estabelecia uma oposição entre a defesa dos direitos humanos e o combate à criminalidade, frequentemente desqualificando críticas às operações policiais sob o argumento de que elas representam uma defesa da criminalidade ou um obstáculo à atuação das forças de segurança. Ao reforçar a ideia de que o uso intensivo da força constituía a única resposta possível ao crime organizado, essas narrativas contribuíram para ampliar a aceitação social das megaoperações e para naturalizar elevados índices de letalidade policial. Um exemplo significativo desse movimento pode ser observado no contexto da ADPF nº 635, conhecida como ADPF das Favelas. Embora a decisão do Supremo Tribunal Federal tenha estabelecido parâmetros para restringir operações policiais em comunidades, especialmente durante a pandemia da Covid-19, e posteriormente fixado diretrizes voltadas à redução da letalidade policial, o Governo do Estado do Rio de Janeiro adotou reiteradamente uma postura de contestação e flexibilização dessas determinações. Na prática, operações continuaram sendo realizadas com elevados índices de letalidade, não realizando os protocolos exigidos como presença de ambulâncias nas proximidades e comunicado às escolas, sob alegação de que tais ações eram de uma concepção ideológica de defensores dos direitos humanos.

Assim, a institucionalização das chacinas não decorre apenas da recorrência das operações ou do aumento do número de mortes, mas também da construção de uma narrativa política capaz de justificar, normalizar e conferir respaldo público à produção sistemática da violência nos territórios populares. Marques (2021, p. 26) apresenta que “é que, no capitalismo, foi construído um detalhado esquema ideológico para escamotear as formas simbólicas e concretas de dominação da morte”.

Em meio às repercussões da megaoperação realizada nos Complexos da Penha e do Alemão, em 2025, a chamada "gratificação faroeste" voltou ao centro do debate público fluminense. A medida, já conhecida na história da política de segurança do estado por estabelecer bonificações relacionadas à denominada "neutralização" de suspeitos e à apreensão de armamentos - como já citado nessa pesquisa - foi retomada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), reacendendo críticas de pesquisadores, entidades de direitos humanos e organizações da sociedade civil. O retorno desse mecanismo ocorreu justamente após a operação policial mais letal da história do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil, circunstância que conferiu à iniciativa um forte significado político ao reintroduzir incentivos associados a uma lógica de enfrentamento armada em um contexto marcado pelo agravamento da letalidade policial.

Na ocasião, o governador Cláudio Castro vetou a mensagem do Legislativo sob alegação de questões orçamentárias, e não de discordância do conteúdo, mas a ALERJ derrubou o veto, mantendo o bônus.

A retomada do debate acerca da gratificação faroeste possui um importante significado para a análise desenvolvida nesta pesquisa. O fato de esse debate ganhar força imediatamente após um episódio de violência estatal grandiosa revela que a resposta institucional do Estado não se orientou pela revisão crítica das estratégias de enfrentamento armado, mas pela reafirmação de mecanismos historicamente associados à valorização da produtividade policial medida pelo confronto.

Os dados produzidos pelo Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI/UFF) dimensionam a magnitude desse processo. Entre setembro de 2020 e outubro de 2025²², correspondente aos cinco anos da gestão de Cláudio Castro, foram contabilizadas 8.035 operações policiais no Estado do Rio de Janeiro, que resultaram em 1.846 mortes decorrentes de intervenção policial. Mais do que expressar um aumento

²² Para mais:

<https://fogocruzado.org.br/relatorios/rio-de-janeiro-tem-menor-numero-de-tiroteios-e-maior-letalidade-policial-e-m-10-anos-de-monitoramento/>

quantitativo das ações policiais, esses números evidenciam a consolidação de um modelo de segurança pública em que as megaoperações se tornam um instrumento permanente de gestão dos territórios populares. Nesse contexto, a produção sistemática da morte constitui uma prática recorrente, institucionalmente legitimada e politicamente sustentada, aspecto que fundamenta a hipótese central desta pesquisa acerca da institucionalização das chacinas como racionalidade da política de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro.

Outro aspecto que evidencia essa tensão diz respeito à implementação das câmeras corporais nas forças policiais. Por determinação do Supremo Tribunal Federal, no âmbito da ADPF nº 635, o uso desses equipamentos tornou-se obrigatório a partir de 2023, constituindo importante mecanismo de controle das ações, produção de provas e transparência das ações policiais. Entretanto, sua implementação foi marcada por sucessivas controvérsias. A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro apontou irregularidades recorrentes, como câmeras desligadas, equipamentos sem bateria, ausência de disponibilização das gravações e, em alguns casos, a obstrução deliberada das lentes pelos próprios agentes durante as operações.

O governador Cláudio Castro manifestou-se publicamente em diferentes ocasiões de forma crítica à obrigatoriedade das câmeras corporais²³, argumentando que os equipamentos poderiam inibir a atuação policial e comprometer a eficiência das operações. Em diversas declarações, defendeu a flexibilização das regras para sua utilização, posicionamento que evidencia as disputas em torno dos mecanismos de controle da atividade policial no estado. Assim, enquanto decisões judiciais buscavam ampliar a transparência e reduzir a letalidade decorrente de intervenções policiais, o discurso político do governo caminhava na direção de relativizar instrumentos concebidos justamente para fortalecer a fiscalização e a responsabilização da atuação estatal.

Outro aspecto que caracteriza a política de segurança pública fluminense é a ausência, entre 2019 e 2023, quando foi recriada por Castro, de uma Secretaria de Estado de Segurança Pública responsável pela coordenação integrada das políticas do setor. Com sua extinção, a estrutura administrativa passou a ser organizada por secretarias autônomas da Polícia Civil e da Polícia Militar, modelo frequentemente criticado por dificultar a formulação de uma política pública integrada e fortalecer uma lógica predominantemente operacional e policialesca.

²³

Para

mais

acesse:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/01/01/castro-diz-que-vai-recorrer-ate-o-fim-contra-cameras-e-m-fardas-de-tropas-de-elite-das-policias.ghtml>. Acesso em 15 jul 2026.

Outro episódio que ilustra a centralidade política assumida pela segurança pública na gestão de Cláudio Castro ocorreu em 2023, com a nomeação do delegado Marcus Amim - conhecido por ser um policial influencer e comentarista em um telejornal da emissora SBT Rio - para a Secretaria de Estado de Polícia Civil. Para viabilizar sua permanência no cargo, o governo estadual promoveu alterações na legislação que disciplina a organização da Polícia Civil, permitindo sua nomeação mesmo diante de impedimentos existentes na norma anterior²⁴. A mudança, acompanhada da exoneração do então secretário e de intensa articulação política no âmbito da ALERJ, evidenciou que as disputas em torno da condução da segurança pública extrapolam o campo técnico-administrativo e se inserem em uma arena de forte disputa política. A escolha de um nome com ampla projeção pública na comunicação sobre segurança também sinaliza a crescente valorização de perfis que articulam gestão policial, exposição midiática e defesa de discursos de endurecimento penal.

Sob essa perspectiva, a institucionalização da violência não decorre apenas da recorrência das megaoperações policiais, mas também da conformação de um ambiente político e institucional capaz de sustentá-las.

Farage (2023, p. 58) expõe que:

O aparente não-controle do Estado sobre esses territórios dá-se pelo fato de utilizar formas distintas de controle, como a constituição de políticas públicas assistencialistas, a constituição de centros sociais ligados a políticos, a cooptação sobre lideranças comunitárias por parte do poder público e até mesmo o não controle do território, possibilitando o domínio armado pelos grupos criminosos. Na prática, se apresenta como uma forma eficaz de manter os moradores sob um determinado controle e de alimentar um forte esquema de corrupção, envolvendo desde os grupos criminosos armados até membros da política nacional e o tráfico internacional de drogas e armas (Ibidem).

A análise proposta pela autora contribui para problematizar a ideia de que a violência estatal decorre exclusivamente da incapacidade do Estado de exercer controle sobre determinados territórios. Ao contrário, evidencia que o chamado "não controle" constitui uma modalidade específica de governo, marcada por estratégias diferenciadas de intervenção, negociação e coerção. Sob essa perspectiva, as megaoperações policiais podem ser compreendidas não como respostas à ausência estatal, mas como parte de uma racionalidade

²⁴ Em outubro de 2023, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) aprovou, em regime de urgência, projeto de lei que alterou a Lei Orgânica da Polícia Civil, reduzindo o tempo mínimo de carreira exigido para o exercício do cargo de Secretário de Estado de Polícia Civil. A mudança viabilizou a nomeação do delegado Marcus Vinícius Amim, que assumiu a pasta logo após a aprovação da alteração legislativa. O episódio foi amplamente repercutido por evidenciar a utilização de alteração normativa para adequação às circunstâncias políticas do governo estadual. Amim permaneceu à frente da Secretaria até setembro de 2024, quando foi exonerado pelo governador Cláudio Castro e posteriormente nomeado para exercer função de coordenação na área de segurança pública da própria ALERJ.

mais ampla de gestão dos territórios populares, na qual o uso recorrente da força letal se articula a outras formas de controle político, institucional e social.

A legitimação política das megaoperações também se manifesta nas declarações públicas das autoridades responsáveis pela condução da política de segurança. Após a megaoperação realizada nos Complexos da Penha e do Alemão, em 2025, o então governador Cláudio Castro afirmou, em entrevista coletiva, que a ação havia sido um "sucesso"²⁵, apesar de se tratar da operação policial mais letal da história do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil. Na mesma ocasião, declarou que, as únicas "vítimas" da ação teriam sido os agentes de segurança mortos durante a operação.

Mais do que uma avaliação operacional, esse tipo de pronunciamento assume relevante dimensão política e simbólica. Ao qualificar uma operação marcada por um elevado número de mortes como bem-sucedida e restringir a condição de vítima aos agentes estatais, o discurso oficial contribui para deslocar o debate público da letalidade produzida pela intervenção policial para a eficácia do enfrentamento ao crime organizado, o que sinaliza uma “permissão” para violação à vida. Assim, os pronunciamentos de autoridades públicas desempenham papel relevante na construção de legitimidade para uma política de segurança fundada na militarização dos territórios e no uso intensivo da força letal.

As repercussões políticas das operações no Rio de Janeiro, que teve seu ápice na megaoperação de 2025, também evidenciam como a política de segurança pública pode ser convertida em capital eleitoral. Pesquisa Datafolha²⁶ realizada nos dias subsequentes à operação indicou que a aprovação do governo Cláudio Castro atingiu seu maior patamar desde 2022, ao mesmo tempo em que parte significativa dos entrevistados avaliou positivamente a atuação do governo na área da segurança pública e classificou a operação como bem executada. Além disso, 57% dos entrevistados concordaram com a afirmação do governador de que a operação havia sido um "sucesso", revelando uma significativa adesão social à narrativa oficial construída em torno da ação policial.

Nesse sentido, a elevada letalidade não representa apenas um desdobramento operacional da política de segurança, mas passa a integrar um repertório discursivo capaz de mobilizar apoio social e fortalecer projetos políticos, especialmente em um contexto de

²⁵ Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/10/29/claudio-castro-entrevista-apos-megaoperacao.ghtml>.

Acesso em 15 jun 2026.

²⁶ Para mais:

<https://cbn.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2025/11/01/apos-operacao-mais-letal-da-historia-aprovacao-de-castr-o-atinge-maior-nivel-desde-2022-aponta-datafolha.ghtml>. Acesso em 15 jun 2026.

ascensão de agendas punitivistas. Assim, a violência estatal converte-se, também, em recurso de disputa e legitimação político-eleitoral.

A eficácia desse discurso político também está relacionada aos processos históricos de racialização que estruturam a sociedade brasileira. Nessa perspectiva, o conceito de dispositivo de racialidade, formulado por Sueli Carneiro (2005), permite compreender que o racismo não opera apenas por meio de práticas discriminatórias explícitas, mas também pela produção de discursos, representações e mecanismos institucionais que definem quais vidas são consideradas dignas de proteção e quais podem ser permanentemente submetidas à violência estatal. Assim, quando autoridades públicas apresentam operações de elevada letalidade como demonstrações de eficiência, sucesso ou recuperação da autoridade do Estado, tais enunciados se dirigem a uma população específica. Eles incidem sobre um imaginário social historicamente construído que associa favelas, periferias, juventude negra e pobreza à criminalidade, contribuindo para naturalizar a violência nesses territórios.

Sob essa lógica, o discurso oficial não apenas justifica a realização das megaoperações mas também produz sentidos que tornam socialmente aceitável a exposição de determinados grupos à morte. O dispositivo de racialidade atua justamente ao transformar corpos negros e territórios populares em objetos permanentes de suspeição, fazendo com que a violência estatal seja frequentemente percebida como requisito para a preservação da ordem pública. Dessa maneira, a legitimação política das chacinas não decorre exclusivamente da atuação das forças de segurança, mas da (re)produção discursiva de um inimigo interno cuja eliminação é apresentada como condição necessária para a proteção da sociedade.

Conforme observa Zaffaroni (2007), quando o Estado adota a lógica da guerra como fundamento da política criminal, o direito tende a ser substituído por uma racionalidade de combate, na qual determinados sujeitos deixam de ser tratados como cidadãos portadores de direitos para serem concebidos como obstáculos à ordem pública. Nesse contexto, a violência estatal passa a ser legitimada como instrumento necessário à eliminação do inimigo, flexibilizando limites jurídicos e naturalizando práticas de exceção. Assim, políticas de segurança fundamentadas na intensificação do confronto armado tendem a ampliar os ciclos de letalidade, reproduzindo a violência que afirmam combater.

Nessa direção, Francisco de Oliveira (2003) permite compreender que a violência estatal não pode ser analisada dissociada das formas de reprodução das desigualdades que estruturam a sociedade brasileira. Se a modernização conservadora preservou e reconfigurou mecanismos históricos de dominação, a política de segurança pública também se organiza de

maneira diferencial, concentrando o uso intensivo da força sobre territórios marcados pela pobreza e pela racialização. Assim, a institucionalização das chacinas revela-se menos como uma resposta circunstancial à criminalidade do que como expressão de uma forma de gestão compatível com a reprodução das desigualdades que caracterizam a formação social brasileira.

Observa-se, paralelamente, um movimento de expansão da lógica da segurança pública para outras esferas da ação estatal, fazendo com que instrumentos, discursos e práticas originalmente vinculados ao controle penal passem a influenciar a formulação e a execução de diferentes políticas públicas. Nesse processo, a gestão da pobreza, dos territórios populares e dos conflitos sociais tende a ser cada vez mais atravessada da centralidade de políticas de garantia de direitos para estratégias de contenção e administração de populações consideradas perigosas.

Trata-se de um processo em que a segurança pública deixa de constituir uma política setorial para converter-se em uma lógica organizadora da intervenção estatal sobre determinados territórios e populações. Esse movimento também contribui para compreender por que as chacinas não podem ser analisadas apenas como resultado de decisões operacionais das forças policiais. Elas se inserem em um contexto mais amplo de expansão da racionalidade policialesca. Nessa perspectiva, a violência letal constitui a expressão mais extrema de um processo contínuo de reorganização das formas de governo, em que a segurança pública deixa de ser apenas uma política entre outras para assumir lugar privilegiado na condução da ação estatal.

Embora esta pesquisa tenha como foco a atuação estatal por meio das megaoperações policiais, é importante reconhecer que a dinâmica da violência no Estado do Rio de Janeiro não pode ser compreendida a partir de uma separação rígida entre Estado e grupos armados. A expansão das milícias evidencia justamente a essa tensão, uma vez que tais grupos possuem origem e forte inserção entre agentes e ex-agentes das forças de segurança e de outras instituições estatais. Nesse sentido, a atuação milicianiana não constitui um fenômeno externo ao Estado, mas se desenvolve em estreita relação com suas estruturas, disputando o controle de territórios, mercados ilícitos e formas de exercício do poder.

Essa constatação é particularmente relevante porque desloca a análise da violência para além da ideia de ausência estatal. Em diversos territórios fluminenses, o problema não reside na inexistência do Estado, mas nas formas específicas pelas quais determinados agentes estatais se articulam com economias ilícitas e com mecanismos privados de coerção.

Ao instaurarem poderes paraestatais, as milícias regulam a circulação de moradores, impõem cobranças obrigatórias, controlam serviços urbanos, interferem em dinâmicas econômicas locais e condicionam o acesso a direitos básicos. Desse modo, aprofundam a produção desigual do espaço urbano e revelam que a crise da segurança pública também envolve a constituição de formas de dominação nas quais legalidade e ilegalidade se articulam (Manso, 2020). Tal fenômeno sinaliza uma discussão urgente para o campo da segurança pública e da política social, na medida em que remete às marcas históricas da constituição das instituições policiais e às formas de gestão²⁷ do Estado, que ao longo do tempo forjaram tais práticas de controle territorial e privatização da força.

Com o fortalecimento territorial e econômico das milícias, observou-se sua crescente inserção no campo político-institucional fluminense. Ao longo das últimas décadas, investigações parlamentares, operações policiais e reportagens jornalísticas evidenciaram a existência de vínculos entre grupos milicianos e agentes políticos, seja por meio do apoio eleitoral a candidaturas, da influência sobre campanhas em áreas sob seu domínio ou da ocupação de espaços de representação institucional por indivíduos associados direta ou indiretamente a essas organizações. Esse processo contribuiu para ampliar o poder de influência das milícias para além do controle armado dos territórios, alcançando a formulação de agendas públicas e a disputa por cargos eletivos. Dessa forma, a milícia deixa de ser compreendida apenas como um fenômeno criminal para constituir-se também como um ator político capaz de influenciar processos eleitorais, decisões institucionais e a própria condução da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, entendendo que intervenções policiais nesses territórios se constituem de forma distintas.

Nesse contexto, a política de segurança pública passa a ser formulada em um ambiente marcado por disputas de poder que extrapolam o combate à criminalidade e envolvem interesses políticos, eleitorais e econômicos, aspecto fundamental para compreender a gestão contemporânea dos territórios populares.

Dados do Mapa Histórico dos Grupos Armados no Rio de Janeiro²⁸ (Fogo Cruzado, 2025) indicam que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro concentra cerca de 4 milhões de

²⁷ Gestão está apoiada no que Gramsci (2006) aponta acerca da coerção e do consenso, cabe apontar que, nenhum poder político se manifesta puramente pela força (coerção), é necessário criar uma conciliação entre interesses de classes (consenso), logo, a adoção da repressão como política de segurança constitui parte do antagonismo entre interesses do Estado burguês versus classe trabalhadora.

²⁸ Disponível em:

<https://fogocruzado.org.br/relatorios/mapa-historico-dos-grupos-armados-expoe-reorganizacao-territorial-do-crime-no-rio/>

peessoas vivendo sob controle ou influência de grupos armados em 2024, o equivalente a 34,9% da população e 18,1% da área urbanizada habitada. O levantamento também aponta que, entre 2007 e 2024, houve crescimento de 130,4% das áreas sob domínio armado e aumento de 59,4% da população nessas condições, evidenciando a expansão do controle territorial de facções e milícias e sua articulação com desigualdades raciais e socioeconômicas.

Mais do que demonstrar a permanência da violência urbana, esses dados indicam que a intensificação das operações policiais não resultou na desarticulação do poder territorial exercido por facções e milícias. Ao contrário, a expansão simultânea dos grupos armados e da letalidade decorrente de intervenção policial evidencia que ambas as dinâmicas coexistem e se alimentam em um contexto de permanente militarização dos territórios populares. Isso desloca o debate da eficácia das operações, em vez de promover a eliminação do domínio armado, a política de segurança passa a administrar conflitos de forma contínua, produzindo ciclos recorrentes de violência, controle territorial e mortes.

É nesse cenário que se insere a hipótese central desta pesquisa: as chacinas ocorridas entre 2021 e 2025 não constituem eventos isolados ou desvios operacionais, mas expressam a consolidação de uma racionalidade de governo fundada na gestão armada dos territórios populares e na institucionalização da letalidade como prática de segurança pública. Compreender esse processo exige deslocar a análise do acontecimento em si para as condições políticas, institucionais e discursivas que o tornam possível, recorrente e socialmente legitimado.

3 - Representações midiáticas das chacinas: construção narrativa e produção de sentidos sobre a violência policial

O capítulo anterior buscou demonstrar que a intensificação das megaoperações policiais no Estado do Rio de Janeiro, especialmente entre 2021 e 2025, não pode ser compreendida como um conjunto de episódios isolados ou meramente circunstanciais. Ao reconstruir historicamente as transformações da política de segurança pública fluminense, evidenciou-se que a letalidade policial foi sendo progressivamente incorporada como elemento recorrente das estratégias estatais de gestão dos territórios populares, sustentada por discursos políticos, dispositivos institucionais e práticas que contribuíram para a naturalização da violência como instrumento de governo.

Partindo dessa compreensão, o presente capítulo desloca o foco da análise para a dimensão discursiva da política de segurança pública. Mais do que investigar as operações policiais em si, interessa compreender como esses acontecimentos são representados e narrados no espaço público, reconhecendo que as disputas em torno da violência não se restringem ao plano das ações estatais, mas também envolvem a produção de sentidos sobre os fatos, os sujeitos envolvidos e os próprios territórios onde essas intervenções ocorrem.

Nesse contexto, a mídia ocupa um lugar estratégico. Os veículos de comunicação não apenas registram acontecimentos, mas participam ativamente da construção das interpretações sociais acerca da violência urbana, selecionando acontecimentos, organizando narrativas, definindo enquadramentos e conferindo maior ou menor visibilidade a determinados atores e discursos. As notícias, portanto, não constituem simples reflexos da realidade social, mas representações que contribuem para a conformação do debate público sobre segurança, criminalidade, Estado e direitos humanos.

É nesse sentido que esta pesquisa toma as matérias jornalísticas como objeto de análise. O interesse não reside na verificação da veracidade dos acontecimentos noticiados, mas na identificação das narrativas produzidas em torno das três megaoperações policiais de maior letalidade ocorridas durante o governo Cláudio Castro. Busca-se compreender quais sentidos são atribuídos às operações, quais atores assumem centralidade nas narrativas, quais vozes são privilegiadas ou silenciadas e de que maneira determinados discursos podem contribuir para legitimar, problematizar ou tensionar a violência estatal.

Para tanto, foi constituído um corpus documental composto por treze matérias jornalísticas referentes às operações do Jacarezinho (2021), Vila Cruzeiro/Complexo da Penha

(2022) e Complexos da Penha e do Alemão (2025). Dentre esse conjunto documental, seis matérias - duas referentes a cada operação - foram selecionadas para análise aprofundada considerando sua relevância para os objetivos da pesquisa, a riqueza discursiva e sua representatividade na cobertura jornalística dos acontecimentos. A análise foi desenvolvida a partir da perspectiva da Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016).

3.1- Mídia e hegemonia: produção de narrativas e sentidos

A compreensão da política de segurança pública contemporânea exige reconhecer que sua construção não ocorre exclusivamente no âmbito das instituições estatais responsáveis pela formulação e execução das ações policiais. As disputas travadas nos campos jurídico, político e institucional, desenvolve-se uma permanente disputa pela produção de sentidos acerca da violência, da criminalidade, dos sujeitos envolvidos e dos territórios sobre os quais incidem as intervenções do Estado. Nesse processo, a mídia ocupa posição estratégica, atuando não apenas como veículo de divulgação de acontecimentos, mas como agente produtor de representações sociais capazes de influenciar percepções, consolidar consensos e disputar interpretações sobre a realidade.

Essa compreensão distancia-se da ideia de que o jornalismo constitui um espaço neutro de transmissão de fatos objetivos. Toda narrativa jornalística resulta de processos de seleção, enquadramento e hierarquização das informações, nos quais determinados acontecimentos recebem maior visibilidade, algumas vozes são privilegiadas em detrimento de outras e certos elementos passam a ser apresentados como centrais para a compreensão dos fatos (Guimarães, 2015). Assim, Guimarães (2015) aponta que, a notícia não representa uma reprodução fiel da realidade, mas uma construção social que organiza acontecimentos a partir de escolhas editoriais, valores-notícia e disputas de sentido.

Nessa direção, Stuart Hall (2016) afirma que a representação constitui um processo fundamental na produção de significados compartilhados socialmente. Para o autor, a linguagem não apenas descreve o mundo, mas participa ativamente da construção da realidade social, atribuindo sentidos aos acontecimentos e às relações sociais. As representações produzidas pelos meios de comunicação, portanto, não apenas informam sobre a violência, mas contribuem para definir quem é percebido como vítima, quem é identificado como ameaça, quais mortes são consideradas legítimas e quais acontecimentos passam a integrar a agenda pública.

Essa produção de significados também pode ser compreendida a partir da noção gramsciana de hegemonia. Conforme Gramsci (2006), a manutenção da dominação nas sociedades capitalistas não depende exclusivamente da coerção exercida pelo Estado, mas da construção permanente de consensos capazes de naturalizar determinadas formas de interpretar a realidade, para o autor “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica” (ibidem, p. 399). Os meios de comunicação assumem, nesse contexto, papel relevante na difusão de concepções de mundo que orientam a opinião pública e contribuem para legitimar determinados projetos políticos.

Ao discutir a formação da opinião pública, Gramsci (2006) destaca que ela não constitui uma expressão espontânea da sociedade, mas o resultado de disputas políticas em torno da produção e da circulação de ideias. Para o autor:

A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública — jornais, partidos, Parlamento —, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica (Ibidem, p. 265)

Essa reflexão permite compreender que os meios de comunicação ocupam posição estratégica na construção da hegemonia, uma vez que participam da definição dos sentidos socialmente compartilhados acerca dos acontecimentos políticos e sociais. No campo da segurança pública, isso significa reconhecer que os discursos veiculados pela mídia podem reforçar, questionar ou disputar as narrativas oficiais sobre criminalidade, violência e intervenção estatal.

No caso brasileiro, essa discussão adquire particular relevância diante da centralidade que a violência urbana ocupa no debate público. Batista (2003) demonstra que a produção social do medo constitui elemento fundamental para a legitimação do expansionismo penal e da intensificação das políticas repressivas. A difusão cotidiana de narrativas centradas na criminalidade, frequentemente associadas às favelas, periferias e à juventude negra, contribui para consolidar imaginários sociais que naturalizam o uso intensivo da força como resposta privilegiada aos conflitos urbanos. Assim, a construção midiática da insegurança não apenas informa sobre a violência, mas participa da produção das condições simbólicas que tornam determinadas políticas socialmente aceitáveis.

Nessa direção, Losurdo (2004) argumenta que a consolidação do poder das classes dominantes depende não apenas do monopólio da força, mas igualmente do controle da produção simbólica e dos mecanismos de difusão das ideias. Segundo o autor,

O domínio da burguesia não estará suficientemente sólido e garantido enquanto o monopólio da força armada não estiver completado pelo monopólio da produção espiritual, isto é, pela supressão seja dos meios de informação, seja dos partidos que, por causa da sua organização e da sua relação com classes sociais antagônicas em relação às dominantes, se configuram, ou são suscetíveis de se configurar, em situações de crise, como uma alternativa de poder (Ibidem, p. 157).

Essa reflexão dialoga com a perspectiva de Gramsci (2007), ao evidenciar que a disputa pela hegemonia envolve tanto a dimensão material da dominação quanto a produção de consensos na esfera pública. Essa dimensão política da produção das notícias também precisa ser compreendida à luz das condições materiais em que o jornalismo é produzido. Nesse sentido, Genro Filho (1987) chama atenção para o fato de que a notícia, embora desempenhe uma função social de informar, também constitui uma mercadoria inserida na lógica de reprodução do capitalismo. Seu valor de uso - isto é, sua capacidade de responder às necessidades informativas do público -, torna-se condição para sua realização como valor de troca, uma vez que é justamente a credibilidade e o interesse despertado pelas notícias que conferem valor econômico aos meios de comunicação. Como afirma o autor:

A mercadoria-notícia, ou seja, a informação jornalística comercializada, continua tendo um valor de uso cujo conteúdo, por definição, jamais pode ser dissolvido ou abolido, pois ele é condição para a realização do produto como valor de troca. Mais concretamente, essa persistência do valor de uso da notícia se manifesta do seguinte modo: o espaço ocupado pelas notícias e reportagens, mesmo que secundários conforme a ótica puramente econômica, deve corresponder a uma necessidade do público consumidor para que o espaço publicitário seja valorizado (Ibidem, p. 43).

Essa reflexão permite compreender que a produção jornalística se realiza em uma permanente tensão entre sua função social e as determinações econômicas que atravessam os meios de comunicação - aos interesses da classe que domina. Assim, a seleção dos acontecimentos, os enquadramentos adotados e a forma como determinados eventos são apresentados ao público não decorrem meramente de critérios técnicos ou objetivos, mas também de disputas políticas, interesses editoriais e das condições concretas de produção da notícia. Em diálogo com Gramsci (2007) e Losurdo (2004), pode-se afirmar que a mídia participa da construção da hegemonia não apenas por difundir determinadas concepções de mundo, mas também porque opera em um contexto no qual a informação se converte em mercadoria.

Conforme apontam Marx e Engels (2007), as ideias predominantes em uma determinada sociedade constituem expressão das relações materiais que estruturam a dominação de classe. Nesse sentido, a ideologia não representa um conjunto abstrato de valores ou crenças, mas um mecanismo por meio do qual as relações sociais historicamente

produzidas são apresentadas como universais e desprovidas de conflitos. Como afirmam os autores:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (Marx e Engels, 2007, p. 47).

Essa formulação permite compreender que a produção de discursos sobre a segurança pública não ocorre em um terreno isento. As representações acerca da violência, da criminalidade, das favelas e da atuação policial são construídas em meio às disputas próprias da sociedade capitalista, refletindo interesses, correlações de força e projetos políticos. Assim, determinados enquadramentos tendem a converter situações historicamente produzidas em problemas aparentemente “naturais”.

A própria lógica de produção da notícia contribui para compreender por que determinados acontecimentos adquirem grande centralidade na cobertura jornalística. Ao refletir sobre os critérios que estruturam a atividade jornalística, Frias Filho (1984) afirma que a notícia se constrói a partir do contraste, isto é, da ruptura com a normalidade cotidiana. Segundo o autor,

O que constitui a manchete, e por diluição o texto jornalístico do qual ela é um condensado, é o contrastamento que ali se abre entre dois termos, o familiar e o hediondo, o rotineiro e o inesperado, o acaso e a coincidência, o público e o privado, o próximo e o distante. Pouco importa o que é contrastado, importa que haja contraste (Ibidem, p. 4).

Ao privilegiar o contraste como principal critério de seleção e construção da notícia, corre-se o risco de deslocar o foco das determinações históricas, sociais e políticas que constituem os acontecimentos. O fato passa a ser valorizado prioritariamente por seu caráter extraordinário, enquanto os processos estruturais que lhe dão origem tendem a permanecer em segundo plano. Assim, o acontecimento pode ser apresentado como um episódio isolado, desvinculado das relações sociais que o produzem (Guimarães, 2015).

Costa (1974, apud Marcondes Filho, 1986) evidencia que a capacidade de mobilização da opinião pública nem sempre está relacionada à magnitude objetiva de um

problema social, mas à forma como ele é construído e apresentado pela mídia. Segundo o autor:

Uma reportagem ilustrada sobre o assassinato de uma criança é suscetível de levantar a opinião pública pequeno-burguesa num movimento de condenação ao ato brutal, mas um estudo que demonstre, com dados estatísticos, que no Nordeste do Brasil, morrem anualmente dezenas de milhares de crianças em consequência da subnutrição seria incapaz de suscitar maiores comoções. Do mesmo modo, o telespectador-padrão, que se emociona até às lágrimas ante os sofrimentos morais de uma personagem de novela vulgar, geralmente demonstra a mais espantosa indiferença ao ser informado de que no Vietnã ou no Laos milhares de homens, mulheres e crianças são queimados com bombas napalm (Costa, 1974, p. 89 apud Marcondes Filho, 1986, p. 18).

A reflexão proposta pelo autor evidencia que a notícia não apenas informa sobre a realidade, mas também estabelece hierarquias de visibilidade e de sensibilização social. Desse modo, a cobertura jornalística pode contribuir para deslocar a atenção das determinações históricas e políticas que produzem determinados fenômenos, privilegiando seus efeitos mais imediatos em detrimento da compreensão de suas causas.

Nessa perspectiva, a disputa pela opinião pública constitui elemento central para a manutenção da hegemonia. Aqui, essa compreensão torna-se particularmente relevante, pois no contexto das megaoperações policiais realizadas no Estado do Rio de Janeiro, a cobertura jornalística dessas ações ultrapassa a descrição dos acontecimentos, produzindo enquadramentos que influenciam a percepção pública acerca da legitimidade das operações, da atuação das forças de segurança e das mortes delas decorrentes. A escolha das fontes entrevistadas, das imagens divulgadas, dos termos empregados para designar as vítimas, das justificativas apresentadas pelas autoridades e dos aspectos privilegiados na narrativa constituem-se parte de um processo mais amplo de disputa pela interpretação da violência estatal.

Isso não significa compreender a mídia como um espaço homogêneo ou inteiramente subordinado aos interesses estatais. Diferentes veículos produzem enquadramentos distintos, conferem visibilidade a atores diversos e constroem interpretações que, por vezes, tensionam as versões oficiais apresentadas pelos órgãos de segurança pública. A mídia configura-se, portanto, como um espaço de disputa, no qual coexistem discursos de legitimação, contestação e problematização da violência estatal.

A compreensão da representação como processo de produção de sentidos permite avançar para um aspecto particularmente relevante desta pesquisa: a disputa em torno da própria nomeação das intervenções policiais. As palavras mobilizadas para descrever esses acontecimentos não constituem escolhas meramente descritivas ou técnicas, mas expressam

diferentes interpretações sobre a realidade e sobre a legitimidade da ação estatal. Assim, a denominação de um mesmo episódio como "operação policial", "confronto", "ação policial", "chacina", "massacre" ou mesmo "execução" revela perspectivas políticas distintas acerca da violência e de seus agentes.

No contexto das megaoperações realizadas nas favelas e periferias do Estado do Rio de Janeiro, essa disputa adquire especial centralidade. Enquanto os órgãos estatais e parte da cobertura jornalística frequentemente recorrem à categoria "operação" ou à ideia de "confronto", sugerindo uma dinâmica de enfrentamento entre forças equivalentes, os movimentos sociais, organizações de direitos humanos, pesquisadores e familiares das vítimas mobilizam a noção de "chacina" para evidenciar o caráter exacerbado da violência empregada, a elevada letalidade das ações e as recorrentes denúncias de violações de direitos humanos. Em determinadas circunstâncias, organismos internacionais e entidades de defesa dos direitos humanos também utilizam categorias como "execuções" para qualificar mortes decorrentes do uso arbitrário da força por agentes do Estado.

À luz da perspectiva de Stuart Hall (2016), essa disputa de terminologia não pode ser compreendida apenas como uma divergência semântica. Trata-se de uma disputa pela produção de significados socialmente compartilhados, na medida em que diferentes formas de representar um mesmo acontecimento orientam distintas interpretações acerca da legitimidade da ação policial, das características das vítimas e da própria compreensão da violência estatal. Nomear um episódio como "confronto" tende a pressupor uma situação de reciprocidade da violência, enquanto denominá-lo "chacina" desloca o foco para a letalidade da intervenção e para a diferença das relações de poder envolvidas. As representações, portanto, não apenas descrevem os acontecimentos, mas participam ativamente da construção das formas pelas quais eles são compreendidos e julgados no seio da sociedade.

A partir dessas considerações, torna-se possível compreender que a mídia não pode ser reduzida à condição de mero instrumento de transmissão de informações. Ao selecionar acontecimentos, definir enquadramentos, estabelecer prioridades e conferir legitimidade a determinadas fontes, os meios de comunicação participam ativamente da produção da realidade social, influenciando a forma como a violência, a criminalidade e a atuação estatal são percebidas pela sociedade. Trata-se, portanto, de um espaço privilegiado de disputa pela construção da hegemonia, no qual diferentes projetos de sociedade procuram afirmar suas interpretações acerca dos conflitos sociais.

Dessa forma, a discussão desenvolvida neste item fornece o referencial teórico que orienta a análise apresentada nas seções seguintes. Ao reconhecer a mídia como um espaço de disputa hegemônica e de produção de representações sociais (Hall, 2016), torna-se possível compreender as matérias jornalísticas não apenas como fontes documentais, mas como objetos de investigação capazes de revelar os sentidos produzidos em torno da violência policial e das chacinas que constituem o objeto desta dissertação.

3.2 - Procedimentos metodológicos da análise das coberturas jornalísticas

A presente pesquisa possui abordagem qualitativa e fundamenta-se em uma investigação documental de natureza hemerográfica, tendo como objeto de análise as narrativas produzidas pelos meios de comunicação acerca das megaoperações policiais de maior letalidade realizadas durante o governo de Cláudio Castro (2021-2025), no Estado do Rio de Janeiro. A escolha desse percurso metodológico decorre da compreensão de que os jornais constituem não apenas registros dos acontecimentos, mas espaços privilegiados de produção, circulação e disputa de sentidos sobre a realidade social.

Ao longo das últimas décadas, a imprensa consolidou-se como uma importante fonte para pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais, permitindo investigar não apenas os fatos noticiados, mas também os enquadramentos, os discursos e as representações produzidas em torno deles. Como destaca Tânia Regina de Luca (2008), os periódicos não podem ser compreendidos como espelhos da realidade, mas como documentos históricos atravessados por interesses econômicos, políticos, editoriais e culturais, sendo imprescindível considerar as condições em que foram produzidos, os sujeitos que os produziram e as disputas presentes em sua circulação. Sob essa perspectiva, o jornal deixa de ser apenas um repositório de informações e passa a constituir um objeto de investigação capaz de revelar as formas pelas quais determinados acontecimentos são socialmente interpretados e apresentados ao público.

Essa compreensão dialoga diretamente com a perspectiva desenvolvida no item anterior deste capítulo, segundo a qual a mídia participa da produção da hegemonia ao construir narrativas que influenciam a formação da opinião pública sobre diferentes questões sociais. Dessa forma, a opção pela pesquisa hemerográfica não se justifica apenas pela disponibilidade de fontes documentais, mas, sobretudo, porque o próprio objeto desta investigação consiste na análise das representações produzidas sobre as chacinas decorrentes das megaoperações policiais.

Assim, o interesse da pesquisa não consiste em verificar a veracidade dos acontecimentos narrados pelos veículos de comunicação, tampouco estabelecer uma comparação entre versões consideradas mais ou menos verdadeiras. Parte-se do pressuposto de que toda produção jornalística é atravessada por escolhas editoriais, critérios de noticiabilidade, enquadramentos específicos e disputas narrativas que interferem diretamente na forma como determinado acontecimento será compreendido socialmente. Nesse sentido, as matérias jornalísticas são analisadas como produções discursivas que expressam determinados modos de representar a violência, a atuação do Estado, os territórios populares e os sujeitos envolvidos nas operações policiais.

3.2.1 - Caracterização da pesquisa

Do ponto de vista da abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, por compreender que os fenômenos sociais não podem ser reduzidos à quantificação de informações ou à mensuração estatística de dados, exigindo a interpretação dos sentidos produzidos pelos sujeitos e pelas instituições. Conforme Minayo (2012), a pesquisa qualitativa ocupa-se do universo dos significados, das motivações, dos valores, das crenças e das representações que orientam as práticas sociais, buscando compreender a realidade em sua complexidade e historicidade.

Segundo Minayo (2012, p. 623): “A análise qualitativa de um objeto de estudo realiza a potencialidade de elaboração de conhecimento e dispõe de todos os critérios e instrumentos necessários para que seja reconhecida e valorizada enquanto um conceito científico”.

Conforme destaca Seibel (2013), a pesquisa hemerográfica compreende os jornais e demais meios de comunicação como fontes documentais que, mais do que registrar acontecimentos, expressam representações, disputas de sentidos e posições políticas presentes em determinado contexto histórico. Assim, as notícias deixam de ser tomadas como simples relatos factuais e passam a ser analisadas como produções sociais situadas, capazes de revelar tanto os acontecimentos quanto as formas pelas quais eles são construídos

No presente estudo, as matérias jornalísticas constituem esse conjunto documental, sendo analisadas não apenas como registros informativos, mas como discursos produzidos em contextos políticos específicos.

A dimensão hemerográfica constitui, por sua vez, uma especificidade metodológica desta investigação. Conforme destacam Luca (2008) e Capelato (1988), os periódicos

representam fontes privilegiadas para compreender tanto os acontecimentos quanto os modos pelos quais eles são interpretados, narrados e apropriados socialmente. Dessa forma, a análise das coberturas jornalísticas permite identificar disputas de sentido, estratégias discursivas e formas de representação que dificilmente seriam captadas apenas por documentos institucionais ou bases estatísticas.

3.2.2 - Constituição do corpus empírico

A seleção das operações policiais analisadas nesta pesquisa teve como ponto de partida o levantamento das ações de maior letalidade ocorridas durante o governo de Cláudio Castro (2021–2025). A Tabela 2 apresenta as cinco operações com maior número de mortes decorrentes de intervenção policial no período.

Tabela 2 – Operações policiais de maior letalidade no governo Cláudio Castro (2021–2025)		
DATA/ANO	LOCAL	Nº DE MORTES
06/05/2021	Jacarezinho	28
24/05/2022	Complexo da Penha	23
21/07/2022	Complexo do Alemão	16
23/03/2023	Salgueiro (São Gonçalo)	13
28/10/2025	Complexos do Alemão e da Penha	120

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do GENI/UFF, Instituto Fogo Cruzado e cobertura jornalística.

Embora a Tabela 2 apresente as cinco operações de maior letalidade registradas no período, optou-se por analisar as três com maior número de mortes, por concentrarem os episódios de maior repercussão pública e institucional, reunindo ampla cobertura jornalística e maior diversidade de narrativas sobre a atuação estatal. Logo, a constituição do corpus documental foi realizada a partir do levantamento sistemático de matérias jornalísticas referentes às três operações policiais de maior letalidade ocorridas durante o governo Cláudio Castro: a operação do Jacarezinho, realizada em 6 de maio de 2021; a operação na Vila Cruzeiro, em 24 de maio de 2022; e a megaoperação Contenção realizada nos Complexos da Penha e do Alemão, em 28 de outubro de 2025, considerada a mais letal da história do Estado do Rio de Janeiro. Não só expressam como as maiores deste período de recorte da pesquisa,

figuram-se também como as três operações policiais mais letais da história do Estado do Rio de Janeiro.

A definição dessas operações decorreu de sua relevância para os objetivos da pesquisa, considerando não apenas o elevado número de mortes decorrentes da intervenção policial, mas também sua ampla repercussão política, institucional e midiática. Tratam-se de acontecimentos que mobilizaram pronunciamentos de autoridades públicas, manifestações de organizações da sociedade civil, decisões judiciais, intensa cobertura jornalística e significativo debate público acerca dos limites da atuação policial.

O levantamento inicial resultou na identificação de treze matérias jornalísticas, selecionadas a partir de critérios previamente definidos: relação direta com as operações investigadas; publicação em veículos de ampla circulação nacional; disponibilidade integral do conteúdo; e presença de elementos discursivos relevantes para os objetivos da pesquisa. O levantamento deu-se por meio da busca contendo nome e ano da operação policial, exemplo: Operação Jacarezinho 2021. Todas as matérias foram catalogadas em uma tabela própria, contendo informações referentes ao veículo de comunicação, data de publicação, título, endereço eletrônico, principais atores mencionados e observações preliminares acerca dos enquadramentos presentes em cada reportagem.

Embora as treze matérias integrem o corpus documental da pesquisa, optou-se pela seleção de seis reportagens para análise aprofundada, sendo duas referentes a cada uma das operações policiais investigadas. Essa escolha não decorreu de critérios quantitativos, mas da riqueza analítica, para este autor, apresentada pelos textos, da diversidade de enquadramentos identificados e da possibilidade de contemplar diferentes construções narrativas sobre os acontecimentos.

3.2.3 - Organização do material empírico

Após a definição do corpus documental, realizou-se uma leitura exploratória de todas as matérias, etapa que Bardin (2016) denomina de leitura flutuante. Esse procedimento permitiu uma aproximação inicial com o material, possibilitando identificar temas recorrentes, sujeitos frequentemente mencionados, estratégias argumentativas, terminologias utilizadas e possíveis categorias analíticas presentes nas narrativas.

Na sequência, procedeu-se à sistematização das informações em tabelas analíticas elaboradas especificamente para a pesquisa. Foram registrados elementos como os principais atores mobilizados em cada reportagem, as fontes consultadas, as expressões utilizadas para

caracterizar as operações policiais, a presença ou ausência de moradores das favelas como sujeitos da narrativa, os posicionamentos atribuídos às autoridades públicas e os enquadramentos predominantes sobre a violência policial. Essa etapa mostrou-se fundamental para identificar recorrências e diferenças entre as matérias, permitindo compreender como determinados discursos se repetiam, eram tensionados ou silenciados ao longo da cobertura jornalística.

A análise das matérias fundamentou-se na técnica da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), compreendida como um conjunto de procedimentos sistemáticos destinados à descrição, organização e interpretação das comunicações.

Segundo a autora, a Análise de Conteúdo desenvolve-se em três grandes momentos: a pré-análise, correspondente à organização do corpus documental e definição dos objetivos analíticos; a exploração do material, fase em que são identificadas categorias, unidades de registro e recorrências presentes nos documentos; e, por fim, o tratamento dos resultados, momento destinado à interpretação dos dados à luz do referencial teórico adotado pela pesquisa.

Dessa forma, o interesse central consiste em compreender como as narrativas produzidas pelos meios de comunicação participam da construção dos sentidos atribuídos às chacinas, contribuindo para sua legitimação, problematização ou contestação no debate público. Ao articular a pesquisa hemerográfica com a Análise de Conteúdo, busca-se evidenciar como os discursos jornalísticos integram a disputa pela produção de representações acerca da política de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, permitindo compreender não apenas o que foi noticiado, mas, sobretudo, como esses acontecimentos foram narrados e os efeitos que viabilizam seu processo de institucionalização no campo da política.

Uma das dificuldades encontradas no desenvolvimento da pesquisa refere-se à pretensão inicial de reunir as reportagens utilizadas como fonte documental em apêndice ao trabalho. Embora essa estratégia pudesse contribuir para a transparência e a possibilidade de consulta ao material analisado, a própria dinâmica contemporânea dos meios digitais impõe limites à sua reprodução e preservação. Em um contexto marcado pela mercantilização dos meios de comunicação e pela crescente inserção da produção jornalística em plataformas digitais, o acesso às reportagens não se reduz ao seu conteúdo originalmente publicado, uma vez que este se encontra atravessado por anúncios publicitários, conteúdos patrocinados e propagandas de plataformas, inclusive aquelas relacionadas às apostas esportivas e às chamadas bets. Ademais, identificou-se outra particularidade da produção jornalística

contemporânea: a perda da centralidade temporal da publicação. Diferentemente do material impresso, cuja edição circunscrevia determinado conteúdo a um momento específico, as reportagens disponibilizadas digitalmente podem ser continuamente atualizadas, modificadas ou complementadas à medida que novos acontecimentos e informações são produzidas. Desse modo, o material acessado posteriormente pode não corresponder integralmente à versão originalmente publicada no momento do acontecimento analisado, produzindo um desafio adicional à preservação do conteúdo documental e à reprodução fidedigna das fontes utilizadas na pesquisa.

3.3 - As chacinas na mídia: o que se levantou na pesquisa

Após a definição dos procedimentos metodológicos e dos critérios que orientaram a constituição do corpus documental, apresenta-se, neste item, o conjunto de reportagens que compõem o corpus analítico da pesquisa. Conforme discutido anteriormente, o levantamento hemerográfico identificou treze matérias jornalísticas relacionadas às três operações policiais de maior letalidade ocorridas durante o governo Cláudio Castro. Esse conjunto constitui o universo documental da investigação e serviu como base para a seleção das reportagens submetidas à análise qualitativa.

O Quadro 3 apresenta a constituição do corpus documental e a distribuição das reportagens selecionadas para análise.

Tabela 3 – Constituição do corpus documental		
Operação policial	Reportagens levantadas	Reportagens selecionadas
Operação do Jacarezinho (2021)	05	02
Operação da Vila Cruzeiro (2022)	04	02
Megaoperação nos Complexos da Penha e do Alemão (2025)	04	02
TOTAL	13	06

Fonte: Elaboração própria (2026).

As operações selecionadas representam momentos centrais da política de segurança pública desenvolvida pelo governo Cláudio Castro e constituem marcos do processo de intensificação da letalidade policial analisado nesta dissertação. A Operação do Jacarezinho,

realizada em 6 de maio de 2021, tornou-se, naquele momento, a operação policial mais letal da história do Estado do Rio de Janeiro, com 28 mortes. Pouco mais de um ano depois, em 24 de maio de 2022, a Operação da Vila Cruzeiro voltou a evidenciar a permanência das megaoperações como estratégia prioritária da política de segurança pública, resultando em 23 mortes. Por fim, a megaoperação realizada nos Complexos da Penha e do Alemão, em outubro de 2025, registrou 120 mortes, sendo reconhecida como a operação policial mais letal da história do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil, simbolizando o aprofundamento da racionalidade repressiva discutida ao longo desta pesquisa.

Como já apontado, embora as quinze reportagens integrem o corpus documental, a análise concentrou-se em seis matérias selecionadas por apresentarem maior potencial para compreender as narrativas construídas em torno das operações policiais. Essa estratégia permitiu realizar uma leitura mais aprofundada dos discursos jornalísticos, preservando a diversidade de abordagens e, ao mesmo tempo, garantindo maior densidade analítica.

A tabela 4 apresenta a caracterização das reportagens que compõem a pesquisa.

Tabela 4 - Reportagens selecionadas para a pesquisa						
Código da reportagem	Operação	Veículo	Data	Título	Justificativa para a seleção	Referência (acesso)
R1	Jacarezinho (2021)	G1	07/05/21	Cláudio Castro defende ação da polícia no Jacarezinho e diz que RJ é o maior interessado em apurar as circunstâncias	Evidencia o discurso oficial do governo estadual imediatamente após a operação.	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/07/claudio-castro-dedefende-acao-da-policia-no-jacarezinho-e-diz-que-rj-e-o-maior-interessado-em-apurar-as-circunstancias.g.html . Acesso em: 24 jun 2026.
R2	Jacarezinho (2021)	CNN Brasil	06/05/21	Governador do Rio chama vítimas de chacina do Jacarezinho de "bandidos"	Destaca a repercussão nacional da fala do governador e o processo de legitimação política da operação.	https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/governador-do-rio-cama-vitimas-de-chacina-do-jacarezinho-de-vagabundos/ .

						Acesso em: 24 jun 2026.
R3	Vila Cruzeiro (2022)	G1	26/05/22	Operação da Vila Cruzeiro deixa 23 mortos, diz Polícia Civil	Reportagem voltada para a identificação das vítimas e contextualização da operação.	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/05/26/mortos-na-operacao-da-vila-cruzeiro.ghtml . Acesso em: 24 jun 2026.
R4	Vila Cruzeiro (2022)	Veja Rio	25/05/22	Com 25 mortos, operação na Vila Cruzeiro é a segunda mais letal do Rio	Permite analisar a cobertura da imprensa sobre a elevada letalidade da ação policial.	https://vejario.abril.com.br/cidade/25-mortos-operacao-vila-cruzeiro-mais-letal/ . Acesso em 24 jun 2026.
R5	Megaoperação dos Complexos da Penha e do Alemão (2025)	G1	28/10/25	Operação no Alemão e na Penha tem 122 mortos e se torna a mais letal da história do Rio de Janeiro	Reportagem que acompanha os acontecimentos e registra a dimensão histórica da operação.	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/10/28/operacao-historico-da-cidade-do-rio.ghtml . Acesso em: 24 jun 2026.
R6	Megaoperação dos Complexos da Penha e do Alemão (2025)	O Globo	02/03/26	‘Operação higienizou mais de 115 vagabundos’, diz Cláudio Castro sobre ação policial nos complexos da Penha e do Alemão	Evidencia a permanência do discurso político de legitimação da letalidade meses após a operação.	https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2026/03/02/operacao-higienizou-mais-de-115-vagabundos-diz-claudio-castro-sobre-acao-policial-nos-complexos-da-penha-e-do-alemao.ghtml . Acesso em: 24 jun 2026.

Fonte: Elaboração própria (2026), a partir das reportagens selecionadas.

A seleção das reportagens buscou contemplar diferentes momentos da cobertura jornalística das operações policiais investigadas. Em cada caso, optou-se por analisar uma reportagem voltada à descrição dos acontecimentos e outra que evidenciasse os

desdobramentos políticos, institucionais ou discursivos produzidos após as operações. Essa estratégia permitiu examinar não apenas a cobertura dos episódios, mas também a forma como diferentes veículos de comunicação construíram narrativas sobre a atuação estatal, as vítimas, os territórios populares e as justificativas apresentadas pelas autoridades públicas.

Ressalta-se, ainda, que o corpus reúne reportagens publicadas tanto durante quanto após as operações, possibilitando compreender como determinados discursos foram produzidos, reforçados ou ressignificados ao longo do tempo. Em especial, destacam-se as matérias que repercutem pronunciamentos do governador Cláudio Castro, por evidenciarem a dimensão política da produção de sentidos acerca da violência policial, aspecto central para os objetivos desta pesquisa.

3.4 - Narrativas governamentais sobre as chacinas na cobertura midiática: justificativas institucionais acerca das violências e violações de direitos.

A análise das matérias selecionadas evidencia que as narrativas produzidas por representantes do Estado ocupam lugar central na construção dos sentidos atribuídos às chacinas e às operações policiais. Governadores, secretários de segurança e representantes das forças policiais são frequentemente acionados para apresentar justificativas para as intervenções, enquadrando-as como respostas necessárias ao enfrentamento da criminalidade e à retomada do controle territorial. Nesse movimento, a elevada letalidade tende a ser apresentada como consequência do confronto, enquanto as circunstâncias das mortes e as possíveis violações de direitos são deslocadas para uma posição secundária.

Essa forma de construção narrativa não pode ser compreendida apenas como uma escolha circunstancial dos agentes públicos. Ela se articula a uma concepção historicamente construída de segurança pública, na qual a força policial ocupa lugar privilegiado no enfrentamento das desigualdades e dos conflitos sociais. Como discutido anteriormente, Soares (2000) chama atenção para a permanência de práticas reativas e centradas na intervenção policial, enquanto Batista (2003) evidencia a produção social do medo e a construção de determinados segmentos da população como ameaças à ordem. Nesse sentido, as justificativas apresentadas pelos agentes estatais podem contribuir para naturalizar a associação entre determinados territórios, sujeitos e criminalidade.

A dimensão territorial também é fundamental para compreender essas narrativas. A apresentação das favelas e periferias como espaços dominados pelo crime contribui para legitimar intervenções, reforçando uma representação desses territórios como lugares que demandariam formas diferenciadas de atuação estatal. Tal perspectiva dialoga com Franco

(2014), ao evidenciar a centralidade da militarização na gestão das favelas, e com Dahmer Pereira (2024), que chama atenção para a dimensão racialmente generificada da militarização do espaço urbano no Rio de Janeiro.

Ao mesmo tempo, a construção dessas narrativas envolve uma disputa pela definição de quem deve ser reconhecido como vítima, quem é apresentado como ameaça e quais mortes podem ser consideradas legítimas. Como discutido anteriormente a partir de Hall (2016), as representações não apenas descrevem a realidade, mas participam da produção de sentidos sobre ela. Assim, quando as falas oficiais são reproduzidas nas matérias como explicações centrais para as operações, elas passam a disputar a interpretação pública sobre a violência estatal e sobre a legitimidade das mortes produzidas pela ação policial.

Dessa forma, esta seção busca analisar como os discursos governamentais presentes na cobertura jornalística contribuem para justificar, legitimar ou tensionar as violências produzidas pelas operações policiais, observando especialmente os argumentos mobilizados para explicar as mortes, a construção dos territórios como espaços de ameaça e as diferentes formas de enquadramento das violações de direitos. A análise das narrativas oficiais permite, portanto, compreender que a institucionalização das chacinas não ocorre somente pela repetição das operações, mas também pela produção de discursos capazes de conferir sentido, legitimidade e aceitabilidade à violência estatal.

3.4.1 - A (re)produção da legitimidade da violência policial: discursos oficiais, controle institucional e contestação da versão oficial na operação do Jacarezinho 2021

A Operação do Jacarezinho, realizada em 6 de maio de 2021, constitui um marco inicial para compreender a dinâmica das megaoperações policiais durante o governo de Cláudio Castro (2021-2025). Com 28 mortes registradas, sendo 27 civis e um policial, a ação foi considerada, naquele momento, a operação policial mais letal da história do Estado do Rio de Janeiro, superando episódios anteriores de grande repercussão. Mais do que um acontecimento policial, a operação produziu intensos debates públicos acerca dos limites da atuação estatal, da política de segurança baseada no confronto armado e das formas de legitimação da violência institucional.

A análise das reportagens selecionadas evidencia que a cobertura jornalística não se restringiu à descrição dos fatos, mas também incorporou uma disputa de sentidos sobre a própria legitimidade da ação estatal. A reportagem R1, publicada pelo G1 em 7 de maio de 2021, destaca o posicionamento do governador Cláudio Castro em defesa da operação,

apresentando a autoridade estatal como sujeito central da narrativa. O enfoque dado à manifestação do chefe do Executivo estadual evidencia um movimento recorrente na cobertura de operações policiais: a incorporação das justificativas institucionais como elemento estruturante da narrativa sobre segurança pública.

Nesse sentido, a presença privilegiada da fala governamental revela uma dimensão importante da disputa pela opinião pública. Conforme aponta Gramsci (2001), a opinião pública constitui um espaço de disputa no qual diferentes forças buscam construir interpretações capazes de orientar a vontade política. Os meios de comunicação, portanto, não atuam apenas como transmissores neutros de acontecimentos, mas participam da circulação e da consolidação de determinados sentidos sociais. No caso analisado, o discurso oficial apresentado na cobertura contribui para a construção de uma narrativa na qual a operação aparece vinculada ao enfrentamento da criminalidade e à defesa da ordem pública.

A violência estatal necessita, nesse sentido, de mecanismos discursivos que a apresentem como necessária, legítima ou inevitável (Guimarães, 2015). Assim, a operação policial deixa de ser compreendida exclusivamente como uma ação concreta do aparato repressivo do Estado e passa a ser representada como uma resposta autorizada diante de ameaça à sociedade.

A reportagem R2, publicada pela CNN Brasil no mesmo dia da operação, evidencia uma dimensão ainda mais explícita dessa construção narrativa ao repercutir a fala do governador que classificou as vítimas da operação como "bandidos". A formulação discursiva presente nessa manifestação produz uma diferenciação entre vidas consideradas legítimas e vidas apresentadas como descartáveis, deslocando o debate sobre a ação estatal da necessidade de investigação das mortes para a reafirmação da identidade atribuída às vítimas.

Esse processo pode ser analisado a partir do debate desenvolvido por Sueli Carneiro (2005) acerca do dispositivo de racialidade, compreendido como um conjunto de práticas e discursos que produz hierarquias entre sujeitos e estabelece diferentes valores sociais para determinadas vidas. No contexto das favelas e periferias brasileiras, a associação histórica entre esses territórios e a criminalidade contribui para que moradores sejam frequentemente representados a partir da suspeição, tornando a violência estatal mais facilmente justificável no imaginário social.

A favela, nesse processo, deixa de ser compreendida como espaço de moradia, sociabilidade e produção de vida, sendo frequentemente reduzida à representação de território

da ameaça, onde práticas controle passam a ser aceitas em nome da segurança (Silva; Barbosa, 2005).

A cobertura da Operação do Jacarezinho permite observar, portanto, como a narrativa sobre violência policial se articula a uma racionalidade política mais ampla. A morte produzida pela ação estatal não aparece apenas como consequência de um confronto armado, mas como resultado de uma construção discursiva que define determinados sujeitos como alvos prioritários da intervenção repressiva. Nesse sentido, a análise das reportagens R1 e R2 evidencia que a legitimação da letalidade policial ocorre simultaneamente no campo material, pela atuação armada do Estado nos territórios populares, e no campo simbólico, pela produção de narrativas que sustentam a necessidade e a aceitabilidade dessas práticas.

Embora as narrativas oficiais tenham ocupado lugar privilegiado na construção pública de sentidos sobre a Operação do Jacarezinho, a cobertura jornalística também evidencia a existência de disputas em torno da interpretação do acontecimento. Após a realização da ação policial, diferentes atores institucionais e sociais passaram a questionar a versão apresentada pelo governo estadual e pelas forças de segurança, colocando em debate a legalidade da operação, a proporcionalidade do uso da força e a responsabilidade do Estado diante das mortes produzidas.

Nesse processo, a atuação de instituições de controle, como o Supremo Tribunal Federal (STF), a Defensoria Pública e organizações da sociedade civil, constitui elemento central para compreender que a produção de sentidos sobre a violência policial não ocorre de forma homogênea (Guimarães, 2015). Ao lado da narrativa que apresenta as operações como respostas necessárias ao enfrentamento da criminalidade, emergem discursos que enfatizam a necessidade de controle da atuação estatal, preservação dos direitos humanos e responsabilização diante de possíveis violações.

A Operação do Jacarezinho ocorreu em um contexto marcado pela ADPF nº 635, conhecida como “ADPF das Favelas”, julgada pelo Supremo Tribunal Federal em 2020. A medida estabeleceu restrições às operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro durante a pandemia da Covid-19, determinando que essas ações deveriam ocorrer apenas em situações excepcionais, mediante justificativa formal e adoção de medidas capazes de preservar vidas, como já vimos anteriormente.

Entretanto, a continuidade de operações de grande escala em territórios populares revelou tensões entre a determinação judicial e a condução da política de segurança pública estadual de Castro. No caso do Jacarezinho, questionamentos posteriores apontaram possíveis

violações dos parâmetros estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal, especialmente em relação à necessidade, proporcionalidade e fiscalização da ação policial. Dessa forma, a operação passou a ser compreendida não apenas como um episódio de confronto armado, mas como expressão de um conflito mais amplo entre uma política estadual baseada na lógica operacional de guerra e uma tentativa institucional de estabelecer limites jurídicos ao uso da força pelo Estado.

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e entidades de direitos humanos tiveram papel relevante na contestação da narrativa oficial, especialmente ao questionarem a ausência de transparência sobre a dinâmica das mortes, a preservação das cenas dos acontecimentos, a participação de moradores como testemunhas e a necessidade de investigação independente. Essas manifestações introduzem outros elementos na disputa pública, deslocando o foco exclusivo da figura do “inimigo” e colocando em evidência os sujeitos atingidos pela ação estatal.

Essa disputa narrativa evidencia uma característica fundamental da cobertura jornalística sobre operações policiais: a coexistência de diferentes regimes de interpretação sobre o mesmo acontecimento (Guimarães, 2015). Enquanto determinados discursos vinculam a operação à necessidade de combate ao crime organizado e à defesa da ordem pública, outros enfatizam a violência institucional, a violação de direitos e a recorrência dessas práticas nos territórios populares.

Nesse sentido, a análise das reportagens sobre o Jacarezinho demonstra que a legitimidade da violência policial não é produzida exclusivamente no momento da operação, mas também nos processos posteriores de disputa narrativa. A manutenção de uma política de alta letalidade depende tanto da ação material do aparato repressivo quanto da capacidade de construir justificativas públicas capazes de transformar mortes produzidas pelo Estado em acontecimentos considerados aceitáveis, inevitáveis ou necessários, explícito nas falas das autoridades estaduais. Ao mesmo tempo, as contestações institucionais e sociais revelam a existência de fissuras nesse processo, evidenciando que a hegemonia nunca é absoluta, mas permanentemente construída e disputada.

3.4.2 - Vila Cruzeiro: a política de Castro de consolidação das chacinas como prática de segurança pública

A Operação realizada na Vila Cruzeiro, em maio de 2022, constitui um momento importante para compreender a continuidade e o aprofundamento da lógica de letalidade policial no Rio de Janeiro durante o governo de Cláudio Castro. Diferentemente do Jacarezinho, cuja repercussão esteve fortemente associada ao questionamento sobre os limites da atuação policial e à disputa em torno da ADPF 635, a operação da Vila Cruzeiro evidencia outro aspecto fundamental do processo analisado: a incorporação progressiva das ações de alta letalidade como parte de uma dinâmica recorrente da política de segurança pública estadual durante essa gestão.

As reportagens R3 e R4 demonstram como a operação foi construída narrativamente a partir da lógica do confronto armado, apresentando a ação policial como uma resposta ao enfrentamento de grupos criminosos e situando a elevada quantidade de mortes como resultado das circunstâncias próprias do conflito. Esse enquadramento contribui para deslocar a centralidade do debate sobre a responsabilidade estatal pela produção da morte para uma interpretação baseada na ideia de que é inevitável o confronto, na qual as vítimas aparecem predominantemente vinculadas à condição de suspeitos ou integrantes de grupos criminosos.

Nesse sentido, observa-se a permanência de uma gramática discursiva semelhante à identificada no Jacarezinho: a construção de um inimigo interno e a apresentação da intervenção policial como instrumento necessário para a preservação da ordem. A narrativa do combate ao crime organizado funciona como elemento legitimador da ação estatal, produzindo uma interpretação na qual a violência extrema deixa de ser compreendida como um problema da própria política de segurança e passa a ser apresentada como consequência de uma suposta guerra travada nos territórios populares (Farage, 2023).

Entretanto, observou-se aqui que, a particularidade da Vila Cruzeiro está justamente na repetição desse padrão. A ocorrência de uma nova operação com elevado número de mortes apenas um ano após o Jacarezinho evidencia que não se tratava de um episódio isolado, mas de uma dinâmica da atuação estatal em favelas e periferias. A sucessão de operações letais revela um processo no qual a excepcionalidade vai perdendo esse caráter e passa a ser incorporada como mecanismo recorrente de gestão dos territórios populares.

Esse aspecto permite retomar a discussão sobre a institucionalização das chacinas. A institucionalização não significa necessariamente a existência de uma norma formal que autorize a produção da morte, mas a consolidação de práticas, discursos e procedimentos que

tornam determinadas ações possíveis, justificáveis e reproduzíveis dentro do funcionamento do Estado. No caso da segurança pública fluminense, a repetição de operações com elevado número de mortos, acompanhada da reprodução de justificativas semelhantes, indica a formação de uma racionalidade política na qual a letalidade passa a ocupar um lugar central na resposta estatal aos conflitos urbanos, frente à realidade do medo (Batista, 2003).

A análise das reportagens também permitem observar quais atores assumem protagonismo na construção pública do acontecimento. Assim como no Jacarezinho, autoridades governamentais e representantes das forças de segurança aparecem como fontes privilegiadas para explicar a operação, reforçando uma narrativa institucional centrada na necessidade da intervenção. Em contrapartida, as vozes de moradores, familiares das vítimas, organizações de direitos humanos e instituições de controle aparecem poucas vezes e vinculadas à contestação dessa interpretação, denunciando violações e questionando a proporcionalidade da ação estatal.

Essa disputa evidencia que a cobertura jornalística participa da construção dos sentidos atribuídos a ela. A forma como as mortes são narradas, os sujeitos apresentados como vítimas ou ameaças e os argumentos utilizados para justificar a ação policial constituem elementos fundamentais para compreender como a violência estatal é socialmente interpretada (Stuart, 2016).

A força policial produz materialmente a morte, mas sua continuidade política exige mecanismos capazes de apresentá-la como necessária e legítima (Marques, 2021). Dessa forma, a narrativa do confronto, do combate ao crime e da proteção da sociedade constitui um elemento fundamental para a consolidação de uma política pública marcada pela letalidade permanente.

Assim, as reportagens R3 e R4 permitem compreender a Operação da Vila Cruzeiro como um momento de aprofundamento do processo de institucionalização das chacinas no Rio de Janeiro. Se o Jacarezinho evidencia a construção inicial de uma narrativa de legitimação em torno da letalidade policial, a Vila Cruzeiro revela sua reprodução e normalização, indicando como a morte produzida pelo Estado passa a ser incorporada como componente recorrente da política de segurança pública.

Nesse sentido, a Vila Cruzeiro revela uma dimensão fundamental do processo de institucionalização das chacinas: a capacidade de uma operação anterior, marcada por graves violações de direitos, não produzir necessariamente constrangimento político ou institucional, mas funcionar como elemento de legitimação para novas intervenções letais.

3.4.3 - Operação Contenção (2025): conter pela morte? A institucionalização política das chacinas e a celebração da letalidade estatal

A Operação Contenção, realizada em 28 de outubro de 2025 nos Complexos da Penha e do Alemão, constitui o ponto mais expressivo do processo analisado nesta pesquisa. Mais do que representar a continuidade de uma política de segurança pública marcada pela elevada letalidade, a operação evidencia uma mudança qualitativa: a chacina deixa de ser apresentada apenas como consequência inevitável do confronto policial e passa a ser incorporada como elemento de demonstração pública de eficiência, autoridade e controle estatal. O próprio nome atribuído à operação permite uma problematização inicial: conter o quê e conter quem? No discurso oficial, a contenção aparece associada ao enfrentamento de grupos armados e à retomada do controle territorial pelo Estado. Entretanto, quando observada a partir de uma perspectiva crítica, revela uma política que historicamente tem recaído sobre determinados territórios e corpos, sobretudo aqueles atravessados por desigualdades raciais e sociais, tendo o racismo como arma ideológica de dominação (Moura, 1994).

As reportagens R5 e R6 evidenciam esse deslocamento. Se nas operações anteriores analisadas - Jacarezinho e Vila Cruzeiro - havia uma necessidade constante de justificar a letalidade produzida, na Operação Contenção observa-se uma narrativa governamental mais afirmativa, na qual o elevado número de mortes passa a ser apresentado como resultado positivo da ação estatal e espetacularização de “vitória” por parte do governo. A declaração do governador Cláudio Castro classificando a operação como um “sucesso” sintetiza essa mudança discursiva: a morte deixa de ocupar o lugar de um efeito colateral ou de uma consequência indesejada e passa a integrar a própria avaliação de êxito da política de segurança pública.

Nesse sentido, a Operação Contenção expressa uma etapa avançada do processo de institucionalização das chacinas. A institucionalização, aqui, não significa apenas a repetição quantitativa de operações com alto número de mortos, mas a consolidação de uma racionalidade política na qual a produção da morte encontra mecanismos discursivos e institucionais de legitimação. O que se observa é que a letalidade estatal passa a ser convertida em linguagem política, matar aparece como demonstrativo de enfrentamento,

como capacidade administrativa e como resposta às demandas sociais por segurança (Silva; Barbosa, 2005).

Essa dimensão torna-se ainda mais evidente diante da circulação das imagens produzidas após a operação. A exposição pública dos corpos em uma praça da Penha, após moradores retirarem cadáveres encontrados em áreas de mata, produziu uma das imagens mais marcantes da história recente da violência policial no Rio de Janeiro. Diferentemente de outras chacinas, cuja materialidade permanece muitas vezes restrita aos territórios atingidos e aos registros oficiais, a Operação Contenção rompeu essa fronteira simbólica ao transformar os corpos em uma imagem pública da violência estatal. A fotografia de dezenas de corpos alinhados no espaço urbano tornou visível aquilo que historicamente permanece circunscrito às periferias que é a dimensão concreta da política de morte implementada nos territórios populares.

A força simbólica dessa imagem reside justamente na sua contradição. Por um lado, ela revela a brutalidade de uma intervenção estatal que produziu uma quantidade sem precedentes de mortos, por outro, evidencia como determinados corpos podem ser expostos publicamente sem que isso necessariamente produza uma ruptura imediata na legitimidade da política que os produziu. A imagem dos corpos em praça pública convoca uma reflexão sobre a hierarquização social das vidas: quais mortes provocam comoção pública, quais são transformadas em estatísticas e quais podem ser apresentadas como resultado esperado de uma operação de segurança? (Mbembe, 2018).

A exposição dos corpos após a Operação Contenção não representa apenas o registro de uma tragédia, mas evidencia a materialidade de uma política que incide de forma desigual sobre territórios e populações específicas. A imagem pública desses corpos revela, portanto, a permanência de uma lógica na qual a suspeição e a desumanização antecedem a própria morte (Marques, 2021).

A repercussão da operação ultrapassou as fronteiras do Rio de Janeiro, alcançando debate nacional e internacional e mobilizando organismos de direitos humanos. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos apontou que a operação aprofundou padrões históricos de violência estatal, destacando a recorrência de intervenções policiais extensivas e militarizadas em territórios populares. Entretanto, no campo político interno, a repercussão seguiu outro caminho: o governador Cláudio Castro utilizou o episódio como plataforma de afirmação política, buscando transformar a operação em símbolo de sua política de segurança e articulando apoio de outros governadores. Após a operação, governadores aliados

celebraram a atuação do governo fluminense e participaram de articulações políticas em torno do tema da segurança pública.

Esse movimento revela uma dimensão central para a compreensão da institucionalização das chacinas: a transformação de uma ação marcada por violações de direitos em capital político. A operação não apenas produziu mortes, ela produziu uma narrativa sobre a capacidade do Estado de agir contra aquilo que define como ameaça. Nesse processo, a violência estatal passa a ser mobilizada como elemento de construção de autoridade política, reforçando uma concepção de segurança pública baseada na eliminação do inimigo e na expansão da lógica de confronto (Franco, 2014).

Além dos efeitos políticos e simbólicos, a operação também produziu impactos concretos sobre a dinâmica urbana das diversas cidades no entorno. Os intensos confrontos, bloqueios e interrupções de serviços afetaram a circulação de moradores, o funcionamento de escolas, unidades de saúde e atividades diversas, fazendo com que a violência extrapolasse os limites territoriais dos conjuntos de favelas e atravessasse diferentes áreas da cidade. A operação, portanto, não produziu apenas mortes nos territórios diretamente atingidos, mas uma sensação ampliada de insegurança e instabilidade urbana, demonstrando como a política de confronto produz efeitos coletivos que ultrapassam o espaço imediato da intervenção policial.

Dessa forma, a Operação Contenção representa o ponto culminante do percurso analisado entre 2021 e 2025. O Jacarezinho revelou a construção discursiva da legitimidade da intervenção letal; a Vila Cruzeiro evidenciou sua continuidade e normalização; e a Operação Contenção demonstra a transformação da chacina em elemento de afirmação política e governamental. Mais do que uma operação policial de elevada letalidade, trata-se de um acontecimento que sintetiza a articulação entre Estado, mídia, discurso político e produção da morte.

A pergunta contida no próprio nome da operação - conter quem? - revela, assim, uma questão central para esta pesquisa. A política de segurança pública fluminense não apenas busca conter determinados grupos, mas produz mecanismos permanentes de controle sobre territórios e populações historicamente marginalizadas. A institucionalização das chacinas se expressa, portanto, quando a morte deixa de ser percebida como ruptura e passa a funcionar como linguagem política, resultado administrativo e instrumento de governo.

3.5 - Quando a morte se torna política: discursos e sentidos da letalidade estatal no Rio de Janeiro

A análise das operações policiais do Jacarezinho (2021), Vila Cruzeiro (2022) e Penha/Alemão (2025) permite compreender que as chacinas produzidas pela ação estatal não podem ser interpretadas como eventos isolados ou como desvios ocasionais da política de segurança pública. Nesse sentido, a chacina não se encerra no momento da operação policial ou no registro quantitativo das mortes produzidas. Ela se constitui também como acontecimento político, atravessado por disputas narrativas que buscam definir seus significados no espaço público.

A análise das reportagens evidencia que, ao longo do período estudado, há uma permanência de uma discussão estatal baseada na ideia de confronto, enfrentamento ao crime organizado e retomada do controle territorial - que é histórica, mas que se agudiza. Dessa forma, a violência de Estado - via ação policial - é apresentada não como expressão de uma escolha política, mas como consequência inevitável das condições encontradas nesses territórios.

Entretanto, o percurso entre 2021 e 2025 revela uma transformação importante. No caso do Jacarezinho, a elevada letalidade ainda aparece acompanhada por uma necessidade de defesa pública da operação diante dos questionamentos produzidos por instituições de controle e organizações de direitos humanos. A narrativa oficial busca demonstrar a legalidade e a necessidade da ação policial, deslocando o debate sobre as mortes para a ideia de combate ao crime.

Na Vila Cruzeiro, observa-se outro movimento: a repetição de uma operação com alto número de mortos evidencia que a experiência anterior não produziu uma ruptura ou revisão da política adotada pelo governo estadual. Pelo contrário, a continuidade das intervenções demonstra que a letalidade passa a ser incorporada como mecanismo recorrente de gestão dos conflitos urbanos.

Esse processo alcança sua expressão mais evidente na Operação Contenção, realizada nos Complexos da Penha e do Alemão em 2025. Nesse episódio, a narrativa governamental assume uma dimensão ainda mais explícita de legitimação da morte enquanto resultado político. A letalidade passa, assim, a ocupar um lugar simbólico dentro da própria construção da autoridade política.

Essa transformação permite compreender que a institucionalização das chacinas não ocorre apenas pela repetição material das operações, mas pela produção de condições políticas e simbólicas que tornam essas mortes aceitáveis e justificáveis (Manso, 2020). A violência estatal precisa ser narrada, enquadrada e interpretada para que possa permanecer como estratégia de governo. Nesse sentido, a mídia ocupa um papel fundamental enquanto espaço de disputa pela construção dos sentidos atribuídos aos acontecimentos (Guimarães, 2015).

As narrativas produzidas sobre as operações policiais analisadas demonstram justamente essa dimensão: a morte produzida pelo Estado é acompanhada por discursos que procuram apresentá-la como necessária para garantir segurança e ordem. Contudo, a mídia também revela as contradições desse processo hegemônico. O espaço público permanece marcado por conflitos em torno da definição de quais vidas devem ser protegidas, quais mortes devem ser investigadas e quais sujeitos podem ser apresentados como ameaças.

A dimensão racial e territorial desse processo também se evidencia de forma incontornável. As operações analisadas ocorreram em territórios historicamente marcados pela desigualdade social e racial, nos quais a presença estatal frequentemente se manifesta pela via repressiva. A circulação das imagens dos corpos após a Operação Contenção tornou visível uma realidade que, embora recorrente para moradores desses territórios, frequentemente permanece invisibilizada no debate público: a morte desses sujeitos não ocorre em um vazio social, mas dentro de uma estrutura que produz representações sobre territórios perigosos, populações suspeitas e vidas cuja proteção parece ocupar lugar secundário na formulação das políticas públicas (Batista, 2003).

Logo, o que se observa é que a chacina opera como uma forma de comunicação política do próprio Estado. Assim, quando a morte se torna política, ela deixa de ser apenas o resultado extremo de uma operação policial, e sim a expressão de reafirmação de um projeto estrutural do capital. A institucionalização das chacinas expressa, portanto, a consolidação de uma racionalidade na qual a eliminação do inimigo, a demonstração de força e a produção do medo tornam-se instrumentos de legitimação da política de segurança pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa partiu da inquietação em compreender como operações policiais marcadas por elevados índices de letalidade ocupam lugar recorrente na política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Ao longo da investigação, buscou-se demonstrar que esse processo não pode ser explicado exclusivamente pelo aumento do número de mortes decorrentes da ação policial, mas exige compreender as dimensões políticas, institucionais e discursivas que tornam essa violência progressivamente legítima no interior do Estado e da sociedade.

A análise desenvolvida permitiu sustentar a defesa de que, durante o governo de Cláudio Castro, consolidou-se um processo de institucionalização das chacinas. Utiliza-se aqui o termo institucionalização não como mera repetição de operações policiais de grande letalidade, mas como a incorporação dessas ações ao repertório da política de segurança pública, acompanhada da construção de mecanismos políticos, jurídicos e simbólicos capazes de justificar, naturalizar e legitimar a produção sistemática da morte em determinados territórios.

A pesquisa evidenciou que essa institucionalização manifesta-se em diferentes dimensões. Na esfera governamental, observa-se a defesa reiterada das operações como demonstrações de eficiência administrativa e de enfrentamento ao crime organizado. No plano institucional, identificam-se disputas entre órgãos estatais, decisões judiciais e mecanismos de controle que, embora tensionem determinadas práticas, não foram suficientes para impedir sua continuidade. Já no campo midiático, verificou-se que as narrativas produzidas sobre as operações participaram ativamente da construção dos sentidos atribuídos à violência estatal, ora reproduzindo discursos oficiais, ora revelando fissuras, controvérsias e disputas pela interpretação dos acontecimentos (Guimarães, 2015).

Nesse sentido, a pesquisa também permitiu compreender que a mídia não atua como mero instrumento homogêneo de reprodução do discurso estatal. As reportagens analisadas evidenciam um espaço permanente de disputa narrativa, com destaque maior para o discurso governamental, contudo, diferentes atores procuram estabelecer quais vidas são reconhecidas como vítimas, quais mortes são justificadas, quais territórios são representados como espaços legítimos de intervenção armada e quais interpretações se tornam predominantes na esfera pública. É justamente nessa disputa que se produz parte significativa da legitimidade necessária para a continuidade dessas políticas.

A representação não constitui uma simples reprodução da realidade, mas participa da produção de significados compartilhados socialmente (Hall, 2016). Nesse sentido, as narrativas produzidas pela imprensa sobre as chacinas não apenas informam sobre as operações policiais, mas também contribuem para definir e legitimar opiniões e discursos.

A partir da análise das operações do Jacarezinho, da Vila Cruzeiro e da Operação Contenção, foi possível identificar um movimento de aprofundamento da violência estatal ao longo do período analisado. Se as primeiras operações já evidenciavam elevados índices de letalidade e forte repercussão pública, a Operação Contenção representa um ponto de inflexão particularmente expressivo. Não apenas pelo número de mortos, mas pela forma como a violência foi apropriada politicamente, convertida em discurso de governo e apresentada como resultado exitoso da política de segurança pública. A celebração pública das mortes, a circulação de imagens de corpos expostos nos espaços urbanos e a ampla repercussão nacional e internacional evidenciam que a institucionalização das chacinas alcança um novo patamar: a violência deixa de necessitar de justificativas defensivas e passa a constituir elemento afirmativo da ação estatal (Betim, 2018).

Sob a perspectiva da Política Social, os resultados desta pesquisa reforçam que a segurança pública não pode ser analisada de forma isolada das demais políticas públicas. As operações policiais examinadas produziram impactos diretos sobre o acesso à saúde, à educação, à assistência social, ao trabalho e à mobilidade urbana, evidenciando que a gestão da violência também constitui uma forma de gestão da questão social. Ao incidir seletivamente sobre favelas e periferias, essas práticas produzem experiências profundamente desiguais, nas quais direitos constitucionalmente universais tornam-se permanentemente condicionados pela lógica da exceção.

Embora a gestão de Cláudio Castro tenha se encerrado em março de 2026, em meio à sua renúncia ao cargo e posterior declaração de inelegibilidade pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os processos analisados nesta dissertação não se encerram com o término de um governo. O governo Castro representa, nesse sentido, um momento particularmente elucidativo desse processo, no qual tais práticas alcançaram elevado grau de visibilidade, legitimação política e centralidade institucional.

Por fim, esta dissertação não pretende oferecer respostas definitivas para um fenômeno em permanente transformação. Busca, sobretudo, contribuir para deslocar o debate da contabilização das mortes para a compreensão das condições políticas, institucionais e simbólicas que permitem que essas mortes continuem ocorrendo. Se a chacina deixa de ser

entendida como exceção e passa a integrar o funcionamento corriqueiro da política de segurança pública, o desafio colocado à pesquisa, às instituições democráticas e à sociedade brasileira deixa de ser apenas denunciar a violência estatal. Torna-se necessário compreender os mecanismos pelos quais ela é produzida, legitimada e incorporada como forma aceitável de governo. É precisamente nesse movimento que se situa a principal contribuição desta pesquisa: defender que a institucionalização das chacinas constitui uma categoria analítica capaz de revelar como a violência estatal, sustentada pela articulação entre coerção, produção de consensos e disputas narrativas, converte-se em tecnologia permanente de gestão da questão social e de administração desigual na realidade fluminense contemporânea.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Otília Beatriz Fiori. A era das formas urbanas extremas. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, Brasília, v. 9, n. 3, p. 63-79, dez. 2021.
- ARAÚJO, D. R. de. *O processo de ocupação militar na favela da Maré no Rio de Janeiro no período de 2011 a 2016*. 2016. **Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional)** – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo, 2016.
- BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BETIM, Felipe. A história das operações e planos de segurança no Rio: três décadas de fracassos. *El País Brasil*, 21 fev. 2018.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988
- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CARVALHO, J. M. de. ***Cidadania no Brasil: o longo caminho***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CLÁUDIO CASTRO defende ação da polícia no Jacarezinho e diz que RJ é o maior interessado em apurar as circunstâncias. ***G1 Rio de Janeiro***, Rio de Janeiro, 7 maio 2021. Disponível em: [G1 Rio de Janeiro](#). Acesso em: 24 jun. 2026.
- COM 25 mortos, operação na Vila Cruzeiro é a segunda mais letal do Rio. ***Veja Rio***, Rio de Janeiro, 25 maio 2022. Disponível em: [Veja Rio](#). Acesso em: 24 jun. 2026.
- COUTINHO, C.N. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, J.C.F., and NEVES, L.M.W., org. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, pp. 173-200.
- DAHMER PEREIRA, Tatiana. Reflexão sobre forma urbana e militarização racialmente generificada no Rio de Janeiro (Brasil). *Caderno CRH*, Salvador, v. 37, 2024.
- FARIA, Regina Helena Martins de. *Em nome da ordem: a constituição dos aparatos policiais no universo luso-brasileiro (sécs. XVIII–XIX)*. 2007. **Tese (Doutorado)** – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.
- FARAGE, Eblin. ***Estado, território e cotidiano no conjunto de favelas da Maré***. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.
- FERNANDES, Florestan. ***Brasil em compasso de espera***. São Paulo: Hucitec, 1980.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FERNANDES, Florestan. *Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FONTES, Virginia. Sobre o Estado, o Capitalismo e as Lutas de Classe. In: GOMES, Gustavo; SCHITTINO, Renata (orgs.). *Estado, direito e marxismo*. São Paulo: Usina Editorial, 2023, p. 276-303.

FRANCO, Marielle. *UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro*. 2014. **Dissertação (Mestrado em Administração)** – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

FRIAS FILHO, Otavio. Vampiros de papel. In: Folha de São Paulo, Folhetim, 5 de agosto de 1984.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

GOVERNADOR do Rio chama vítimas de chacina do Jacarezinho de "vagabundos". *CNN Brasil*, Rio de Janeiro, 30 maio 2022. Disponível em: [CNN Brasil](https://www.cnnbrasil.com.br/rio-de-janeiro/2022/05/30/governador-do-rio-de-janeiro-chama-vitimas-de-chacina-do-jacarezinho-de-vagabundos/). Acesso em: 24 jun. 2026

GRAMSCI, Antonio. **Introdução ao estudo da Filosofia**; A filosofia de Benedetto Croce. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GUIMARÃES, Cátia Corrêa. **Jornalismo e luta de classes**: desvendando a ideologia do modelo informativo na busca da contra-hegemonia. 2015. 336 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 2014.

IASI, Luis Mauro. O método: categorias fundantes do século XXI. *Trabalho Necessário*, Niterói, v. 17, n. 32, p. 33–67, 2019.

JORGE, L. M. de L. A “santíssima trindade” do capital no Brasil: o valor, a mercadoria e o dinheiro na formação social brasileira. In: LIMA, K.; SOARES, L.; SILVA, L. (Orgs.). *Neoconservadorismo, ataque aos direitos humanos e religiosidades: posicionamentos urgentes ao serviço social*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022.

LEFÉBVRE, Henri. Da cidade à sociedade urbana. In: **A revolução urbana**. Belo Horizonte: EdUFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LENIN, Vladimir I. **O imperialismo: estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Navegando, 2011.

LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Outubro**, v. 6, p. 73–80, 1998.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

MARCONDES FILHO, Ciro. Comunicação e Jornalismo. A saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2008.

MANSO, Bruno Paes. *A república das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital [1867]. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2012.

MIRANDA, Gabriel. **Necrocapitalismo: ensaio sobre como nos matam**. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.

MISSE, Michel; PAES, Vívian Ferreira. *O Programa Delegacia Legal no Rio de Janeiro: avaliação de uma experiência modernizadora na Polícia Civil brasileira*. Relatório Final de Pesquisa. Rio de Janeiro: NECVU/IFCS/UFRJ, 2006. https://necvu.com.br/wp-content/uploads/2020/11/2006NECVU_UFRJ_O-Programa-Delegacia-Legal_Avaliacao-de-uma-Experiencia-Modernizadora_Relatorio-Final.pdf. Acesso em: 10 jul 2026.

MORTOS na operação da Vila Cruzeiro. **G1 Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 26 maio 2022. Disponível em: [G1 Rio de Janeiro](#). Acesso em: 24 jun. 2026.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. *Revista Princípios*, São Paulo, v. 34, p. 28-38, 1994.

NOVACK, George. *A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade*. São Paulo: Editora Rabisco, 1988.

“OPERAÇÃO higienizou mais de 115 vagabundos”, diz Cláudio Castro sobre ação policial nos complexos da Penha e do Alemão. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2 mar. 2026. Disponível em: [O Globo](#). Acesso em: 24 jun. 2026.

OPERAÇÃO histórica da cidade do Rio. *G1 Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 28 out. 2025. Disponível em: [G1 Rio de Janeiro](#). Acesso em: 24 jun. 2026.

PEDRAZZINI, Yves. *A violência das cidades*. Petrópolis: Vozes, 2006.

RAMOS, Silvia (coord.). *Intervenção federal no Rio de Janeiro cinco anos depois: uma análise de operações policiais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro entre 2018 e 2022*. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios da Segurança; CESeC, 2023.

RIBEIRO, Paulo Jorge. **A volta do parafuso: considerações a respeito da invasão dos Complexos do Alemão e da Penha durante a gestão de Sérgio Cabral (2007–2014)**. *Revista Magistro*, Duque de Caxias, v. 13, n. 1, p. 126–145, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/magistro/article/download/4129/2227>. Acesso em: 22 jul. 2026.

SILVA, J. S; BARBOSA, J. L. **Favela - alegria e dor na cidade**. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2005.

SILVA, W. B. da; BRETAS, M. L. História da polícia no Brasil, ou, a história de um não-assunto. *Saeculum - Revista de História*, João Pessoa, v. 27, n. 47, p. 191–202, 2022.

SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, Rafael. **Ocupação do Complexo da Maré pelas Forças Armadas custou R\$ 461 milhões; confira outros números**. *Extra*, Rio de Janeiro, 6 abr. 2015. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/ocupacao-do-complexo-da-mare-pelas-forcas-armadas-custou-461-milhoes-confira-outros-numeros-15784703.html>. Acesso em: 22 jul. 2026.

TROTSKY, Leon. *A revolução permanente*. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.